

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A TEICULTURA NO BRASIL:
Subordinação e Dependência

RUTH YOUKO TSUKAMOTO

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília França

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em Geografia Humana.

SÃO PAULO
1994

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Encadernado com a colaboração
da Área de Pós-Graduação em
Geografia HUMANA
GESTÃO: junho/95-maio/97

**A TEICULTURA NO BRASIL:
Subordinação e Dependência**

RUTH YOUKO TSUKAMOTO

Orientadora: Profª Drª Maria Cecília França

**Tese apresentada ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de doutor em Geografia Humana.**

São Paulo

1994

à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrarmos nossa redação desta tese de doutorado não podemos deixar de lembrar as inúmeras pessoas que, desde o início, nos auxiliaram para a elaboração da mesma.

Dos informantes anônimos que trabalham no campo até meus professores que formaram minha mente são muitas as fisionomias dedicadas que eu gostaria de aqui lembrar. Sem elas, tenho certeza, não teria chegado a termo nessa difícil tarefa a que me propús.

Ficam aqui pois, registrados os meus mais profundos agradecimentos pela colaboração desinteressada que me deram. D'entre muitos gostaria de destacar para agradecer:

Os pioneiros e antigos produtores de chá: Senhores Shusaku Yamamoto, Helio Amaya, Fusaji Okamoto, Hitoshi Okamoto, Toshio Shimizu, Jumpei Imai, Mário Matsuzawa, Noguchi, Kenji Takii, Fukuda, Otávio Hayasaki, Miguel Alves de Lima, José Apolinário de Azevedo e Jorge Kameyama que muito nos contribuíram para que fizéssemos o resgate histórico do chá de Registro e de Pariquera-Açú.

Os diretores de todas as indústrias que gentilmente nos concederam informações e material estatístico para o entendimento do processo de produção, industrialização e comercialização do

chá, representados pelos senhores Dario Yamamoto, Rubens Shimizu, Roberto Oshiro, Mori, Makoto e Celso Amaya, Jorge Kameyama, Ricardo Okamoto, Franco Balloco e Mário Shimomoto.

Os teicultores de Registro e Pariquera que nos concederam entrevistas, muitas vezes muito longas e cansativas, para que pudéssemos obter uma visão mais concreta da realidade do chá.

O Dr. Maeji, Dr. Penteado, Dr. Mauro Sakai agrônomos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Os professores do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo nas pessoas da profa.Dra. Amália Inês G. Lemos, Profa.Dra. Ana Maria Marangoni, Profa. Dra. Regina Sader, Prof.Dr.Ariovaldo Umbelino de Oliveira que nos apoiaram durante todo o processo de doutoramento uns contribuindo com seguras sugestões para a tese outros nos incentivando a prosseguir em nosso crescimento científico.

A CAPES pela bolsa concedida através do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE) e pela bolsa PICD em convênio com a Universidade Estadual de Londrina.

O Prof.Dr. Takashi Maeyama (Universidade de Shizuoka) por me ter aceito como estagiária da CAPES e pelo apoio dado durante a minha permanência no Japão.

O Prof.Dr. Isao Saito e Eiji Matsumoto (Universidade de Tsukuba) por nos ter possibilitado o acesso à Biblioteca Central dessa Universidade.

O Sr. Masao Enokida da Câmara do Comércio e Indústria do Chá de Shizuoka pelas informações e material estatístico sobre a teicicultura do Japão e da Província de Shizuoka.

A Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari, minha gratidão por todo o apoio recebido durante o meu curso de pós-graduação.

Meu agradecimento especial a professora Kumagae Kasuko Stier, ao Prof. Joel Simões Coimbra, a Profa. Lúcia Helena Gratão e a Profa. Regina Maria Muccillo pelo apoio recebido em todas as fases do desenvolvimento do trabalho.

O Prof. José Barreira, sinceros agradecimentos pela paciência e dedicação demonstradas referentes à informatização dos dados e à orientação no manuseio do computador, agilizando o desenvolvimento do nosso trabalho

Meus sinceros agradecimentos a minha mestra de sempre, Maria Lúcia de Amorim Soares, pelo apoio e incentivo para novos desafios.

O prof. Celso Diniz Nobre minha gratidão por ter me apoiado e acompanhado nos trabalhos de campo, nos municípios de

Registro e Pariquera-Açú, e na fase final da montagem do trabalho.

As professoras Ada e Izabel da Faculdade de Registro que auxiliaram na indicação de dois acadêmicos (Rodrigo e Elizandra) para o levantamento de dados naquele local.

A acadêmica Miriam Koguishí pela sistematização dos dados obtidos na pesquisa de campo.

O Sr. Tomekishí Asari, por ter me auxiliado na tradução de alguns textos de língua japonesa.

A Srta. Fumiko e Ana da Secretaria de Pós-Graduação da Geografia pelas orientações acadêmicas e intermediação junto às outras instâncias da Universidade de São Paulo..

O Sr. Jesuíno e Srta. Ana Alice pela arte final da tese.

E, por último e principal incentivadora, a Profa. Dra Maria Cecília França minha eterna gratidão, pela sua orientação segura e dedicação demonstradas durante o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço pela sua paciência, compreensão e além de tudo, pela nossa amizade de 20 anos. Muito obrigada.

SUMARIO

	Pag.
INTRODUÇÃO: Situando a Questão	01
CAPÍTULO 1 - A Teicultura no Brasil: Origem e Expansão.....	21
1.1. Ocupação Inicial	21
1.2. Os Japoneses e a Teicultura	32
1.3. Novas Áreas de Expansão	49
CAPÍTULO 2 - As Relações Comerciais do Chá	54
1. Um Incipiente Mercado Interno	56
2. Mercado Internacional	60
2.1. Aspectos Gerais do Mercado Mundial	60
3. O Brasil no Mercado Internacional	73
CAPÍTULO 3 - As Relações de Produção na Teicultura	95
1. A Unidade de Produção Capitalista	117
1.1. O Proprietário Capitalista	117
1.2. O Arrendatário Capitalista	122
2. A Unidade de Produção Familiar	132
2.1. O Produtor-Proprietário	134
2.2. O Produtor-Rendeiro	137
CAPÍTULO 4 - A Agroindústria do Chá e as Formas de Subordi- nação do Produtor	146
1. Formas de Subordinação do Produtor à Indús- tria	151
1.1. Subordinação do Produtor ao Capital Industrial.	153
1.2. Subordinação do Produtor ao Capital Financeiro	161
1.3. Caminhos Alternativos para Superar a Crise	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Chá e a (Re)Ordenação Territorial ..	185
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	208
ANEXOS	

Relação das Tabelas

	Pag.
Tabela 1 - Colônia Registro - Rendimento por produto.....	26
Tabela 2 - Volume de Produção e Exportação - Principais Países - 1990 (toneladas).....	65
Tabela 3 - Importação de Chá para o Consumo - Principais Países	66
Tabela 4 - Principais Países Re-exportadores de Chá Preto - 1990. (toneladas).....	68
Tabela 5 - Principais Países Importadores do Reino Unido - 1990	69
Tabela 6 - Consumo "Per Capita" dos Países Importadores 1987/1989	71
Tabela 7 - Brasil - Exportação de Chá - Principais Países - 1989	76
Tabela 8 - Brasil - Exportação de Chá Verde por Países em Dólar FOB	84
Tabela 9 - Brasil - Volume e Valor de Exportação - 1983/86.	89
Tabela 10 - Exportação Brasileira de Chá - Volume - Valor - Preço	91
Tabela 11 - Brasil - Chá da Índia - Condição do Produtor - 1985	99
Tabela 12 - Força Utilizada nos Estabelecimentos - 1960	112

Tabela 13 - Uso e Procedência da Força Utilizada nos Trabalhos Agrários - 1985	112
Tabela 14 - Agroindústria - Área Plantada - Pessoal Ocupado - 1991 - 1992	118
Tabela 15 - Chá da Índia - Grupos de Áreas (hectares)	136
Tabela 16 - Origem da Matéria-Prima Industrial	148
Tabela 17 - Principais Culturas Permanentes do Município de Registro - 1985	Anexo 03
Tabela 18 - Principais Culturas Permanentes do Município de Pariqueira-Açú - 1985	Anexo 03
Tabela 19 - Utilização das Terras dos Estabelecimentos ..	Anexo 04
Tabela 20 - Estabelecimentos por Grupos de Área de Lavouras - 1960 - 1970 - 1985	Anexo 06
Tabela 21 - Área Plantada de Chá - Registro	Anexo 07
Tabela 22 - Área Plantada de Chá - Pariqueira-Açú	Anexo 07

Relação dos Quadros

Pag.

Quadro 01 - Classificação Obtida pelos Produtores	156
Quadro 02 - Preços das Folhas Verdes (Kg).....	158
Quadro 03 - Contas da Safra 91/92	169

Lista de Figuras

Pág.

Fig.01-Localização dos municípios produtores de chá no Brasil.....	03
Fig.02-Produção brasileira de chá preto - safra 1991/92..	55a
Fig.03-Principais países produtores de chá.....	62
Fig.04-Brasil - Exportação de chá - Principais países....	77
Fig.05-Brasil - Países importadores por ordem de grandeza (valor FOB) - 1992.....	78
Fig.06-Representatividade das indústrias de chá preto para os Estados Unidos em 1992.....	79
Fig.07-Representatividade das indústrias de chá preto para os Países Baixos em 1992.....	81
Fig.08-Brasil - Exportação do chá preto (Valor FOB).....	86
Fig.09-Exportadores de chá verde por empresas (valor FOB)..	87
Fig.10-Distribuição do chá em Registro e Pariquera-Açú.....	138

Relação de fotografias

Pag.

Foto 01- Unidade industrial desativada (Sociedade Chá Tupi)-Sete Barras.....	39
Foto 02- Antiga instalação da indústria Chá Flora - Registro.	39
Foto 03- Chazal em Tapiraí, no Bairro Coopercotia.....	51
Foto 04- Vista parcial da Agrochá São Miguel Arcanjo.....	51
Foto 05- Chazal (Topografia acidentada)- Tapiraí.....	98
Foto 06- Chazal abandonado - Tapiraí.....	98
Foto 07- Colheita mecanizada tradicional (B.Senador Dantas) - Pariquera-Açu.....	110
Foto 08- Colheita mecanizada (Máquina mais aprimorada) -Registro.....	110
Foto 09- Colheita mecanizada (conduzida por duas pessoas) - Registro.....	116
Foto 10- Uso da podadeira (Bairro Braço Preto) - Pariquera-Açu.....	116
Foto 11- Residência dos assalariados - Fazenda Amaya.....	117a
Foto 12- Aplicação de fertilizantes - Pariquera-Açu.....	120
Foto 13- O trabalho assalariado feminino.....	123
Foto 14- Aspectos da colheita com utilização de mão-de-obra assalariada.....	123
Foto 15- A troca de dia de serviço na colheita numa unidade de produção familiar - Pariquera-Açu.....	143

Foto 16- Vista parcial do chazal de uma agroindústria.....	150
Foto 17- Aspecto da paisagem de uma remessa da colheita de um produtor.....	155
Foto 18- Forma de classificar as folhas verdes na indústria..	155
Foto 19- Chazal de um arrendatário capitalista (Bairro Senador Dantas) - Pariquera-Açú.....	159
Foto 20- Chazal na fase da colheita - Registro.....	159
Foto 21- Aspecto de um chazal de um produtor rural- Pariquera-Açú.....	172
Foto 22- Aspectos de uma paisagem com a presença de culturas alternativas - Pariquera-Açú.....	179
Foto 23- A presença do maracujá, encravado no chazal- Pariquera-Açú.....	179

INTRODUÇÃO: Situando a questão

A cultura do chá no Brasil vem sendo nossa preocupação de estudos há mais de 10 anos. De início, limitamos nossas pesquisas ao município de Tapiraí, objeto de nossa tese de mestrado, defendida na U.S.P. em 1981.

A partir de 1989, retomamos o chá estendendo nossas pesquisas para sua área de maior concentração, localizada no estado de São Paulo, tratando agora com ênfase nas relações agricultura/indústria, uma vez que, no caso do chá, é difícil separar o cultivo do processamento das folhas.

A escolha da área de estudo está relacionada à localização da produção de chá preto e verde (1) no Brasil. Mesmo em se tratando de Brasil essa produção está concentrada na porção meridional do Estado de São Paulo e, parcialmente em alguns municípios do Estado do Paraná.

Os municípios que apresentam maior área, volume e concentração de indústrias de chá são Registro e Pariquera- Açú (Baixada do Ribeira) que distam aproximadamente 200 Km. da

(1) O brasileiro não tendo o hábito de beber chá muitas vezes não diferencia entre o chá preto e o mate, por exemplo, os quais sofrem processos de beneficiamento totalmente diferentes. O chá verde é muito mais conhecido na comunidade oriental devido à tradição milenar no consumo deste.

capital paulista servidos pela BR-116-Regis Bittencourt, como principal via de comunicação. Ainda engloba nessa mesma região, mas com menor expressão, os de Sete Barras e Jacupiranga.

Afastando-se um pouco dessa área, encontramos Tapiraí, localizado nas encostas da Serra de Paranapiacaba e, no planalto, o município de São Miguel Arcanjo.

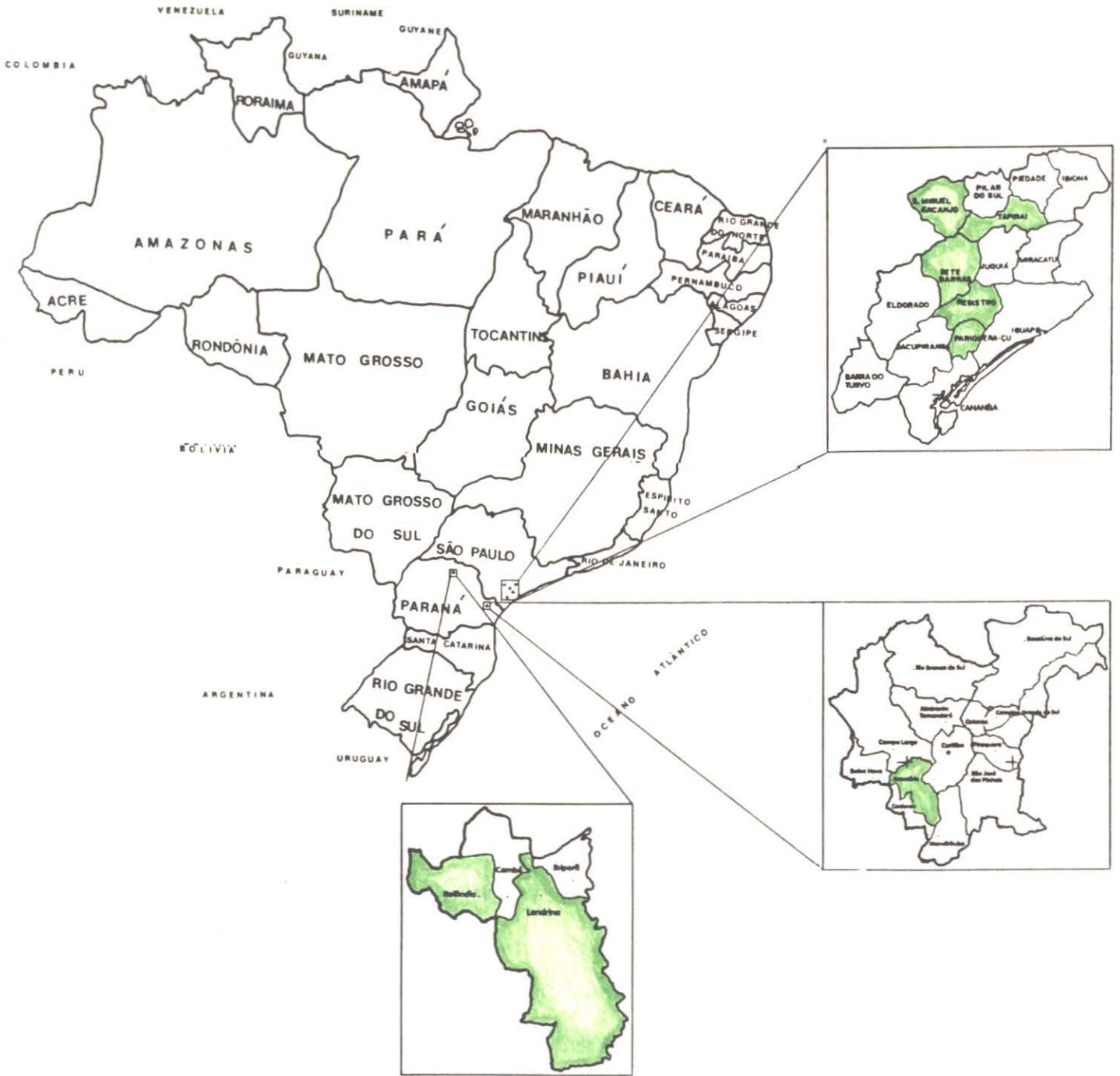
Além das áreas mencionadas do Estado de São Paulo há mais duas unidades industriais no Estado do Paraná: Araucária, localizada na região metropolitana de Curitiba e Rolândia no norte do estado, na região geográfica de Londrina. São as mesmas, produtoras de chá verde e preto respectivamente.

É possível verificar na figura 1 que, com exceção dos municípios do Paraná, os outros estão muito próximos da Baixada do Ribeira porém, apresentam características diferentes em relação à altitude e ao clima.

Em Tapiraí, as cotas altimétricas estão em torno de 800 metros, muito superiores as dos municípios da Baixada do Ribeira que apresentam em média 25 metros. Essa diferença se reflete também nas características climáticas entre as duas áreas. Tapiraí apresenta uma temperatura média anual de 19,2 graus centígrados e a Baixada do Ribeira de 22,5 graus centígrados.

Esses elementos influenciam na produtividade e também

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CHÁ NO BRASIL



na qualidade do chá. A Índia, por exemplo, produz os melhores chás na região do Himalaia. A produtividade é menor, mas em sabor e aroma são superiores aos chás produzidos fora dessa área.

A escolha de Araucária (PR), para a produção de chá verde deve-se também a altitude mais elevada que na Baixada (900 m.), com características climáticas de temperaturas mais amenas, em torno de 17 graus centígrados.

Poder-nos-iam questionar qual a razão desta escolha, uma vez que esse tema sobre as formas de subordinação do agricultor e pequena produção familiar, já foi explorado por diversos estudiosos para outras culturas. Só para lembrar, poderemos destacar alguns trabalhos como o de Santos(1978) "Colonos do Vinho", Baiardi(1984) "Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia", Wilkinson(1986) "O Estado, a agroindústria e a pequena produção", Etges(1989) "Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo", entre muitos outros.

A razão principal deve-se a característica dessa área e sobretudo ao fato dessa cultura não ter sido ainda estudada com maior especificidade e profundidade quanto ao jogo de relações que nela se estabelecem. Temos conhecimento da existência de obras relevantes sobre a Baixada do Ribeira porém, a teicultura é mencionada como parte de um estudo mais amplo a exemplo de Petrone (1966) "A Baixada do Ribeira"; Pinho(1965)

"Planejamento Regional e cooperativismo"; Müller (1980) "Estado, Estrutura Agrária e população" ou então em forma de "papers" sobre essa cultura ou esse tema entre eles: Araujo (1989) "A cultura do chá em Pariquera-Açú (SP): estrutura agrária, relações de produção e subordinação da agricultura à indústria" e Young & Arouca (1979) " Algumas considerações sobre a agro-economia da cultura do chá no Estado de São Paulo e no Brasil".

Em nossa dissertação de mestrado "A experiência japonesa na cultura e industrialização do chá em Tapiraí (SP)" tratamos dessa questão mas, de uma forma muito isolada e pouco teórica. Decidimos retomar essa temática no sentido de dar a ela um tratamento mais aprofundado e inclusive, detectar o nível das relações comerciais, especialmente no quadro internacional, uma vez que 90% da produção brasileira de chá é exportada para países europeus, asiáticos, norte americanos e sul americanos.

Por outro lado tínhamos em mente que o elemento nipônico exercia grande influência no setor produtivo da Baixada do Ribeira, desde a sua ocupação. Ali se estabeleceram (há cerca de 80 anos) os primeiros imigrantes japoneses no Brasil, já na qualidade de proprietários de terra. Esse assentamento deu-se numa área de baixa densidade demográfica, onde os imigrantes introduziram o chá verde e preto na Baixada e também foram os pioneiros na exportação desse produto.

Como o japonês está muito presente na Baixada e nas outras áreas produtoras de chá, procuramos verificar qual foi, qual é o papel exercido por ele e porque ainda dominam esta atividade, até hoje. Um rastreamento histórico da presença destes imigrantes pareceu-nos pertinente, no sentido de entendermos a atual configuração.

Em Tapiraí, por exemplo, foi implantado pelos cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia e em Araucária e São Miguel Arcanjo através de uma empresa japonesa.

O caminho percorrido pelos produtores e industriais do chá está muito ligado ao momento político-econômico que o país estava e está atravessando, inclusive a questão da entrada do capital externo no processo produtivo e na organização territorial.

Essa dependência é muito estreita já que o chá precisa ser imediatamente processado, o que aproxima a indústria do campo em termos espaciais. A dependência pode criar e cria quase sempre uma subordinação do produtor ao industrial. A intensidade maior ou menor dessa subordinação com raízes históricas, sócio-culturais e econômicas é o que nos propomos a estudar.

Para tal questão a bibliografia é vasta, com abordagens metodológicas diversas. Sem a pretensão de discutí-las, procuramos, na medida do possível, utilizar enfoques teórico-

metodológicos que satisfaçam a análise das observações concretas colhidas junto aos produtores. Produtores estes, que estão buscando uma forma de sobrevivência num país cujas políticas agrária e agrícola ainda estão caminhando a passos muito lentos com prejuízo dos mesmos.

A área em estudo apresenta um grande número de produtores- proprietários de terra, detentores dos seus meios de produção. Entretanto, a sua vinculação à uma unidade industrial os conduz à uma condição de subordinação, presente nas várias fases do processo produtivo. Por outro lado, temos também unidades industriais que basicamente produzem sua matéria-prima, geralmente em lavouras de grandes dimensões, o que induz à utilização da mão-de-obra assalariada.

Tais evidências nos levaram a verificar qual seria o nível de subordinação desses produtores e, como se dão as relações de produção tanto ao nível dos proprietários fornecedores de matéria-prima quanto nos chazais das grandes empresas.

Na história da agricultura brasileira, as relações sociais de produção vêm se alterando ao longo do tempo. Tendo passado por uma fase escravagista de exploração da terra, hoje se assenta num sistema capitalista.

As áreas dedicadas a teicultura não fogem a esse sistema capitalista geral, embora apresentem suas especificidades em decorrência do próprio processo de ocupação territorial.

A posse da terra, seja ela por aquisição ou por herança, é um elemento essencial quando se passa a analisar as formas do uso da terra e, a posterior comercialização do produto ali cultivado.

Num sistema capitalista, segundo Martins (1983:169) " a propriedade da terra é uma relação social. (...) é uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimentos, transformações."

A terra exerce um papel fundamental na classificação de categorias de produtor, pois passa a gerar renda, denominada de renda da terra, renda territorial. Tal renda poderá ocorrer no campo ou na cidade e conforme as palavras de Oliveira(1986) seria "o lucro extraordinário, suplementar e permanente que um produtor passa a obter."

Ao trabalhar nessa terra o produtor, proprietário ou não, passa a estabelecer relações sociais de produção e, conforme a sua relação com os meios de produção, pode ser considerado capitalista ou não capitalista.

Nessas relações capitalistas de produção, o assalariado é aquele que não detém os meios de produção e vende somente a sua força de trabalho.(2)

Quando esse produtor que mantém relações de trabalho essencialmente capitalistas é também proprietário de suas terras unem-se aí numa só pessoa as duas condições ou seja, fica não só com o lucro médio mas também com a renda da terra.

O produtor-proprietário pode também utilizar-se somente da mão-de-obra familiar, fato que ocorre na teicultura.

Nesse caso, as relações seriam consideradas não capitalistas, embora, contraditoriamente, faça parte do sistema capitalista. O produtor é caracterizado pela posse dos seus meios de produção recorrendo a força de trabalho familiar com eventuais contratações, principalmente nos períodos de maior exigência de braços. Essa falta de braços é também solucionada através da "troca de dia de serviço" ou como denomina Santos,1978 "prática de ajuda mútua".

Martins coloca no capítulo "A sujeição da renda da terra ao capital...(1980:59), que uma propriedade familiar, não é propriedade capitalista pois, a produção e a reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela

(2) Para maiores detalhes ver Martins,"Sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária".

necessidade do lucro do capital. Os seus ganhos resultam do trabalho desse produtor e de sua família, não havendo, portanto, a exploração do trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

Numa propriedade familiar pode ocorrer, eventualmente, em algumas fases do processo de produção, a contratação de diaristas. Isso, no entanto, não descaracteriza o conceito acima mencionado, uma vez que a força de trabalho preponderante é a familiar.

O dinheiro não faz parte desse tipo de relação social de trabalho.

Esses produtores ao comercializarem sua produção necessariamente ficam subordinados à indústria, com exceção dos proprietários de indústrias que também são produtores de matéria-prima.

A subordinação está presente nas várias etapas da produção até sua comercialização. Entretanto, a questão se agrava ainda mais com a "modernização" da agricultura pela utilização de insumos e maquinaria para a lavoura.

O capital financeiro se faz presente através do crédito agrícola. A aquisição de adubos parece ser o elemento mais determinante ao produtor.

No caso dos pequenos produtores, que mal conseguem ter acesso ao crédito, a própria indústria faz o papel do capital financeiro onde o pagamento se dá via entrega da matéria-prima.

Oliveira (1981:12) esclarece melhor quanto à esse mecanismo de financiamento de fertilizantes dizendo que o próprio Banco do Brasil (mediatizado pelo Estado) se incumbem de pagar as indústrias o valor a ser financiado aos produtores e que o dinheiro nem sequer chega às mãos destes. É transferido diretamente para o capital industrial, que dessa forma cobra do agricultor via Estado (repartindo com este) a renda da terra.

O que se verifica é que o produtor rural está "prensado" entre o capital industrial e financeiro (fornecedores de insumos e maquinarias) e a indústria compradora da matéria-prima, sem nos esquecermos ainda da intermediação do Estado nesse processo.

Além dessa subordinação do produtor à indústria temos também a considerar a relação mantida entre os cooperados e a unidade industrial da cooperativa. A cooperativa teoricamente é patrimônio dos seus associados. Santos (1978:120) ressalva no entanto que "mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como

propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital. (...) é pela garantia de que poderá entregar todo seu produto que o camponês se associa às cooperativas..."

No caso dos cooperados de Registro o problema não está somente na garantia da comercialização da sua produção, mas muito mais pelos vínculos que se estabeleceram ao longo desses anos. A usina é constituída por um determinado número de teicultores cooperados e depende essencialmente da sua produção. Além desse compromisso, há também razões históricas, uma vez que parte dos componentes dessa usina são procedentes de uma outra sociedade (Chá Tupi) que se dissolveu em decorrência da falta de condições para se introduzir no mercado internacional.

A circulação da mercadoria manufaturada é um elemento a ser considerado no entendimento do quadro sócio-econômico dos teicultores, pois 90% do total da produção do chá brasileiro participa do mercado internacional. Qual seria o papel do nosso produto nesse mercado e quais seriam as formas de comercialização?

O volume da exportação brasileira significa somente 0,5% de participação do mercado mundial com cerca de 10.000 toneladas anuais.

A conexão entre o mercado internacional e o produtor de chá é estreita uma vez que, dependendo dos preços obtidos nessa comercialização, isso se reflete diretamente nos preços pagos pela matéria-prima (folhas verdes).

Os preços variam em função da oferta e da procura no contexto internacional. Há grandes consumidores e grandes produtores. Daí poderá ocorrer uma alta ou baixa nos preços internacionais, dependendo do comportamento dos países de maior produção, reguladores do mercado. Por outro lado esta oscilação poderá ocorrer quando o país é um grande consumidor mas que, por problemas políticos, deixa de absorver a demanda do mercado.

A determinação dos preços também é um fator a ser considerado uma vez que são regidos pelo mercado dominante. A Índia por exemplo, geralmente apresenta um produto de boa qualidade, mas o custo de produção é baixo se comparado com o Brasil. Nesse barateamento dos preços está implícita a questão da abundância da mão-de-obra e o sistema de produção bastante artesanal no processo produtivo das suas lavouras. Percebe-se que a mecanização é praticamente nula; ali a agricultura conta com subsídios do Estado. É importante destacar que, coincidentemente ou não, todos os países produtores de chá fazem parte do terceiro mundo, com exceção do Japão.

Na realidade, o chá se adapta muito bem nos países de clima tropical e subtropical e, os países de maior produção estão

localizados nessa faixa climática. Se considerássemos a tese da divisão internacional do trabalho seria compatível num primeiro momento visto que, cada país procura desenvolver suas atividades econômicas de acordo com suas potencialidades, podendo conseqüentemente, suprir as necessidades de consumo de outros. Entretanto, somente este fato não bastaria para explicar a trama de relações que se estabelecem nessa troca.

Os países produtores, devido a sua formação econômico-social, apresentam quase sempre um custo de produção baixo. Isso se torna um fator de favorecimento aos empacotadores e distribuidores desse produto, uma vez que o seu mercado está praticamente voltado aos países desenvolvidos. Esses últimos ficam com a maior parcela do lucro na troca de mercadorias.

É possível também que ocorra a instalação de uma indústria cujas bases estejam no país de origem, ocupando no meio subdesenvolvido apenas o espaço e a mão-de-obra barata.

É o caso de empresas de capital japonês no Brasil e na Indonésia que usufruindo das condições locais visam basicamente suprir as necessidades do seu próprio mercado.

Isso se torna altamente lucrativo para a empresa pois, o produto final obtido no país menos desenvolvido entra no mercado do país de origem com os mesmos preços do produto local.

Daí a atração que pode exercer um país como o Brasil para empresários japoneses.

Tínhamos, portanto, de entender qual é o papel do Brasil no mercado internacional do chá, quem são esses produtores/fornecedores de matéria-prima, quais as relações do produtor com a agroindústria, qual o papel desempenhado pelo imigrante japonês na teicultura.

O procedimento para atingir eses objetivos não difere do que é habitual num trabalho de Geografia Humana.

Como fontes secundárias fizemos um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão nas bibliotecas das Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de Geografia e História, Departamento de Ciências Sociais e nos arquivos do Centro de Estudos Brasileiros), da Faculdade de Economia e Administração de Empresas (USP); da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade Estadual de Londrina (Biblioteca Central) e no Japão, nas bibliotecas da Universidade de Shizuoka, de Tsukuba e da Estação Experimental de Kanaya, na Província de Shizuoka. Ainda, dentro das fontes secundárias foram consultados os arquivos do Jornal Tribuna do Ribeira (Registro), dados estatísticos e mapas da Fundação IBGE, Fotos Aéreas da Base Aerofotogrametria, Boletim anual da International Tea Committee (ITC-Londres) , Cartas dos municípios de Registro, Pariquera-Açu,

Sete Barras elaborados pelo Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC).

As fontes primárias foram coletadas em entrevistas e na aplicação de questionários. Foram aplicados cerca de 120 questionários junto aos produtores de chá de Registro, Pariquera-Açú, Tapiraí e Jacupiranga, a maior parte nos municípios de Registro e Pariquera-Açú pelo fato de apresentarem grande porcentagem de produtores e também pela diversidade em categorias de produtor.

Encontramos algumas dificuldades na coleta de dados gerais sobre a teicultura uma vez que a Secretaria da Agricultura local não dispunha de dados quanto ao número total de produtores, sua área de produção e tamanho da propriedade. Neste caso tivemos que recorrer aos dados amostrais dos questionários aplicados junto aos produtores para que tivéssemos um panorama da teicultura e dados fornecidos pela CHABRAS (indústria que conta com maior número de fornecedores de matéria-prima).

Por outro lado, quanto aos problemas enfrentados pelos produtores de chá estávamos com a expectativa de encontrar algumas informações gerais junto à Associação dos Teicultores do Estado de São Paulo. Entretanto, esta se encontra desativada há alguns anos. A única associação que está em funcionamento é a Associação Paulista de Chá Preto que está mais ligada aos industriais do chá.

Inúmeras entrevistas foram realizadas com os mais antigos produtores de Registro e de Pariquera-Açú com o intuito de se fazer um resgate histórico da produção do chá. Os dirigentes de todas as indústrias foram exaustivamente entrevistados a fim de compreendermos os mecanismos da produção, industrialização e comercialização desse produto. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar o estágio realizado no Japão, por quatro meses, onde entrevistamos produtores e industriais a fim de podermos detectar como se dá a organização da produção e comercialização num país de tradição no consumo do chá. Procuramos também ali obter algumas referências sobre o quadro agrário num país capitalista com desenvolvimento industrial avançado.

Para compreender a teicultura restrita à uma área específica do território nacional, num contexto mais amplo do quadro agrário brasileiro, as bases teóricas foram se sedimentando ao longo de nossa formação universitária, sobretudo após nossa dissertação de mestrado. Cursos na pós-graduação, leituras relacionadas a outras culturas no Brasil e no exterior, muita reflexão ajudada por mestres e especialistas do chá no campo, troca de experiências ajudaram-nos muito a abrir nossos horizontes para a problemática em questão..

Também os contatos e a vivência em outra realidade fora do Brasil (Japão) nos possibilitaram obter uma visão mais

concreta sobre as formas de organização da produção e comercialização dos países tradicionalmente produtores de chá. Isso nos levou a situar melhor o papel da teicultura brasileira num contexto global.

A partir daí tentamos estruturar o presente trabalho e o fizemos em quatro capítulos, além desta introdução e de algumas considerações finais.

O primeiro capítulo " A teicultura no Brasil - origem e expansão" é um rastreamento histórico dessa produção procurando mostrar o caminho seguido pelos produtores e industriais das suas origens até hoje, no sentido de permitir melhor interpretação da atual configuração da teicultura no Brasil e registrar um aspecto ainda pouco conhecido.

No segundo capítulo, "As relações comerciais do chá", tratamos a questão da participação do nosso produto no mercado internacional, procurando também dar um panorama do comportamento do mesmo a nível da produção mundial. Esse capítulo foi colocado intencionalmente antes da análise do tema propriamente dito, porque o maior destaque no destino desta produção está voltado ao mercado internacional. Por outro lado, os preços oferecidos aos produtores de matéria-prima para as indústrias estão intimamente ligados ao comportamento internacional.

No terceiro capítulo "As relações de produção na teicultura" abordamos os diferentes níveis de relações sociais de produção existentes na teicultura. Também, procuramos estabelecer as categorias de produtor e sua relação com a terra no processo produtivo do chá. Na medida do necessário tentamos inserir as relações sociais vigentes que antecedem à mecanização e ao Estatuto do Trabalhador Rural, para melhor compreensão do procedimento atual.

No quarto capítulo "A agroindústria e as formas de subordinação do produtor" analisamos como se dá o atrelamento do produtor de chá às indústrias e simultaneamente a inserção da entrada do capital financeiro e industrial nesse processo de subordinação.

Nas considerações finais: "O chá e a (re)ordenação territorial" analisamos como a teicultura foi moldando a paisagem agrária dos municípios de Registro e Pariquera-Açú e formando o quadro atual com as tendências de reordenação daquele território.

A estrutura apresentada neste trabalho deve-se a uma preocupação que tínhamos em verificar os níveis de subordinação do produtor à agroindústria do chá.

Esse procedimento pode ser justificado por termos realizado um trabalho anterior de mestrado sobre a teicultura

numa colônia de japoneses de Tapirai quando lá detectamos a existência dessa relação de subordinação. Detectamos apenas, mas deixamos para aprofundar a questão mais para a frente, pois já havíamos atingido o objetivo perseguido na época e não contávamos com a bagagem teórica suficiente para tentar uma interpretação mais pertinente.

A presente pesquisa foi direcionada a partir dessa temática central.

O cerne do nosso trabalho está nos capítulos III e IV, aqueles que os antecedem são necessários para o encaminhamento do nosso objetivo principal, qual seja o de detectar relações de dependência e dominação na agroindústria do chá.

Esperamos ter dado aqui mais um pequeno passo no entendimento das complexas relações de poder e sujeição que vigem no campo, a partir de nossos conhecimentos sobre o chá.

CAPÍTULO 1

A TEICULTURA NO BRASIL - ORIGEM E EXPANSÃO

1. Ocupação inicial

São oito os municípios produtores de chá. Porém, como salientamos anteriormente, Registro e Pariquera-Açú merecem destaque pelo desempenho atual e passado, no desenvolvimento da teicultura brasileira.

A introdução dessa cultura deve-se aos imigrantes japoneses que se instalaram nos núcleos de colonização de Registro e Sete Barras, no início deste século.

O município de Registro é considerado o "berço" do chá, pois, foi a área pioneira desta cultura na Baixada do Ribeira. Pariquera-Açú é o segundo município pela importância em volume de produção e historicamente, também recebeu grande influência nipônica para o incremento desta atividade. Este município vem se destacando ao longo desses últimos 30 anos, pela sua produção e comercialização voltadas praticamente ao exterior.

Registro foi uma área colonizada por iniciativa da Companhia de Colonização do Brasil depois encampada, em 1919, pela K.K.K.K. (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha) Companhia

Ultramarina de Empreendimentos S.A., parte de um núcleo maior, o de Iguape. (Anexo 1)

O Núcleo Iguape é uma das mais antigas áreas de ocupação japonesa do Estado de São Paulo. Na porção sul do litoral paulista instalaram-se três núcleos: Katsurã ou Jiporuva (1913), Registro (1918) e Sete Barras (1920).

Na época, todos os núcleos pertenciam ao município de Iguape e ao longo do tempo houve a emancipação de Registro e posteriormente, de Sete Barras. Até meados da década de 50, Sete Barras pertencia a Registro e, Jiporuva ao município de Iguape.

Segundo Petrone (1966:154), "as áreas onde se verificou o trabalho da Kaigai eram muito extensas, abrangendo três porções: a maior, de 50.000 hectares, cujo processo definitivo de entrega por parte do governo paulista somente se encerrou em 1931 (...) a segunda, com superfície bastante grande pois que media 24.994 hectares, foi adquirida pela Kaigai (...) e a terceira e menor das três, finalmente cedida pela Câmara Municipal de Iguape, compreendia 859 hectares. (...) Tratava-se, portanto, de um total de 75.853 hectares, ou seja, mais de 30.000 alqueires, uma superfície realmente considerável, principalmente se comparada com as superfícies das colônias já existentes, como a de Pariquera-Açú."

Uma das razões do governo ter cedido os 50.000 hectares denominado "Núcleo de Colonização Estadual" é porque na época "o partido majoritário de sustentação do governo de São Paulo era o Partido Republicano Paulista, na sua maioria constituído de grandes cafeicultores, cuja maior preocupação se voltava para o problema de mão-de-obra em suas fazendas. Para superar a instabilidade e a falta de perspectivas dos colonos das fazendas cafeeiras, o governo decidiu acenar-lhes com o N.C.E.. Eram os núcleos de colonização para onde os trabalhadores poderiam se dirigir em busca de autonomia, como produtores independentes, contanto que completassem determinados anos de serviços na fazenda, conforme estabeleciam contratos assinados com os respectivos proprietários. O governo, contudo, cuidou para que a maioria dos núcleos, distribuídos em vários pontos do estado, sempre estivessem fora da faixa cafeeira. Incentivando o cultivo de produtos agrícolas de consumo, era evidente que o governo não tinha a menor intenção de estimular, com a instalação dos núcleos, a concorrência com as fazendas cafeeiras existentes." (Handa, 1987:358)

O núcleo Katsura, hoje Jiporua foi o primeiro núcleo a ser instalado. Em 1914, conforme citação de Nogueira (1973:219), já haviam construído casas com abertura de caminhos numa área de 50 hectares. " Dos 27 lotes demarcados, 14 já se encontravam ocupados, sendo que a população total atingia 115 pessoas."

Os lotes da Colônia eram basicamente de 10 alqueires, com formato alongado pois tinham por princípio que todos fossem servidos por águas fluviais.

Mesmo que Katsura tenha sido a primeira área colonizada, "a K.K.K.K. fez questão, desde o início, de instalar em Registro a sede de seu escritório de administração dos três núcleos de colonização, o chamado núcleo Iguape."
(Handa, 1987:346)

Sendo assim, Registro recebeu toda a infra-estrutura para o assentamento dos imigrantes quais sejam, escolas, hospital, biblioteca e até mesmo um campo experimental denominado campo de experiência.

Nogueira (1973:220), cita que já estavam concluídas em 1917 "20 Km de estrada de rodagem ao longo do ribeirão de Carapiranga, cujo ponto inicial era a sede da Colônia, isto é, a povoação de Registro, então já habitada por japoneses; uma grande hospedaria para 150 famílias, construída em 2 pavimentos de tijolos, com as condições recomendadas pela higiene; uma enfermaria e uma olaria. Apontava ainda a existência de um campo de experimentação agrícola e uma hospedaria para 50 famílias (sic). Com 124 lotes demarcados, estava a Colônia preparada para receber 200 famílias."

Petrone (1966:154) afirma que "a presença da K.K.K.K. fez das colônias japonesas da Baixada um fato inteiramente diferente das demais colônias que aí foram criadas. As japonesas surgiram e se desenvolveram sob a égide de uma organização muito forte, e cremos que a isso se deve, em grande parte, o seu maior desenvolvimento."

A política original da Companhia objetivava implantar a rizicultura mas, Handa(1987:358) faz uma observação quanto à atitude da colonizadora proibindo a implantação do café dizendo que, "até hoje não estão claras as diretrizes expostas pelo então "Sindicato de Tóquio", durante as conversações mantidas com o governo paulista, a respeito da concessão gratuita de terras. Contudo, o fato de o representante local da empresa japonesa, Aoyagui, ter-se entusiasmado com as terras, a seu ver propícias para a rizicultura, além do veto da própria companhia ao cultivo do café até o ano de 1923, são bastante sugestivos no que se refere ao teor do acordo verbal das duas partes, apesar de nada disso constar no contrato oficial."

Para enfatizar o comentário acima citado, observe-se os dados da tabela a seguir demonstrando que a colônia realmente não havia introduzido a cafeicultura, atividade esta a que a vizinha Pariquera-Açú vinha se dedicando praticamente desde o início da sua ocupação. O arroz, conforme a orientação inicial, é o que apresenta maior rentabilidade. O café só foi introduzido após 1923 e, em 1929 a colônia já possuía cerca de 864.680 pés.

Constatamos nos depoimentos coletados no campo que paralelamente ao chá ainda se cultivava o café, pelo menos até 1933, quando se atingiu o auge desta cultura.

TABELA 1 - Colônia Registro - Rendimento por produtos - 1920

ESPÉCIE	PREÇO/UNID.	QUANTIDADE*	VALOR (réis)
ARROZ EM CASCA	12.000 RÉIS	28.107 SACAS	337.284.000
MILHO	600 RÉIS	46.312 MÃOS	27.487.200
AÇÚCAR	20.000 RÉIS	3.506 SACAS	70.120.000
PINGA	25.000 RÉIS	2.680 BARRIS	42.000.000
OUTROS	-	-	56.633.000
TOTAL	-	-	533.824.200

Fonte: Sessenta Anos da Colônia Registro - 1978

* Saca de arroz - 48kg Saca de açúcar - 60kg
Mão de milho - 60 espigas Barril - 100 litros

Muitos imigrantes se instalaram na área quer seja dos cafezais do interior paulista, após o cumprimento do contrato, assim como aqueles vindos diretamente do Japão.

Nogueira (1973:223) ao colocar um quadro sobre o destino dos imigrantes japoneses que atracaram em Santos entre 1917 e 1922, demonstra que nesse período chegaram ao Núcleo de Iguape cerca de 486 famílias ou 1915 pessoas.

Ao longo do tempo, tanto Registro quanto os outros dois núcleos (Katsura e Sete Barras) começam a sentir o fenômeno

da evasão desses imigrantes. Segundo Handa, num período de apenas 14 anos, entre 1917 e 1931, os núcleos perdem um contingente significativo, cerca de 56% dos efetivos e atribui esse esvaziamento "primeiramente ao esgotamento da terra decorrente das seguidas plantações de arroz, sem que ela fosse adubada. Em segundo lugar, contribuiu largamente para o abandono, o "boom" do café no interior do estado, que coincidentemente teve lugar quando o núcleo mais sofria sob o impacto da baixa do preço do seu principal produto, o arroz. Finalmente, a alta do preço do algodão determinou o abandono de outro contingente de pessoas. A cidade de Registro, hoje famosa pela sua favorecida localização às margens do rio Ribeira de Iguape, na época não possuía atrativos suficientes para garantir a fixação dos colonos na região." (Handa, 1987:347)

Um outro argumento para esse caso é dado por Müller (1980:49) quando coloca que a colonização para a empresa constituía-se um meio de valorização de seu capital. Nesse sentido, parte do fracasso de sua iniciativa deve-se a não compatibilização entre o tempo requerido para a implantação e a maturação deste empreendimento e o tempo necessário para a valorização do capital da Kaigai. "A integração dos colonos aos mercados não partia apenas de sua situação de pequenos produtores endividados com a empresa promotora e de seus desejos de acumularem alguma riqueza mas, também, e principalmente, pelo fato dessa integração se dar numa área na qual praticamente toda

a infra-estrutura estava por ser feita e na qual as produções enviadas ao mercado ressentiam-se enormemente da concorrência."

Deve-se salientar que os meios de comunicação eram muito precários utilizando-se o rio Ribeira de Iguape para atingir a localidade de Juquiá e, dali, por via férrea, chegar a Santos. Para quem necessitasse ir à capital paulista teria que tomar um outro trem partindo de Santos. Um dos antigos moradores de Registro relata que "*para ir e voltar de São Paulo era necessário uma semana para permanecer apenas um dia na capital paulista.*"(1)

Em relação à diminuição do contingente de colonos japoneses Petrone (1966:159) atribui entre outros motivos que em "em 1937 foi rescindido o contrato com a Kaigai, enquanto que, em 1945, a área com maiores efetivos de japoneses e descendentes, abrangendo as colônias de Registro e Sete Barras, foi englobada ao novo município de Registro. A interrupção das atividades da Kaigai, aliada a uma efetiva presença de uma organização administrativa municipal, orientada por elementos brasileiros modificaram substancialmente os quadros anteriores, cessando daí por diante, praticamente o afluxo de novos colonos japoneses."

(1) Em 1929 a companhia constrói a primeira estrada de rodagem entre Juquiá e Registro. Em 1938 concluem-se as obras da estrada estadual e somente em 1960, chega em Registro a rodovia Regis Bittencourt (BR-116).

Apesar dessa evasão, os imigrantes que ainda possuíam condições financeiras ali permaneceram e continuaram experimentando outras culturas como a cana para aguardente e até mesmo o café, que teve seu auge por volta de 1933. Após a autorização para o cultivo do café, Registro se dedicou a esse produto mas, sem o sucesso dos cafezais da região interiorana. Devido a inaptidão da área para tal cultura, os cafezais sofreram um precoce envelhecimento e a produção caiu drasticamente.

A história do chá em Pariquera-Açú já é mais recente. Somente na década de 60, ali foi iniciada a atividade teicultora mas, historicamente é um dos municípios de colonização mais antiga da Baixada do Ribeira, povoado por vários elementos de origem estrangeira e nacionais, no final do século passado.

Algumas evidências históricas da sua ocupação precisam ser mencionadas para que possamos visualizar as transformações sofridas no quadro agrário e na infra-estrutura instalada após a introdução da teicultura.

Segundo Petrone (1966), "Pariquera-Açú foi uma das mais extensas colônias estaduais surgidas no fim do século passado e início deste. Com perímetro irregular, compreendia 6.434 alqueires de superfície.(...) Apresenta altitudes modestas, situadas imediatamente para o interior da zona de restingas consolidadas. Na topografia em que predomina a suavidade das formas, com a presença de interflúvios pouco pronunciados e vales

amplos e abertos." Sua altitude varia entre 12 e 15 metros e as condições climáticas se caracterizam por temperaturas relativamente elevadas e por alta umidade.

A ocupação se deu inicialmente por germânicos procedentes da Alemanha e Austria, por eslavos da Rússia e Polônia e, também, por brasileiros oriundos da própria região da Baixada. Em 1887, o núcleo era pouco ocupado compondo-se de uma população de apenas 293 habitantes. Mais tarde, houve um afluxo significativo de famílias oriundas da Itália e por volta de 1896 havia cerca de 72 famílias (segundo lugar em número de famílias depois da brasileira) compostas por 229 pessoas.

Os lotes possuíam dimensões de 25 a 30 hectares o que, segundo Petrone, "são menores que as "colônias" das áreas de colonização gaúcha." (Anexo 2)

Quanto às atividades agrícolas desenvolvidas por essa população baseamo-nos em Petrone para o ano de 1897, quando havia cerca 1.600 habitantes representados por 354 famílias.

Os dados colocados por Petrone permitem avaliar o valor de produção daquela época em que o café se destacava com 189.120 quilos o equivalente a 113.472 mil réis, seguido pelo arroz com 259.750 litros (98.750 mil réis). Além desses produtos pode-se também evidenciar o milho, a mandioca e a farinha de mandioca,

que eram para comercialização local bem como para sua subsistência.

Os de caráter comercial eram o café, o arroz e a farinha de mandioca. A cultura do café se deve, em parte, aos colonos que traziam experiências das fazendas de café do planalto. Só para salientar, nesse ano de 1897 havia cerca de 632.000 pés naquela colônia.

O número total da população ascendeu para 2.285 dos quais mais da metade eram brasileiros (1213).

Com esse sucesso aparente, no início deste século a área sofre uma evasão significativa em função das condições oferecidas pelos dirigentes da Colônia. Petrone, pondera que a sua localização não era das mais negativas pois situava-se próximo a Jacupiranga (14 Km.), estava a apenas 21 Km. do mar e próximo de centros povoados. Entretanto, as precárias condições das vias de comunicação desmantelariam esses pontos positivos e teriam contribuído para tal evasão.

Somente em 1959, Pariquera-Açú se emancipou de Jacupiranga, quando suas atividades econômicas ainda estavam totalmente voltadas para o mercado interno, principalmente o mercado local.

Os dados oficiais deste município referente às atividades agrícolas para o ano de 1950 foram impossíveis de serem coletados em função da sua emancipação ter se dado após esta data. Entretanto, os dados de 1960 demonstram que as principais atividades agrícolas estavam voltadas à cultura do arroz com cerca de 1500 hectares, do milho com 1000 hectares, 190 hectares de cana-de-açúcar, 150 hectares de feijão e 112 hectares de café. O chá aparece com apenas 9 hectares.

Quanto à força de trabalho utilizada na agricultura, dentre 364 estabelecimentos, 355 utilizavam a força humana demonstrando que todas as atividades eram realizadas manualmente. Cerca de 82% dos estabelecimentos recenseados com área cultivada estavam inseridos nas faixas de 2 a 10 hectares, predominando as de 2 a 5 hectares.

Estas características nos oferecem um panorama grosseiro das condições em que a área rural de Pariqueira-Açú se encontrava, quando a teicultura se adentrou naquele município.

2. Os japoneses e a teicultura

A primeira tentativa de introdução do chá no Brasil foi por D. João VI, na cidade do Rio de Janeiro, no Jardim Botânico. Posteriormente, inicia-se uma nova área no estado de Minas Gerais mais especificamente em Ouro Preto onde foi criada, em 1840, uma

escola para o ensino da cultura do chá e sua industrialização. Ali, existia uma estação experimental e a produção era comercializada no mercado nacional.

A cidade de São Paulo contava também com chácaras que cultivavam essa planta. As primeiras sementes de chá foram introduzidas pelo general José Arouche de Toledo Rondon em sua chácara, localizada nas imediações do atual Viaduto do Chá. Foi desse lugar que Okamoto levou as primeiras sementes de chá para Registro.

Na edição comemorativa dos 60 anos da Colônia de Registro pode-se ler que "o pioneiro do chá em Registro foi Torazo Okamoto." Torazo Okamoto procedente de uma área tradicional da teicultura japonesa plantou experimentalmente um tipo de chá denominado chinês e já existente em alguns pontos do Brasil. Era uma das várias tentativas de se encontrar uma cultura que se fixasse na área.(2)

Ainda, segundo essa edição comemorativa, já havia pés de chá plantados no campo de experiência da K.K.K.K. desde 1918. Okamoto começou a pensar no cultivo do chá em 1922 e, arrumou 20 kg de sementes da variedade chinesa no subúrbio de São Paulo com os quais obteve duas mil mudas. Em 1934 havia formado cerca de 80 alqueires.

(2) Botânicamente o chá denomina-se *Camellia Sinensis* (L) O Kuntze que pode ser identificado em "assâmico" e "chinês".

Por volta de 1927, ainda na fase experimental, iniciava-se paulatinamente a fabricação artesanal do chá verde, bebida tradicional dos japoneses, com o objetivo de suprir as necessidades dos imigrantes japoneses aqui radicados.

Pela falta de experiência e mesmo de equipamentos para o beneficiamento, muitas tentativas foram feitas no sentido de se aperfeiçoar o processo produtivo. Muitos dos componentes "industriais" eram feitos de madeira utilizando-se também, em algumas etapas, o próprio pé, a exemplo do processo de "amassamento" das folhas.

O chá preto também é experimentado paralelamente à produção do chá verde, sendo o último em prioridade.

Como a elite paulistana e carioca estava consumindo chá preto importado do Ceilão (atual Sri Lanka), para os produtores de Registro esse tipo de bebida poderia ser viável como outra opção. Na ocasião o Brasil importava cerca de 40 toneladas/ano.

Na possibilidade de se adentrar nesse mercado, os produtores passam a adquirir novas maquinarias em função da exigência do novo produto. Novo porque o processo de beneficiamento é diferente ao do chá verde. Para tal empreendimento os imigrantes obtinham apoio do governo japonês, por intermédio da companhia, no sentido de importar os

equipamentos necessários, bem como receber orientação técnica à produção do chá preto.(3)

Note-se que o empenho dos japoneses na aquisição de maiores conhecimentos para a produção do chá preto foi muito grande, pois, segundo depoimentos de um pioneiro, um dos produtores ao receber livros e manuais sobre essa cultura solicitados ao consulado japonês chegou a imprimir cópias mimeografadas para a sua divulgação entre os interessados. Era ainda para eles uma cultura desconhecida e necessitava de maiores informações à respeito. Verifica-se, portanto, que o aprendizado deu-se com a própria experiência, adquirida no decorrer dos anos, diferentes daqueles de Pariquera-Açú, mencionados anteriormente, que já traziam uma bagagem de conhecimentos referentes aos tratos culturais do café das fazendas, do interior paulista.

Observa-se que nessa tentativa de se estabelecer a cultura do chá no núcleo de Registro a K.K.K.K. sempre esteve ao lado dos produtores intermediando-os com o governo japonês, no sentido de obter subvenções tanto na área técnica como na importação de maquinarias e na construção de benfeitorias para a instalação de unidades industriais, via associativismo.

Em 1934, já somavam em Registro cerca de setenta a oitenta famílias de agricultores e 17 unidades domésticas de

(3) Nesse período o Japão ainda produzia chá preto. Hoje, estão se dedicando somente ao chá verde devido ao seu maior consumo. O chá preto é importado dos principais países produtores do mundo.

processamento do chá bruto. O auge do café já havia passado, e os agricultores se dedicaram mais à produção de chá.

Constata-se que a produção do chá preto exige uma variedade mais apropriada qual seja, a assâmica. Os melhores clones desta variedade encontram-se na Índia e na Sri Lanka. Assim, Torazo Okamoto vai ao Japão objetivando adquirir as máquinas necessárias ao novo empreendimento e ao retornar desta viagem, passando em Sri Lanka, obteve sementes desta variedade que foram trazidas de forma clandestina, segundo depoimentos obtidos em Registro.

A exemplo de Torazo Okamoto novos produtores vão em busca desta variedade em diversos pontos do Brasil, uma vez que tiveram conhecimento desta planta em Ouro Preto (MG) e na Fazenda Tozan em Pindamonhangaba. A euforia era tão grande que chegaram a selecionar uma variedade de chá no município de Sete Barras a qual denominou-se SB1, até hoje existente em alguns chazais de Registro.

Observa-se que Registro introduziu sementes de diversas procedências, fato este, que propiciou os pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas selecionarem uma variedade mais apropriada às condições climáticas daquela área. Nos chazais mais recentes encontram-se a variedade IAC-259, de maior produtividade, principalmente no pico da safra (dezembro a fevereiro).

Tecnicamente o processo de produção e beneficiamento foi se aperfeiçoando mas, percebe-se que o grande problema estava na comercialização do produto. Muitas tentativas de se organizarem para obter opções de venda foram realizadas mas nem sempre foram duradouras. Havia muitas indústrias de médio e pequeno porte e não havia uma entidade que as coordenasse para tal.

Houve um período em que conseguiram reunir cerca de 68 produtores de chá para fundar a "Sociedade Chá Tupi" com o objetivo de melhorar o produto e de fortalecer a comercialização. Daí, surgiu a marca Chá Tupi, hoje, utilizada pela usina dos cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia. (Foto 01)

Em 1943, essa sociedade é desestruturada em função da falta de homogeneização do produto o que dificultava a obtenção de melhores preços. Seus membros, na sua maioria, passam a se integrar à Cooperativa Agrícola de Cotia que possuía uma rede de vendas melhor organizada.

Observe-se que Kautsky (1980:140) já dizia, "a sociedade de venda só poderá se tornar verdadeiramente útil à pequena exploração quando conseguir que os seus diferentes membros produzam de maneira uniforme, segundo um plano uniforme e com meios uniformes."

Entretanto, é necessário esclarecer que nem todos participavam da Sociedade Chá Tupi havendo ainda uma série de outros fabricantes com suas respectivas marcas a exemplo da Chá Flora, Chá Regina, Chá Ribeira, Chá Ypiranga, Chá do Sul, Chá Boa Vista, Chá Marajá, Chá Imperador e Chá Rainha. (Foto 02)

Em 1944, havia aproximadamente 45 fábricas, sendo 34 com capacidade de produção de até uma tonelada. A produção total atingia 378 toneladas.

Essas pequenas fábricas, com produção de até uma tonelada, se caracterizam em produzir, na sua propriedade, o denominado chá bruto, ou seja, referente a primeira etapa do processo de beneficiamento. O chá bruto era comercializado junto às indústrias de maior porte e estas o beneficiavam, fazendo a classificação do produto e o seu empacotamento.

A fase de implantação das indústrias se dá em meados da década de 30, período este de muitas mudanças no cenário político, econômico e social do país, em consequência da crise de 29 e também da revolução de 30.

"Simultaneamente, a reestruturação do aparelho estatal e da administração federal, após a Revolução de 30, confere ao Poder Público novas atribuições, quanto às atividades econômicas. (...) No caso brasileiro, as medidas adotadas para preservar o fluxo da renda no setor cafeeiro tiveram consequências muito



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 01 - Unidade industrial, hoje desativada, da Sociedade Chá Tupi , instalada na década de 30 (à esquerda da foto, um dos pioneiros do chá) . Sete Barras . 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 02 - Antiga instalação da indústria Chá Flora , em Registro (desativada na década de 70). Registro. 1992

importantes para a economia como um todo. (...) Ao elevar-se a taxa cambial, o governo brasileiro encarecia a moeda estrangeira. Em consequência, encareciam as importações, na maior parte de manufaturados. Essa situação levou parte da demanda interna a satisfazer-se com os similares nacionais. Na prática, estava ocorrendo o estímulo da produção manufatureira do país." (Ianni, 1984:202)

Verifica-se que a iniciativa desses produtores de chá em colocar um produto no mercado interno foi possível em função da própria situação que o país oferecia. Mesmo, com a evasão significativa da população daquela área, os que permaneceram, tiveram a oportunidade de encontrar uma cultura que propiciou à sua fixação. O chá é uma planta perene, de vida útil prolongada chegando até 40 a 50 anos, desde que, receba tratamentos culturais adequados. "Na Índia dizem que as plantas com 120 anos produzem mais" conta H. Okamoto diretor presidente da Chá Ribeira.

"A imigração firma-se, bem como a Baixada encontra espaço na divisão social do trabalho, ao trocar os desejos da política econômica governamental em reavivar a rizicultura, pela demanda dos mercados nacional e internacional do chá." (Müller, 1980:57)

Mesmo em caráter semi-artesanal do beneficiamento do chá, a teicultura conquistou o mercado interno, mas é no período de 1939-45 que ocorre um aumento significativo na sua produção.

"Os que plantavam algum chá passaram a cultivar apenas chá, adquirindo todos os bens de consumo de que necessitavam e que antes produziam.(...)." (Müller, 1980:58)

Com o conflito bélico (Segunda Guerra Mundial), a Argentina que importava cerca de 4 a 5.000 toneladas/ano dos países tradicionalmente produtores, a exemplo do Ceilão (Sri Lanka) e Índia, solicita a importação do chá produzido no Brasil.

Diante dessa solicitação houve uma expansão significativa, tanto em área quanto em unidades de processamento do chá bruto. A produção ia bem mas, no campo da comercialização, inicia-se uma série de problemas em relação à legislação do imposto ao consumidor (que era regido por uma lei de 1926, específica para os produtos importados) e além disso, por falta de um controle da demanda do produto. Devido à existência de várias marcas e com o mercado em alta, a comercialização era realizada particularmente em cada uma das unidades industriais.

Nesse período, por problemas internos, principalmente pela falta de capital de giro, a Sociedade Chá Tupi começa a entrar em colapso. Na verdade verifica-se ali, um total despreparo dessa sociedade para enfrentar problemas na comercialização e, o empenho não foi suficiente para manter o ritmo de vendas. Segundo as palavras de Kautsky, (1980:140) "A associação não é capaz de fazer negócio, - suprimir os

concorrentes, formar freguesia, aproveitar todas as circunstâncias de que poderia tirar partido. O empresário particular, independente, interessado no mais alto grau, disso se ocupa com mais eficiência."

Para tentar solucionar o problema, negociam com a Cooperativa de Cotia, que viabilizaria a comercialização do chá beneficiado, uma vez que ela possuía uma extensa rede de vendas. Paulatinamente, muitos desses associados tornam-se cooperados. Esse fato vem gerar um desmantelamento de um esquema de organização associativista que vinha exercendo um papel relevante na teicultura, e poderia continuar a fazê-lo, se não fosse a falta de uma experiência maior no ramo, principalmente no que concerne a comercialização.

Segundo o depoimento de um dos pioneiros na industrialização do chá, "o preço estava muito bom, foi a melhor época, entre 1946 e 1947 era vendido a 42.000 reis o quilo enquanto o feijão custava 3.000 réis e o arroz 2.500 reis."

Essa euforia levou ao aumento sucessivo dos chazais e do volume de produção. Em 1948 foram produzidas 560 toneladas, em 57 cerca de 760 toneladas e, em 1961, atingiu 1700 toneladas.

A produção estava em franca evolução; porém, uma nova crise se abate no início da década de 50. A Argentina passa a produzir o seu próprio chá com sementes levadas do Brasil e adota

medidas de proteção aos produtos nacionais. Em decorrência, os produtores de Registro perdem um dos maiores clientes do mercado externo, o que provoca um aumento nos estoques, gerando assim uma crise interna. Neste momento se inicia a centralização dos pequenos capitais para superar essa crise.

As razões de terem levado à centralização, por parte de algumas empresas se deve ao fato de que para procurar outros mercados no exterior haveria a necessidade de se homogeneizar a produção. Para isso, seria necessário que todos os produtores, inclusive as pequenas unidades artesanais, renovassem suas maquinarias. Na impossibilidade de enfrentar tal empreendimento, os pequenos optam por entregar a matéria-prima (folhas verdes) ao invés do chá bruto, às indústrias de maior porte que haviam renovado os seus equipamentos.

A relação produtor-indústria começa a sofrer um processo de mudança, uma vez que o sistema anterior permitia que o produtor negociasse com a indústria, de posse do produto semi-beneficiado.

Há um novo mercado para o chá que se direciona a um grande consumidor, o Chile. A comercialização com este país foi sendo conquistada. Entretanto, os teicultores vivenciam uma nova crise, quando a Argentina entra no mercado chileno com preços competidores, dessa forma acarretando uma retração na exportação

do produto brasileiro e, conseqüentemente, um aumento dos estoques.

A solução encontrada foi a de aumentar o volume no mercado interno, porém, conseguiram colocar apenas 20% da produção. Diante desta crise partiram para outras alternativas, uma delas foi a de entrar no mercado mundial, procurando os países da América do Norte e da Europa; segundo, os teicultores, se assim, conseguiriam maior estabilidade nas suas exportações.

Em 1958, no meio desse processo de centralização dos pequenos produtores, assiste-se pela primeira vez a participação do capital estrangeiro.

A Standard Brands, de capital americano, se associou a uma indústria já existente, denominada Chá Amazon. A maquinaria foi totalmente importada como parte do capital estrangeiro e a Chá Amazon oferece a infra-estrutura física com o compromisso de ampliá-la de acordo com as exigências feitas. Essa nova indústria passa a se denominar CHABRAS (Sociedade Brasileira Beneficiadora de Lna Ltda.), a maior da Baixada do Ribeira.

É necessário lembrar que no contexto nacional estava sendo implementado o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek que estimulava a entrada de capital estrangeiro, no sentido de incrementar a industrialização brasileira. Anterior a

esse fato, o governo Café Filho adotou uma medida denominada Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

"A Instrução 113, baixada no início de 1955 pelo fiel partidário de Gudin e chefe da SUMOC, Otávio Gouveia de Bulhões, permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a 'importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo governo. Mantida essa tendência no período Kubitschek, ela obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo a estes uma ampla gama de facilidades." (Camargo, 1991:264)

O surgimento da CHABRAS, em consequência dessa associação com o capital americano e a política empregada de não produzir a matéria-prima, leva à expansão de novas áreas geralmente de pequenos produtores, principalmente, no município de Pariquera-Açú.

Na época, Pariquera-Açú contava com a predominância de brasileiros, ali instalados desde a colonização. Pelas pesquisas de campo, percebe-se que, também, permaneceram alguns descendentes de estrangeiros, principalmente os de origem italiana e polonesa. As áreas onde se iniciaram as primeiras plantações de chá se situavam ao norte do município, fazendo fronteira com Registro.

Pela capacidade da indústria seria necessário que obtivessem grande quantidade de matéria-prima e isso só poderia ser feito através de muitos fornecedores. Conforme o diretor brasileiro desta empresa, fizeram um trabalho de base para tentar convencer aqueles produtores não descendentes de nipônicos, a se adentrarem nesse ramo de atividade. Iniciaram a distribuição de sementes, na tentativa de conquistar cada produtor, ali residente.

O capital industrial determina neste momento a divisão social do trabalho e se insere num sistema produtivo até então essencialmente familiar, independente na comercialização da produção para algo que levará ao processo de dependência nas suas relações junto à indústria.

Hoje, o município de Pariqueira-Açú conta com cerca de 1.600 hectares de área plantada, caracterizada por pequenos produtores, salvo aqueles que vieram em caráter empresarial após a instalação de uma infra-estrutura viária.

Os depoimentos de antigos produtores de Pariqueira-Açú, mostram-nos que antes do chá, as estradas eram verdadeiros caminhos que mal comportavam uma carroça e estes eram conservados pelos próprios moradores do bairro.

Um fato importante a se salientar é que a expansão no município de Pariqueira-Açú se deve também à abertura da BR-116

(Regis Bittencourt), facilitando o transporte da matéria-prima à indústria que naquela época estava concentrada no município de Registro.

A concorrência se estabelece em função da instalação da CHABRAS o que leva outros industriais de capital nacional a se concentrarem entre si. É o caso da atual usina da Cooperativa Agrícola de Cotia que, anteriormente, contava com pequeno número de cooperados fornecedores de matéria-prima "in natura" ou em chá bruto. Assim, os associados da indústria Chá Tupy se unem àqueles da cooperativa para se fortalecer, tanto industrialmente quanto comercialmente. Paradoxalmente, no final da década de 60, um dos cooperados se desliga da C.A.C. para montar a sua própria indústria, a atual AGROCHA, a segunda maior da área.

O desligamento desse cooperado é assim explicado por um de seus proprietários: *"naquela época a produção desta atual empresa correspondia a 50% do total da matéria-prima encaminhada a usina da cooperativa e assim sendo, verificamos a possibilidade de montar a própria unidade industrial."* Denota-se que o espírito empresarial foi mais relevante que o espírito associativista.

"Por volta de 1968, as medidas de política econômica relativas a restrições creditícias promulgadas em 1965 abalam novamente a teicultura do Vale. Este processo culminou nos anos 70 com nova centralização, da qual resultaram cinco grandes

empresas que operam como oligopsônios em relação a produção agrícola." (Müller, 1980:58-59)

Nota-se que, com a entrada desse capital americano, a nova indústria, a CHABRAS, passa a obter uma série de vantagens junto ao mercado externo em função da infra-estrutura comercial existente, principalmente nos Estados Unidos. Por outro lado, a Cooperativa de Cotia implanta na Europa um escritório de comercialização de seus produtos exportáveis, incluindo o chá. Este fato leva os teicultores da Baixada a uma conquista efetiva no mercado internacional.

É de se salientar que durante esse processo de centralização ou mesmo de fechamento de algumas das unidades industriais de Registro, em 1973, uma nova indústria de capital nacional, a BRASPEKOE, cujos proprietários não são de origem nipônica, instalou-se no município de Pariquera-Açu. Estrategicamente essa indústria se localizou próxima aos bairros de maior concentração de chazais daquele município, dividindo o número de fornecedores que, até então, estavam ligados a Registro.

A BRASPEKOE esteve em atividade até a safra 89/90, mas com o plano econômico do governo Collor fecha as portas. Somente, na safra 92/93, reinicia as atividades, através de um grupo de empresários paulistas que adquiriram a fábrica e os chazais existentes, via apoio financeiro do BNDES/BANESPA.

3. Novas áreas de expansão

Paralelamente à introdução da teicultura, em Pariquera-Açu, inicia-se um processo de expansão em outras áreas, a princípio, próximos a Registro, em que as condições climáticas, edáficas e topográficas são diferentes. (Foto 3)

Por iniciativa da Cooperativa Agrícola de Cotia cerca de 40 cooperados se associam para o cultivo e industrialização do chá preto no município de Tapiraí, a 90 km de Registro e a 140 Km. da capital, via Ibiúna/ Piedade. Esse fato ocorre no início da década de 60, mas o empreendimento fracassa e, em 1970, a unidade industrial já se encontrava nas mãos do capital japonês. (4)

Com a entrada do capital estrangeiro os rumos da teicultura daquela área se modificam, objetivando então a industrializar o chá verde, sob a marca comercial Agroindustrial e Comercial "Green Tea" Ltda., voltado principalmente ao mercado japonês.

Em 1972, a "Green Tea" inicia a abertura de novas áreas e introduz uma variedade específica para o chá verde, trazida do Japão; mais tarde instala a indústria de beneficiamento no município de Araucária (PR). As razões desta

(4) Maiores detalhes estão em: Tsukamoto, R.Y. "A experiência japonesa na cultura e industrialização do chá em Tapiraí (SP)". (dissertação de mestrado)

escolha se devem principalmente às condições climáticas e de altitude que são favoráveis à variedade introduzida.

Em 1985, a "Green Tea" se instala no município de São Miguel Arcanjo (SP) com a designação de Midori Indústria de Chá Ltda. Essa unidade tem a função de exportar diretamente ao mercado japonês, enquanto as demais ainda exportam para outros países do Oriente, a exemplo do Paquistão. (Foto 04)

Para o funcionamento dessas indústrias, a maquinária é totalmente importada do Japão, pois, não existe nenhuma indústria similar no Brasil.

Essa entrada do capital externo na teicultura se deve às condições políticas existentes no país e a uma série de leis e decretos-leis que beneficiavam as empresas estrangeiras. Entre elas, ficavam isentas ou então beneficiar-se-iam de reduções substanciais do imposto de importação dos bens e equipamentos necessários e teriam também o direito de registrar esses bens como capital estrangeiro. "Acrescente-se a isto a isenção do Imposto sobre Produtos Industriais, aplicável aos produtos exportados ou destinados à exportação, a isenção do imposto sobre operações financeiras, em relação a créditos e seguros de mercadorias exportáveis e a redução do imposto de circulação sobre produtos exportáveis, para se ter uma idéia da magnitude dos fatores concedidos." (Sampaio, 1980:132)



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 03 - Chazal em Tapiraí, no Bairro Coopercotia. Observe-se a topografia movimentada, característica da Serra de Paranapiacaba. 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 04 - Vista parcial da Agrochã São Miguel Arcanjo (Midori - Indústria de Chá). São Miguel Arcanjo . 1992

Ainda, referente à expansão da teicultura, uma outra nova área de produção e industrialização de chá preto surge no norte do Estado do Paraná. A área de produção abrange os municípios de Londrina e Rolândia, e a unidade industrial se encontra em Rolândia. Trata-se da iniciativa de cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia a qual atualmente, está na fase inicial da industrialização. Para não ocorrer algo semelhante ao desmantelamento da produção de chá dos cooperados de Tapiraí, a C.A.C. está condicionando à sua implantação, a existência de outras culturas paralelas.

Atualmente, ao nível dos produtores de chá no Brasil, estão envolvidos os de origem japonesa e brasileira; entretanto, ao nível industrial na maioria são os descendentes de japoneses.

Para aquelas indústrias que se instalaram no período semi-artesanal, nos idos da década de 30 a 40, são as que conseguiram superar as crises econômicas e políticas, através de associações com outras empresas ou de cooperativas, tiveram como tradição de se manter na indústria do chá. Por outro lado, para aqueles nipônicos que se instalaram além da fronteira da Baixada, os interesses foram diferentes. Sem a tradição mencionada seus interesses giraram mais no sentido de suprir as necessidades da indústria no exterior (Japão) usufruindo dos custos mais baixos que no país de origem.

Percebe-se que toda essa expansão do chá, tanto da lavoura quanto da indústria, se deve principalmente, a conquista do mercado externo. Iniciada em função da existência do mercado interno, propiciada por fatores político-econômicos que o país oferecia, mas, com a exportação iniciada na II Guerra para a Argentina, é que foi impulsionado o desenvolvimento dessa atividade.

CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES COMERCIAIS DO CHÁ

A comercialização do chá brasileiro foi sendo conquistada paulatinamente. De uma produção artesanal voltada a um restrito mercado, atingiu um nível tecnológico mais avançado que permitiu competir com outros países produtores do mercado mundial.

Hoje, a produção brasileira ocupa o segundo lugar dentre os países sul americanos tendo à frente a Argentina. Ressalve-se, entretanto, que a Argentina concorre somente em volume de produção e exportação, pois, em qualidade fica num patamar de inferioridade em relação ao Brasil.

Enquanto, os produtores brasileiros necessitaram encontrar, por si próprios, variedades mais adequadas para incrementar a produção em pequenas lavouras, os argentinos, por terem recebido grandes incentivos do então governo de Perón, de início implantaram cerca de 16.000 hectares de chá preto (1943) com sementes levadas do Brasil. Hoje, a Argentina conta com cerca de 40.000 hectares.

Esse tratamento diferenciado dado pelo governo à teicultura deve-se à própria expressão do produto no seu mercado

interno. No caso da Argentina, a iniciativa oficial procurou assegurar o abastecimento interno de 6 mil toneladas anuais, assim, aumentando o volume de produção.

Segundo, os pioneiros do chá no Brasil, esta atividade só contou, até agora, com apoio específico no governo de Lucas Nogueira Garcez, quando a Estação Experimental de Pariquera-Açú selecionou uma variedade adequada de chá para a Baixada do Ribeira, com seu respectivo coeficiente técnico.

Também a modernização técnica das indústrias foi sendo realizada pelos próprios industriais do ramo. Em se tratando de uma cultura essencialmente voltada para exportação, a preocupação com a qualidade do produto dinamiza o aprimoramento tecnológico.

As atuais indústrias de chá preto estão basicamente concentradas na Baixada do Ribeira representadas pela CHABRAS, Chá Ribeira, AGROCHA, Yamatea, Amaya e CAC. Podemos observar na figura 2 que a CHABRAS detinha o primeiro lugar na safra 91/92, dentre as seis indústrias em atividade, seguida da Chá Ribeira, AGROCHA e CAC. Somente 10% do total dessa produção fica retida no país e 90% destina-se ao mercado externo.

No Brasil, ao longo dos últimos 60 anos, aproximadamente, a atividade teicultora está direcionada para o mercado externo já que os brasileiros não têm o hábito arraigado de consumo do chá.

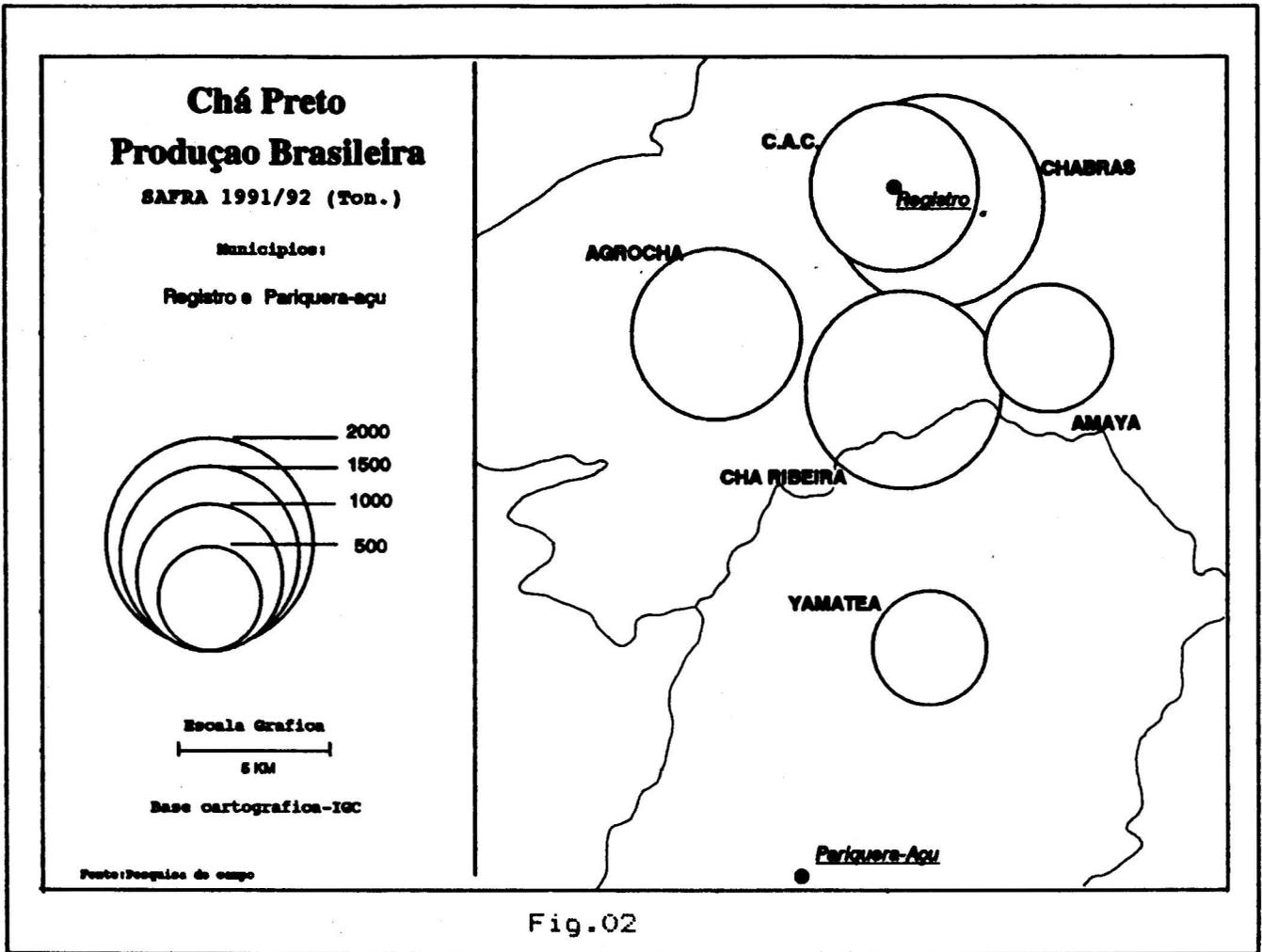


Fig.02

1. Um incipiente mercado interno

Mesmo com o inexpressivo consumo do chá preto e verde no mercado brasileiro as indústrias vêm tentando colocar o produto sob duas formas de apresentação: chá para infusão (leaf) e em saquinhos individuais (tea bags). Comparado aos maiores consumidores do mundo, as opções de preparo e de consumo são restritas, uma vez que nos outros países há também o chá instantâneo acondicionados em latas e garrafas, prontos para serem bebidos.

Dentre as diferentes marcas existentes no país algumas são comercializadas pela própria indústria e outras por terceiros.

As principais marcas disponíveis no mercado brasileiro são: Royal Blend (antiga Tender Leaf), Chá Ribeira, Chá Tupi, Chá Imperador, Chá Tay, Chá Ypiranga e mais recentemente, Chá Leão, Lipton e Real.

A Royal Blend, Leão, Real e Lipton (UNILEVER) não fazem o beneficiamento próprio. No caso da Royal Blend quem fornece é a CHABRAS (Sociedade Brasileira de Beneficiamento Ltda.) de Registro e, as outras adquirem produtos beneficiados das demais

indústrias de Registro e Pariquera-Açú. Essas outras marcas são empacotadas pelas próprias indústrias.(1)

O interesse das marcas não tradicionais de chá preto, com exceção da Lipton (conhecida mundialmente), em colocar mais essa opção ao consumidor é um exemplo de que está havendo perspectivas de aceitação no mercado interno. A moda de consumir produtos naturais pode ter sido uma das oportunidades de se colocar o chá preto na mesma linha de comercialização.

Segundo o Relatório A.C. Nielsen de novembro/dezembro de 1992, publicado pelo Jornal O Estado de São Paulo, dentre o consumo de chá no Brasil, o chá preto representava 7,3% o que é ultrapassado de longe pelo chá mate, com 83,9%.

Nesse mercado de 7,3% destacam-se as marcas Royal Blend com 69,1% do mercado, 10,8% da Lipton e 5,4% da Leão. Sendo o produto retido no país da ordem de 900 toneladas aproximadamente, significa que cerca de 766 toneladas estão nas mãos dessas marcas.

Esses números demonstram que a CHABRAS, além de ser a maior exportadora é também líder na comercialização do chá preto através da Royal Blend. Diante da perspectiva de crescimento de consumo dos chás naturais e sem cafeína, a empresa passou a

(1)A Royal Blend e a sócia americana da CHABRAS (Sociedade Brasileira Beneficiadora de Chá Ltda.) fazem parte do mesmo capital do Grupo Fleischmann & Royal.

produzir, há cerca de um ano e meio, a linha Royal Blend Camomila e Erva-Doce.

Para o ano de 1989, o consumo "per capita" de chá preto ficou em 0,006 Kg. em contraposição ao café que foi da ordem de 2,8 kg/hab/ano.

Com a ressalva de que o chá retido no país é consumido principalmente, pelos orientais e seus descendentes e que essa população está mais concentrada no Estado de São Paulo podemos inferir que grosseiramente o consumo seja de 0,03 kg "per capita".

Além do mercado paulista alguns industriais de Registro declararam que os demais consumidores são da região sul do país, e dos estados do Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais.

Esse fato pode ser atribuído à própria característica da composição populacional destas áreas. São áreas onde a presença de descendentes europeus é marcante, o que reflete nos hábitos de consumo desta bebida.

Na comercialização e distribuição do produto, os empacotadores enfrentam problemas junto aos atacadistas, os quais exigem prazos de 30 a 60 dias para pagar o produto. Pedem mais tempo de carência para o pagamento porque o giro do capital é demorado.

Segundo um industrial que empacota e comercializa no país, os custos da confecção de embalagens para o mercado interno é muito alto, o que não ocorre com o chá de exportação, embalado a granel. E continua, "*talvez para ter acesso mais fácil ao mercado interno seja necessário "casar" com outro produto como por exemplo o chá Royal Blend com gelatina, açúcar União com café Caboclo, etc.*"

Essa idéia pode ser confirmada com a colocação do chá preto da Leão e da Lipton, pois ambas são produtoras de alimentos e dessa forma o acesso é facilitado junto aos grandes supermercados ou atacadistas, para os quais são fornecidas outras linhas de produtos de sua fabricação.

No caso do chá verde, a circulação da mercadoria é mais restrita visto que o produto é apenas consumido pelos orientais, que se acham concentrados principalmente no Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná, como também aos adeptos da macrobiótica.

Quanto às marcas comercializadas são basicamente duas: Green Tea/Yamamotoyama e Agrochá.

Verifica-se que o mercado interno do chá preto e verde é inexpressivo, mas essa característica é devido ao próprio empenho das indústrias brasileiras que ainda preferem colocar o produto no mercado externo mais rentável, já conquistado e

consolidado nos últimos 30 anos, do que ficar num mercado restrito concorrendo inclusive com o tradicional cafezinho.

Percebe-se que apesar de ser orientada para o mercado externo, a produção do chá brasileiro não é contudo muito expressiva no contexto mundial.

2. Mercado Internacional

2.1. Aspectos gerais do mercado mundial

Com o processo de reestruturação da economia mundial as relações políticas e econômicas entre as nações estão se transformando através das grandes alianças a exemplo do Mercado Comum Europeu, do NAFTA (Acordo Norte- Americano de Livre Comércio), dos "tigres asiáticos" representados pelos novos países industriais da Ásia Oriental ou mesmo da APEC (Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

Verifica-se, entretanto, que em determinados níveis das relações comerciais, mesmo com a atual reestruturação da economia, ainda permanece o caráter, tão discutido pelos teóricos, de países centrais e periféricos, principalmente em se tratando de produtos advindos da agricultura e seus manufaturados.

Quando algum ramo da agricultura ou da agroindústria dos países periféricos vem de encontro aos interesses do capital estrangeiro de centro é óbvio o papel exercido por eles no momento da comercialização desses produtos a nível mundial. A questão da mão-de-obra rural, por exemplo, é um dos fatores de atração para o investimento do capital externo. Segundo Michalêt (1984:169) "as disparidades de salário parecem constituir o elemento preponderante na escolha de uma nova localização das unidades produtivas. De acordo com tal raciocínio, a implantação de uma filial já não será determinada pela avaliação das possibilidades do mercado de implantação, mas pela dotação do fator trabalho."

No mercado mundial do chá os países produtores de maior expressão comercial são a Índia, a Sri Lanka, o Quênia e a Indonésia, para o chá preto. Para o chá verde o maior ainda é a China. O Japão é também produtor de chá verde, mas comparado a China o seu volume de produção está em torno de 28% (cerca de 87.900 toneladas) que é praticamente absorvido pelo mercado interno. (Fig. 3)

Todos os países de destaque, na produção do chá, são de periferia e possui uma característica que os nivela - a mão-de-obra barata. No Japão, que obviamente não se enquadra no perfil econômico desses países, a mão-de-obra tornou-se muito valorizada após a Segunda Guerra Mundial.

PRINCIPAIS PAISES PRODUTORES DE CHÁ

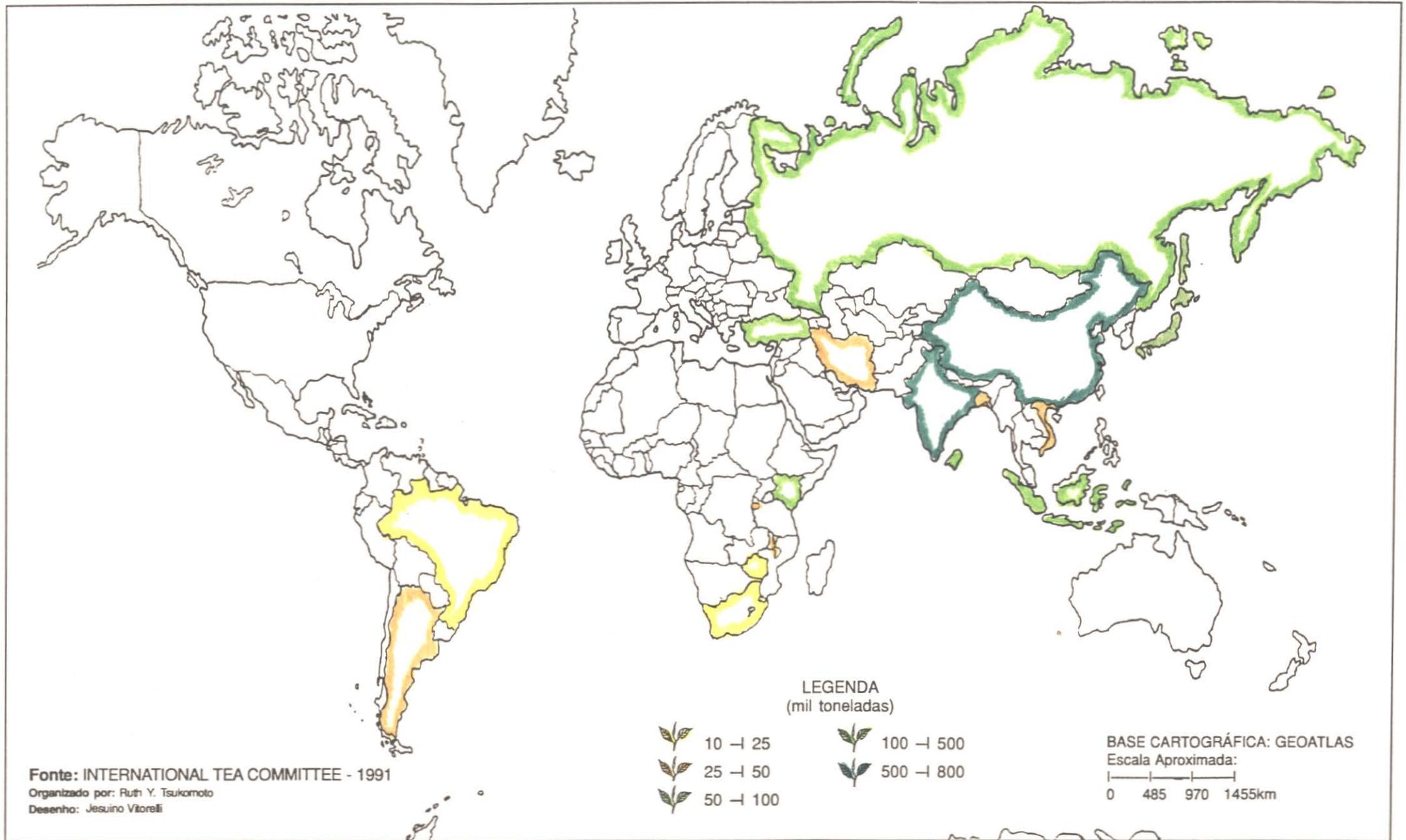


Fig. 03

A China é o país mais antigo na produção e no consumo do chá, razão pela qual alguns autores a consideram o "berço" do chá. De lá se expandiu para outros países asiáticos como o Japão que até hoje conserva o hábito milenar do consumo do chá verde.

"O chá foi levado da China para o Japão pelos sacerdotes budistas. A primeira referência documentada sobre o chá está descrita no livro "Nihon Kouki" que o sacerdote Eichu serviu o Imperador Saga com chá em seu templo no ano 815. Em 1191, o sacerdote Yeisai retornou da China no período Sung com um chá semelhante. Ele é também conhecido como o autor do primeiro livro japonês sobre o chá, no qual ele expõe que o chá era um divino remédio e um supremo presente dos céus por preservar a vida humana. (...) O hábito de consumir o chá foi gradualmente transmitido das limitadas classes dos bonzos e da aristocracia para a sociedade dos "samurais", e depois tornou-se popular entre as pessoas comuns. Por outro lado, a arte da cerimônia do chá foi levada por Sen Rikyu (1522-1591), um grande mestre do cerimonial do chá." Iwasa (1991:69)

Segundo George (1976:235) "o chá é uma bebida tradicional no Extremo Oriente e nas Índias. Seu uso foi introduzido na Europa Oriental pelas caravanas de mercadores, que traziam às feiras do Volga os produtos da China, transitados pela Ásia Central, países muçulmanos do Oriente Próximo e do Mediterrâneo pelos comerciantes árabes."

Hoje o maior consumidor da Europa é o Reino Unido. Segundo a história do chá essa bebida foi adotada como hábito popular inglês no século XIX. Sobre a origem desse hábito conta-se a seguinte história:

"Todas as tardes, por volta das 17 horas, no longo intervalo entre as refeições, a duquesa Anna de Beresford, mulher do sétimo duque de Beresford, conselheiro da Corôa Britânica, costumava ficar indisposta, com a sensação de vazio no estômago. Para amenizar o desconforto, ela ordenava à criada que lhe levasse aos aposentos uma bandeja de chá, pão e manteiga. O mal-estar passava e o hábito da duquesa começou a ser imitado pelas amigas, pelas amigas das amigas e também pelos respectivos maridos. E foi assim que o "five o'clock tea", tendo nascido em 1840, como um santo remédio para aplacar o apetite da senhora de Beresford, dez anos depois tinha se tornado uma instituição nacional, o chá das cinco, tão confiável como a monarquia e tão inevitável como os impostos." (Rev.SUPERINTERESSANTE, mar.1990:55)

O fornecimento chinês foi cortado após a guerra e os ingleses começaram a procurar fontes alternativas nas suas colônias. Em 1834, Lord William Bentinck, o governador geral da Índia, nomeou um comitê do chá no sentido de orientar o cultivo comercial naquele país.

Meeberg (1992:649), afirma que em 1932 o Reino Unido perfazia 60% das importações de chá do mundo (cerca de 260.000

toneladas). Desse montante, cerca de 200.000 toneladas eram para o consumo interno do Reino Unido e o restante era re-exportado para vários países, entre eles, Estados Unidos, Canadá, URSS e países da Europa.

Com o decorrer dos anos, outros países passaram a produzi-lo e/ou importá-lo. Nesse sentido, observa-se que além dos países tradicionalmente produtores, outros entram no mercado do chá preto como o Quênia, a Indonésia, Moçambique, Argentina e o Brasil e como maiores importadores estão os países da Europa, os Estados Unidos, a ex-União Soviética entre outros.

Hoje, os principais países produtores e exportadores que mais se destacam em quantidade e qualidade são Índia, Srilanka e Quênia.

TABELA 2 - VOLUME DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO (Ton.)
Principais Países - 1990

Países	Produção	Exportação	Consumo Interno
Índia	714.665	199.660	515.005
China*	515.000	185.480	329.520
Srilanka	234.074	215.251	18.823
Quênia	197.008	181.200	15.808
Indonésia	130.380	110.964	39.416

FONTE: International Tea Committee - 1990

* chá verde

Verifica-se que apesar da Índia ser o maior produtor atualmente a quantidade exportada é inferior a da Sri Lanka e Quênia tendo em vista o alto consumo interno desse produto. Situação idêntica ocorre com a China. Estes são países que tradicionalmente consomem essa bebida e apresentam um grande contingente populacional, o que reflete no volume de chá retido no país.

O Reino Unido que sempre liderou no volume de importação mundial, nestes últimos anos, vem sendo ultrapassado pela ex-União Soviética, conforme consta na tabela abaixo.

TABELA 3 - IMPORTAÇÃO DE CHÁ PARA O CONSUMO
PRINCIPAIS PAÍSES (em ton.)

PAÍS	1988	1989	1990	1991
Reino Unido	162.699	162.861	141.894	146.081
URSS	133.500	214.600	210.000	157.000
Paquistão	85.452	116.861	105.759	111.156
E.U.A.	90.086	85.257	76.996	82.000
Irã	40.305	31.986	40.000*	72.700*
Japão	27.259	30.848	33.197	36.522

FONTE: International Tea Committee - 1990

* Estimativa do I.T.C.

Quanto ao aumento do volume de importação pela ex-URSS deve-se ao acidente nuclear de Chernobyl, quando diversas áreas

produtoras de chá deixaram de ser exploradas, havendo a necessidade de recorrerem ao mercado externo.

Hoje, o Reino Unido não importa essencialmente da Índia, passou a aumentar o volume de compra do Quênia que vem conquistando o mercado mundial. Conforme os dados da International Tea Committee (1990), o Reino Unido importou da Índia somente 15,8% e cerca de 47% do Quênia, de um total de 192.277 toneladas, no ano de 1989. Desse total, cerca de 162.861 toneladas foram destinadas ao consumo interno.

Por outro lado, verifica-se que o Reino Unido está importando em menor quantidade nos últimos anos, denotando que poderá estar ocorrendo uma mudança no hábito de consumo, sendo substituídos por outros tipos de bebidas, como já se verifica no Japão.

O consumo "per capita" do Reino Unido era de 3,18 Kg/ano (1979) e de 2,82 Kg/ano (1989).

No caso do Japão, está havendo um decréscimo no consumo do chá verde, bebida tradicional, e o consumo do chá preto vem aumentando significativamente. Segundo a Japan Tea Association o consumo "per capita" do chá preto aumentou de 0,064 Kg/ano (1978) para 0,104 Kg/ano (1989) enquanto no mesmo período o consumo do chá verde foi de 0,902 Kg para 0,750 Kg/ano.

Segundo, Yokomukai et alli(1991:648) da Kirin Beverage Corporation, o seu consumo de folhas para o chá, em forma de bebida, aumentou de 700 toneladas (1985) para 6.400 toneladas (1990). Como o Japão não é, atualmente, um país produtor de chá preto esse volume é importado dos grandes produtores.

De acordo com as informações obtidas no Japão, essa troca do consumo do chá verde para o preto está ligada à mudança nos hábitos alimentares, ocidentalizados. O tipo de alimento consumido nas lanchonetes como McDonald's, bastante difundido no Japão, não combina com o chá verde que está mais para as comidas típicas japonesas.

Países há também que importam e re-exportam o chá preto, como o Reino Unido e os Países Baixos.

TABELA 4 - PRINCIPAIS PAÍSES RE-EXPORTADORES DE CHÁ PRETO

VOLUME EM TONELADAS - 1990

Países	Importação	Re-exportação
Reino Unido	177.928	36.035
Países Baixos	26.398	14.751

FONTE: International Tea Committee - 1991

Os Países Baixos importaram, no ano de 1990, 26.398 toneladas num total de US\$ 53.390 e exportaram cerca de 14.751 toneladas ao preço de US\$ 37.703; o Reino Unido importou 177.928 toneladas a US\$381.189 e exportou 36.035 toneladas a US\$ 244.988.

Isso significa que o preço da re-exportação praticamente triplicou. Mesmo com os custos industriais do "blend", de empacotamento e eventuais taxas, a diferença é significativa.

São poucos os países que re-exportam, o que leva a crer que nesses países acima citados há uma grande concentração de intermediários e empacotadores a fim de realizar a distribuição para diversos pontos do globo.

TABELA 5 - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DO REINO UNIDO - 1990

Países	Volume(T.)	Valor (US\$1000)	Preço Médio/Kg.
Canadá	4.124	36.957	8,96
Alemanha Ocid.	3.259	10.225	3,13
Arábia Saudita	2.197	26.277	11,96
França	2.182	21.169	9,70
Polônia	1.813	4.365	2,40
Itália	1.765	14.672	8,31
Irlanda	1.679	5.447	3,24

Fonte: International Tea Committee - 1991

Observa-se nesta tabela que o Reino Unido ao exportar para esses países obtém preços variados, a exemplo da Arábia Saudita e da França. O preço médio por quilo está tres a quatro vezes superior ao valor de mercado dos leilões, que não ultrapassam US\$ 3,00.

O empacotador importa o chá de diversas procedências de qualidades superior e inferior. Com isso faz a mistura, o "blend" e coloca o produto no mercado consumidor, a preços bem acima dos valores pagos.

A título de exemplo, podemos citar como estava o preço ao consumidor; um pacote de chá de 50 gramas com 25 saquinhos custava cerca de US\$ 3,00 num supermercado da França. Na Itália, um pacote de 40 gramas com 20 saquinhos custava US\$ 2,85, em maio de 1992. Chama-se a atenção para esse fato, que além dos empacotadores e distribuidores ficarem com a maior fatia do lucro, da comercialização do produto, há também a questão de algumas marcas que são mundialmente reconhecidas pela sua tradição no mercado. Percebe-se que grande parte dos países que importam diretamente dos produtores, não produzem chá, mas, são grandes consumidores. (Tab.5)

Nota-se também que a grande movimentação do chá está voltada para os países europeus liderados, contudo, pelo Reino Unido. Já os da América Latina relacionam-se comercialmente, e em maior volume, com os Estados Unidos.

A Argentina é o país da América Latina que envia o maior volume aos Estados Unidos. Em 1990, exportou cerca de 15.366 toneladas ocupando o primeiro lugar, no volume de suas

importações. Em segundo a China, com 14.927 toneladas e a Indonésia com 10.405 toneladas.

TABELA 6 - CONSUMO "PER CAPITA" DOS PAÍSES IMPORTADORES
1987-1989

PAÍSES	KG/PER CAPITA
Reino Unido	2,81
Iraque	2,54
Irã	1,05
Paquistão	0,93
Países Baixos	0,65

FONTE: International Tea Committee - 1991

O preço médio do chá argentino ficou em torno de US\$0,82 e, segundo informações, o produto é barato e é usado para reduzir os custos.

Misdorp (1992:48) coloca que além dos Estados Unidos, a Argentina exportou para o Chile 8.047 toneladas, para os Países Baixos e Alemanha, cerca de 4.715 e 6.278 toneladas, respectivamente.

Dentre os países da América Latina, o Chile é o maior importador, tendo totalizado em 1989 o volume de 10.924 toneladas o que praticamente equivale ao total colocado pelo Brasil, no mercado mundial (10.000 ton.).

Os preços internacionais são estabelecidos através de leilões que ocorrem semanalmente, tanto nos países de maior produção (com destaque para as cidades de Calcutá, Colombo, Mombassa) quanto em Londres, tradicionalmente a maior importadora de chá.

Não se deve esquecer, todavia, que é um mercado cujos preços são oscilantes em decorrência de alguma anomalia climática nos países de maior produção, ou por efeito de algum conflito de caráter geopolítico, nos grandes países importadores. Conseqüentemente tais fenômenos refletem nos preços internacionais. Houve por exemplo, maior oferta que a procura quando foi deflagrada a guerra do Iraque, devido ao boicote comercial contra esse país; o mesmo para o acidente de Chernobyl, já mencionado.

É importante lembrar que não há um preço único para o chá. A explicação é que há vários leilões em diversos pontos. Em cada local, há uma classificação prévia do chá com seus respectivos preços, no sentido de oferecer um parâmetro aos compradores e vendedores.

Pode-se exemplificar com o leilão de Londres, tomando como base os dados da International Tea Committee (1990:97): *Low medium* - representa o padrão médio do chá de Malawi; *Medium Tea* - representa o padrão médio do chá de Assam e Quênia; *Quality*

tea - não significa o melhor, mas significa um chá acima do padrão médio.

No ano de 1989, o preço mais alto alcançado pelo padrão médio do *low medium* foi de 150 pence/Kg. e o mais baixo foi de 74 pence/Kg.. Já para o *medium tea* o mais alto foi de 170 pence e o mais baixo foi de 92 pence/Kg. O *quality tea* alcançou no mais alto, 225 pence/Kg. e 130 pence no mais baixo.

Meenberg (1992: 662) comenta que os leilões de chá nos países produtores geralmente são feitos na moeda local, (na Índia em ruppees Índia, no Srilanka em ruppees Ceilão, em Mombassa em shillings Quênia, etc.). Há às vezes flutuações na taxa de câmbio entre essas moedas e o dólar americano, shillings, etc.. O agente comprador local vai faturar para o seu comprador estrangeiro em dólares, em libras esterlinas, etc. mas tendo comprado na moeda local está sujeito ao risco cambial.

3. O BRASIL NO MERCADO INTERNACIONAL

É nesse quadro do "vai e vem" do produto no mercado mundial, que deve ser analisado o papel do chá brasileiro.

Segundo diretor da CHABRAS, a exportação de chá preto representa 0.06% no total da pauta das exportações paulistas. A produção se concentra na Baixada do Ribeira e sua participação no mercado mundial é de 0,4% o que corresponde a cerca de 10.000

toneladas anuais, movimentando um total de aproximadamente US\$9.000.000.

O Brasil entra efetivamente no mercado mundial em meados da década de 60. Até então, sua exportação se restringia aos países da América Latina a exemplo da Argentina durante a Segunda Guerra Mundial, do Chile e do Uruguai.

A exportação brasileira se firmou após a sua inclusão no mercado mundial, principalmente com os Estados Unidos e países da Europa.

O grande impulso dado para entrar nesse mercado se deve à CHABRAS, já associada a Fleischmann & Royal e à Cooperativa Agrícola de Cotia.

As novas relações comerciais se concretizaram através da infra-estrutura comercial de ambas; a primeira com suas redes de contato nos Estados Unidos e na Europa e, a segunda pela instalação de redes de vendas nos países compradores.(2)

Segundo a Associação Paulista de Chá Preto, o Brasil exporta cerca de 90% da sua produção da qual participam todas as indústrias de chá existentes no país. Algumas estão mais

(2) Lembramos que a Cooperativa Agrícola de Cotia conta com um escritório em Amsterdã para realizar operações de venda de vários produtos, incluindo o chá.

concentradas em determinados mercados, outras procuram pulverizar a sua exportação enviando para vários países.

Para a exportação do chá preto temos: AGROCHA, CHABRAS, CHA RIBEIRA, CHA COOPERCOTIA, CHA YPIRANGA e a YAMATEA. Para o chá verde temos: YAMAMOTOYAMA (Green Tea Agroindustrial, Midori-Indústria de Chá e Agrochá Boa Vista) e a AGROCHA.(3)

O chá brasileiro (tanto o preto quanto o verde) não é de qualidade superior, se comparado com o da Índia, do Sri Lanka e do Quênia para o preto e com o Japão ou China para o verde. O chá preto é aceito no mercado devido a sua característica de ser neutro quando misturado aos outros chás de melhor procedência. Esta neutralidade os mantém inalterados ao seu processo do "blend" tanto o sabor quanto o aroma.

Para Young & Arouca (1979:16), "o padrão de qualidade do produto é de médio a bom, porém como não há preocupação especial pela qualidade, resulta em um produto de médio para baixo, muito utilizado pelos países importadores para a elaboração de misturas (blend) de seus produtos, contribuindo assim, o chá brasileiro, para baixar o custo de produção de chá desses países, ou ainda, para aumentar as suas quantidades para exportação."

(3) Além destas indústrias temos a BRASPEKOE que reativou sua produção na safra 92/93. Citamos esta indústria eventualmente uma vez que nas estatísticas mais recentes da CACEX os seus dados não aparecem.

O chá preto brasileiro é exportado para diversos países do mundo, conforme podemos observar na tabela 7 e nas figuras 4 e 5.

TABELA 7 - BRASIL - EXPORTAÇÃO DE CHÁ- PRINCIPAIS PAÍSES - 1989

PAÍS	VOLUME (TON)	%
Estados Unidos	4.800	53,3
Países Baixos	850	9,4
Reino Unido	800	9,0
Chile	350	3,9
Paquistão *	350	3,9
Japão*	330	3,6
Alemanha	300	3,3
Uruguai	250	2,8
Canadá	90	3,2
Outros	880	9,8
Totais	9.000	100,0

FONTE: International Tea Committee - 1990

* chá verde

A tabela mostra que mais da metade do volume exportado, pelo Brasil, destina-se aos Estados Unidos, ficando os países restantes com uma participação bastante inferior em relação a esse país. Os industriais atribuem a esse fato às características do nosso chá que são adequadas à elaboração do "blend" e aos chás instantâneos.

BRASIL — EXPORTAÇÃO DE CHÁ — PRINCIPAIS PAÍSES

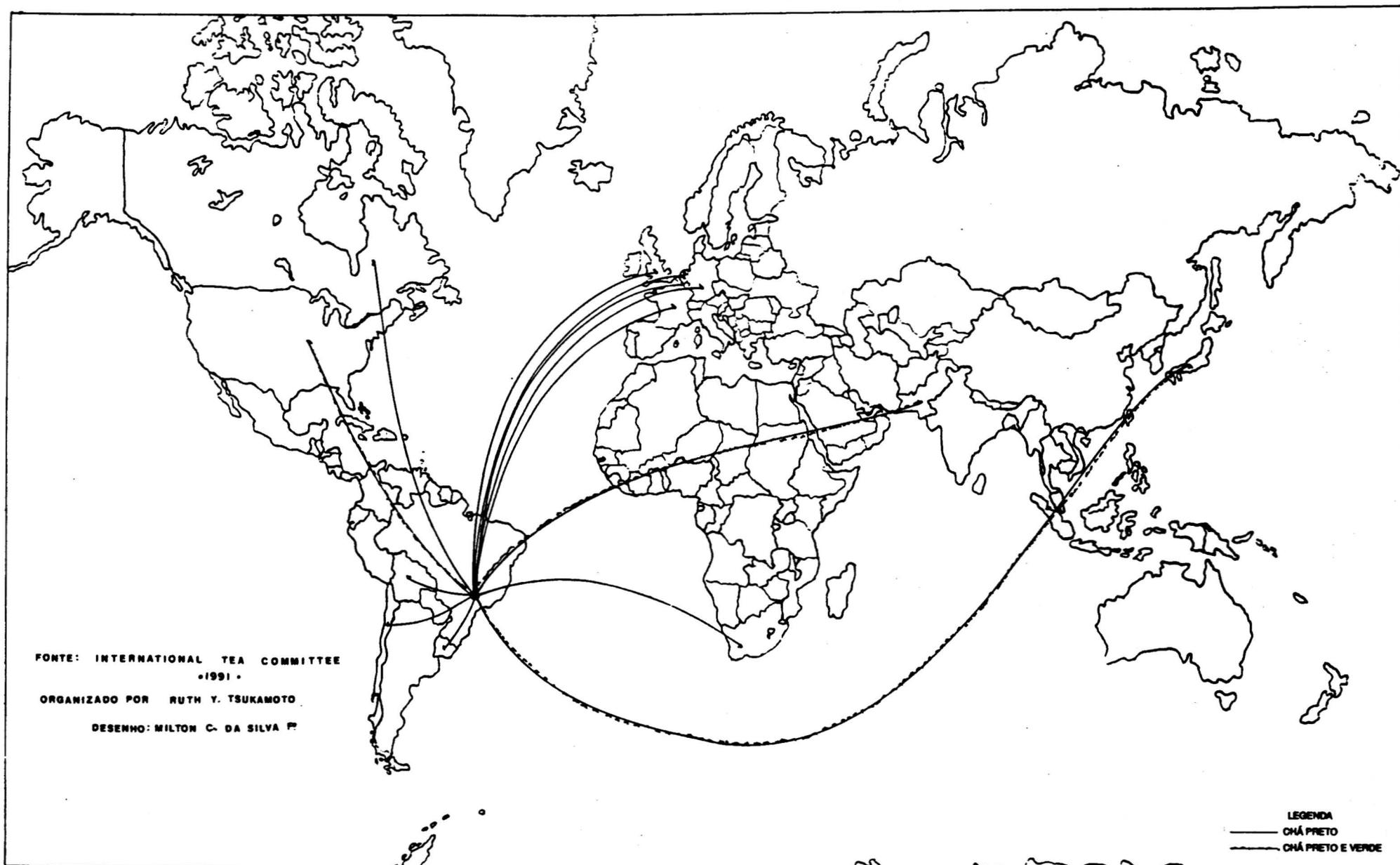


Fig. 04

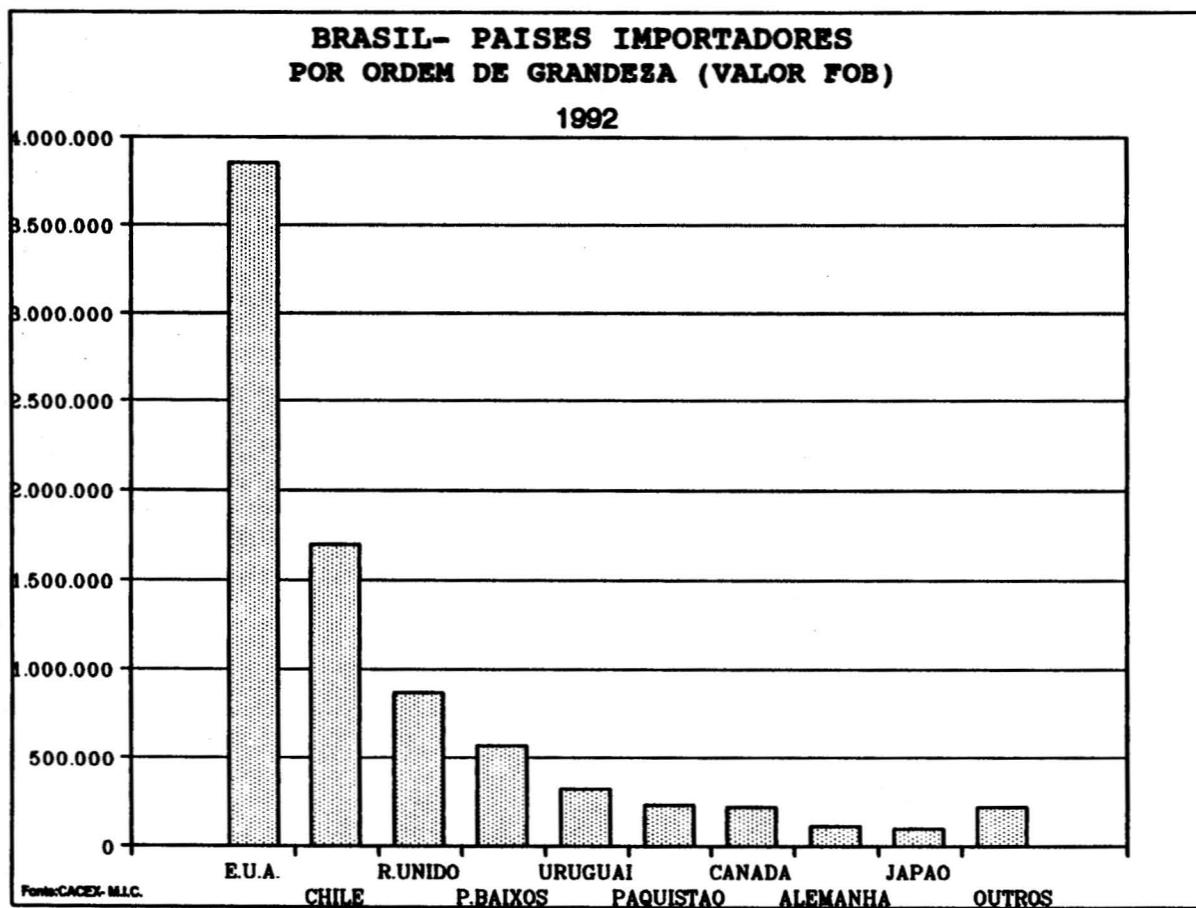


Fig. 05

Para o chá instantâneo, segundo especialistas, a cor deve ser alaranjada o que dá uma aparência mais "light". O chá de procedência asiática compromete a apresentação pois, se torna muito escuro no processo de industrialização, não adequada ao mercado.

Observe-se na figura 6, o volume de participação das indústrias brasileiras nas relações comerciais do chá com os Estados Unidos.

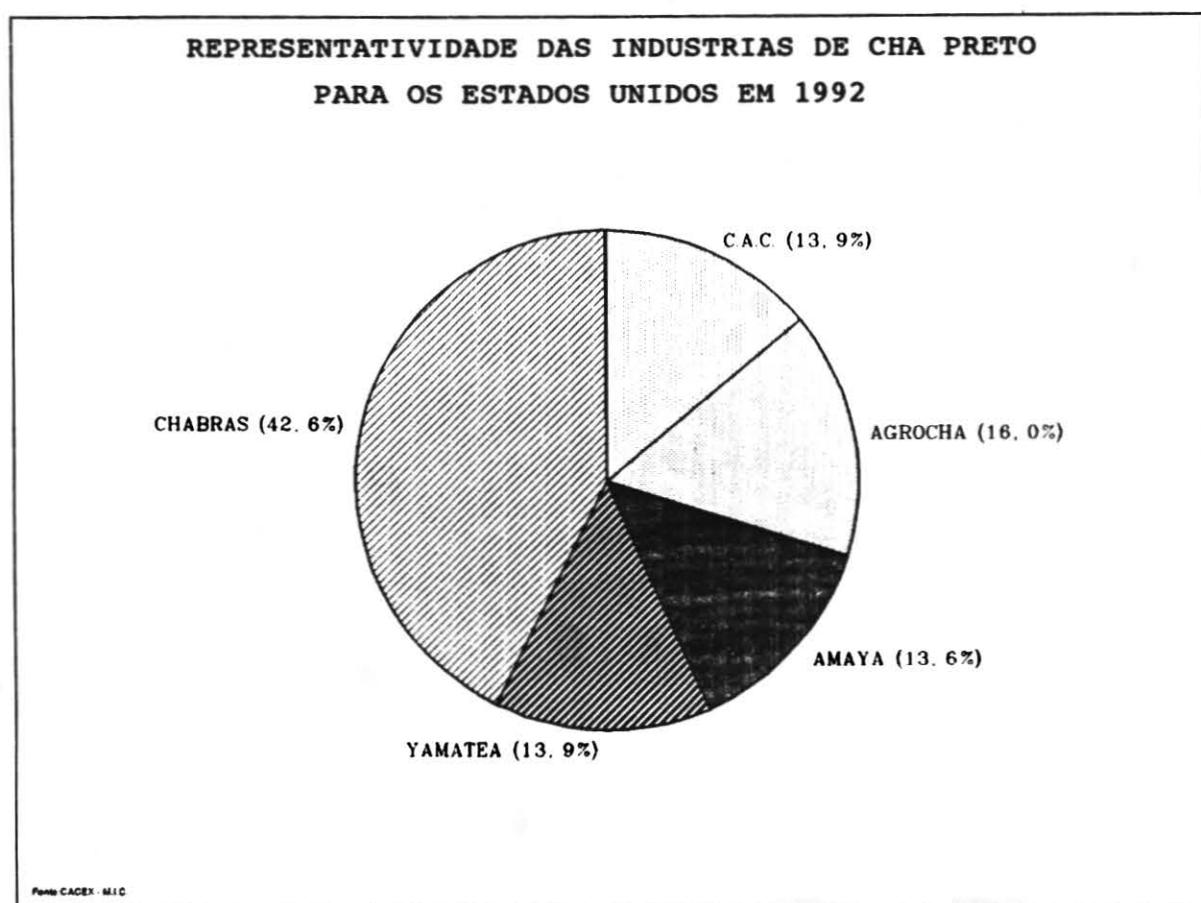


Fig. 06

Dentre essas indústrias, a que atinge a mais expressiva representação é a CHABRAS, sendo ela a maior produtora no Brasil e, tendo melhor acesso junto aos compradores americanos, uma vez que, conta com uma rede de vendas, já consolidada. Entre as demais indústrias todas se encontram no mesmo nível. No entanto, conforme os dados da CACEX sobre o valor de exportação de cada empresa, verifica-se que todas comercializaram em 90% com os Estados Unidos com exceção da AGROCHÁ que negociou somente 39% do total e da Cotia com 61,8%. São essas indústrias que preferiram pulverizar as suas vendas no mercado mundial.

A única indústria brasileira que tem exportado predominantemente para o Chile é a Chá Ribeira. Vem exportando, ultimamente, em embalagens prontas para o mercado consumidor. Conforme dados da CACEX em 1991, cerca de 98% do valor exportado pela Chá Ribeira foi para o Chile. Segundo o proprietário desta indústria cerca de 12% do chá consumido atualmente no Chile é procedente da Chá Ribeira. O Chile é o maior importador de chá preto da América do Sul, recebendo o produto de diversas procedências. O mesmo informante afirma que o produto importado da Argentina atende mais ao consumidor popular, o do Brasil à classe média e o da Índia se destina à classe alta da sociedade chilena. Em 1989 o Chile importou o equivalente a 1% da importação mundial, com cerca de 10.924 toneladas.

Os Países Baixos ficam em segundo lugar na exportação brasileira. Após a importação, eles re-exportam para outros países da Europa e para os Estados Unidos.

As indústrias brasileiras que mais exportaram para os Países Baixos no ano de 1990, foram: a Yamatea, Amaya, CHABRAS e a AGROCHA, como podemos verificar no gráfico a seguir. (Fig.7)

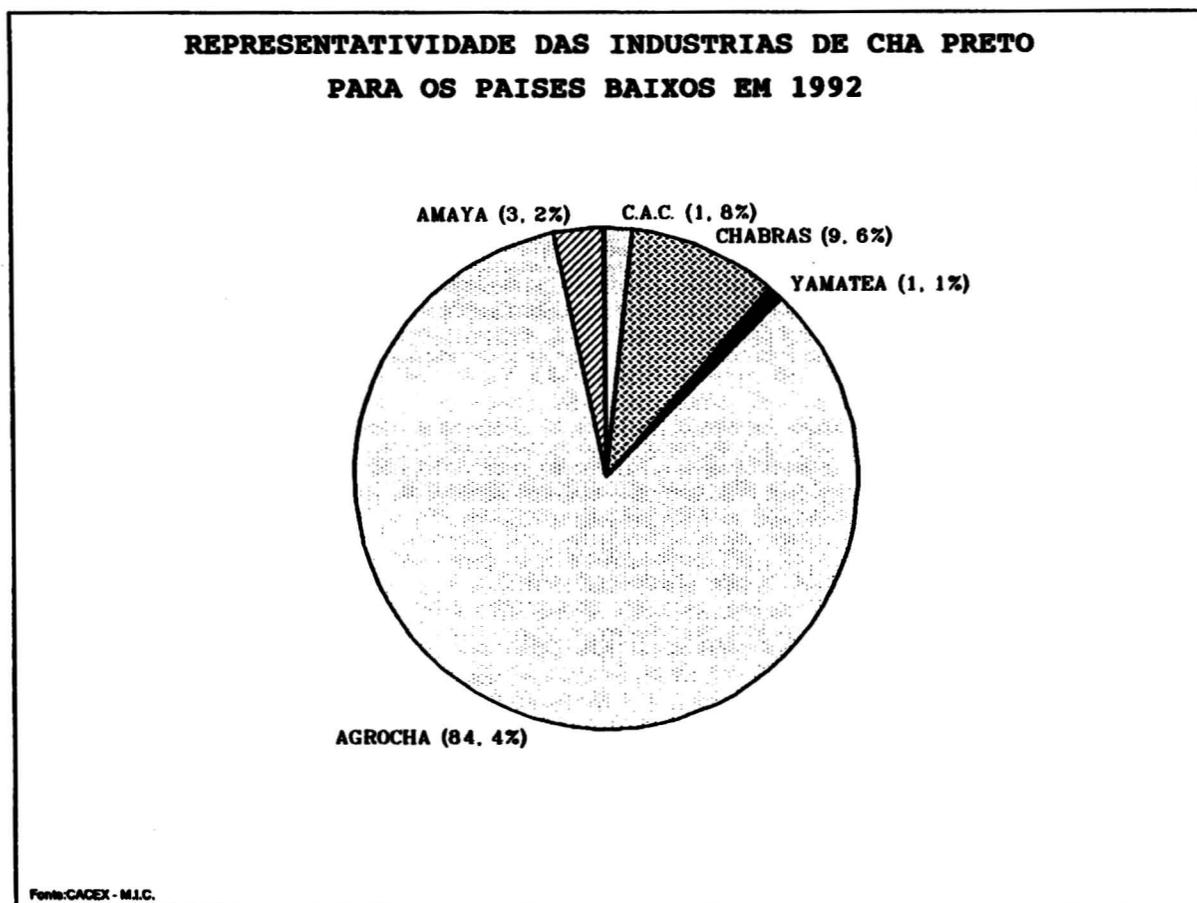


Fig. 07

Nos dados estatísticos da International Tea Committee de 1990, os Países Baixos re-exportaram para países da Europa com destaque para a Bélgica/Luxemburgo, Alemanha Ocidental e Polônia; para a América do Norte, principalmente aos Estados Unidos e, em menor proporção aos países do Oriente Médio e norte da África.

Esse fato impossibilita-nos detectar qual é o real destino do chá brasileiro, uma vez que, os Países Baixos importam chá de diversas procedências e, com a elaboração do "blend" pode-se deduzir que o nosso produto esteja na mesa dos consumidores de diversos países.

Para o Japão a maior parte da exportação do chá verde é efetuada pela Yamamotoyama, indústria de capital japonês, representada pela Agroindustrial Green Tea e Midori Indústria de Chá que estão produzindo no Brasil para abastecer a unidade industrial lá existente.

A Yamamotoyama está no Brasil há cerca de 20 anos e expandiu sua área de produção com variedades adequadas com o objetivo de colocar o produto, no mercado japonês, através do "blend". Segundo informações coletadas no Japão, já está sendo colocado, no mercado japonês, o produto brasileiro com especificações sobre a sua procedência na embalagem.

Além do Japão, o Brasil vem exportando para o Paquistão, através da Yamamotoyama e da Agrochá e, para os

Estados Unidos pela primeira, que possui uma unidade de distribuição em Los Angeles. O mercado nos Estados Unidos é para atender principalmente, a população oriental lá residente.

No Japão, a Yamamotoyama possui três unidades industriais. Além da produção de chá verde em forma de "leaf" (para infusão) ela também comercializa o chá verde enlatado o qual não exige uma matéria prima de alta qualidade. Também, este atende às diversas unidades hoteleiras do país para as quais a alta qualidade do produto não se faz necessária.

Num país, como o Japão, onde o chá é consumido sob diversas formas, o produto brasileiro, mesmo sendo de qualidade inferior ao daquele país, tem contribuído para o aumento do volume e barateamento dos seus custos, tanto para os chás de infusão quanto para os enlatados.

O chá verde brasileiro obtém melhores preços no mercado internacional se comparado com o preto. Enquanto o preto atinge em média US\$ 1,20, o verde chega a US\$ 2,00 por quilo. Note-se entretanto, que esse tipo de chá tem um mercado restrito e o processo de beneficiamento difere do preto. Portanto, o industrial necessita ter um mercado certo para tal produto.

Mesmo assim, o chá que é vendido, por exemplo, a US\$ 2,00 ou US\$ 3,00 o quilo pelas nossas indústrias, no Japão após a elaboração do "blend" poderá alcançar no mínimo US\$ 2,00

por 100 gramas, ou seja, US\$ 20,00 por quilo de chá. Deduzindo todos os custos industriais, de importação desta matéria-prima e mais o empacotamento, o lucro que essa empresa obtém é dos mais significativos.

Para melhor visualizar a exportação brasileira de chá verde observe-se os dados abaixo.

TABELA 8 - BRASIL - EXPORTAÇÃO DE CHÁ VERDE POR PAÍSES (VALOR FOB)

PAÍS	1989	1990	1991	1992
Japão	981.763	734.960	849.712	617.941
Paquistão	382.372	507.483	564.270	333.362
E.U.A.	142.625	195.664	247.462	227.916
Totais	1.506.760	1.438.107	1.661.444	1.179.219

FONTE: CACEX-BANCO DO BRASIL

No caso da Yamamotoyama, parte do chá beneficiado é produzido no Brasil onde o custo da mão-de-obra e de produção é infinitamente mais baixo se comparado ao do Japão. Boa parte do lucro conquistado aqui estará embutido no preço final do produto japonês.

Essa prática de ter seu próprio chazal com sua unidade agroindustrial em países com mão-de-obra barata, já vem ocorrendo com outras empresas japonesas, a exemplo da Mitsui-Norin. No Japão, ela tem unidades industriais e de empacotamento do chá

preto para o mercado interno. Por ser uma grande importadora de matéria-prima de outros países produtores como a Índia e Sri Lanka, decidiram ter também sua própria área de produção. Foram implantados entre 1987 e 1988, cerca de 200 hectares de chá na Indonésia, cuja indústria está operando com uma capacidade de produção de duas toneladas ao dia e com a perspectiva de triplicá-la quando o chazal atingir a fase adulta.

Nos casos acima mencionados, tanto a Yamamotoyama (no Brasil) quanto a Mitsui-Norin (na Indonésia), são exemplos de que o capital industrial estrangeiro dos países centrais está territorializando os espaços agrícolas disponíveis na periferia, com objetivo de obter um produto da forma mais rentável. Com os custos baixos na produção de matéria-prima, permite-se colocar no seu país de origem, a preços do mercado local que geralmente são altos.

A participação das indústrias brasileiras, no mercado mundial, pode não ser das mais significativas (cerca de 0,5%) se comparada com os maiores produtores. No entanto, o produto vem sendo aceito por diversos países proporcionando uma fonte de divisas da ordem de de US\$ 9.000.000.

Na figura 8, verifica-se que o comportamento dos valores das exportações entre 1989 e 1992 ocorreu um suave declínio nos valores de exportação, mas, isso não significa que estivesse havendo uma queda no volume exportado e sim, que

obtiveram baixos preços no mercado mundial. A Guerra do Iraque em 1991, como já foi lembrado anteriormente, provocou uma queda nos preços internacionais. O Iraque é um grande importador, mas com as sanções econômicas impostas deixou de comercializar o chá aumentando assim, o volume disponível no mercado. Observe-se que a diferença de comportamento do valor de exportação da Chá Ribeira. Esta, por ter um mercado cativo no Chile, tem conseguido, inclusive, aumentar o valor exportado. Por outro lado, houve também o aumento do volume de produção.

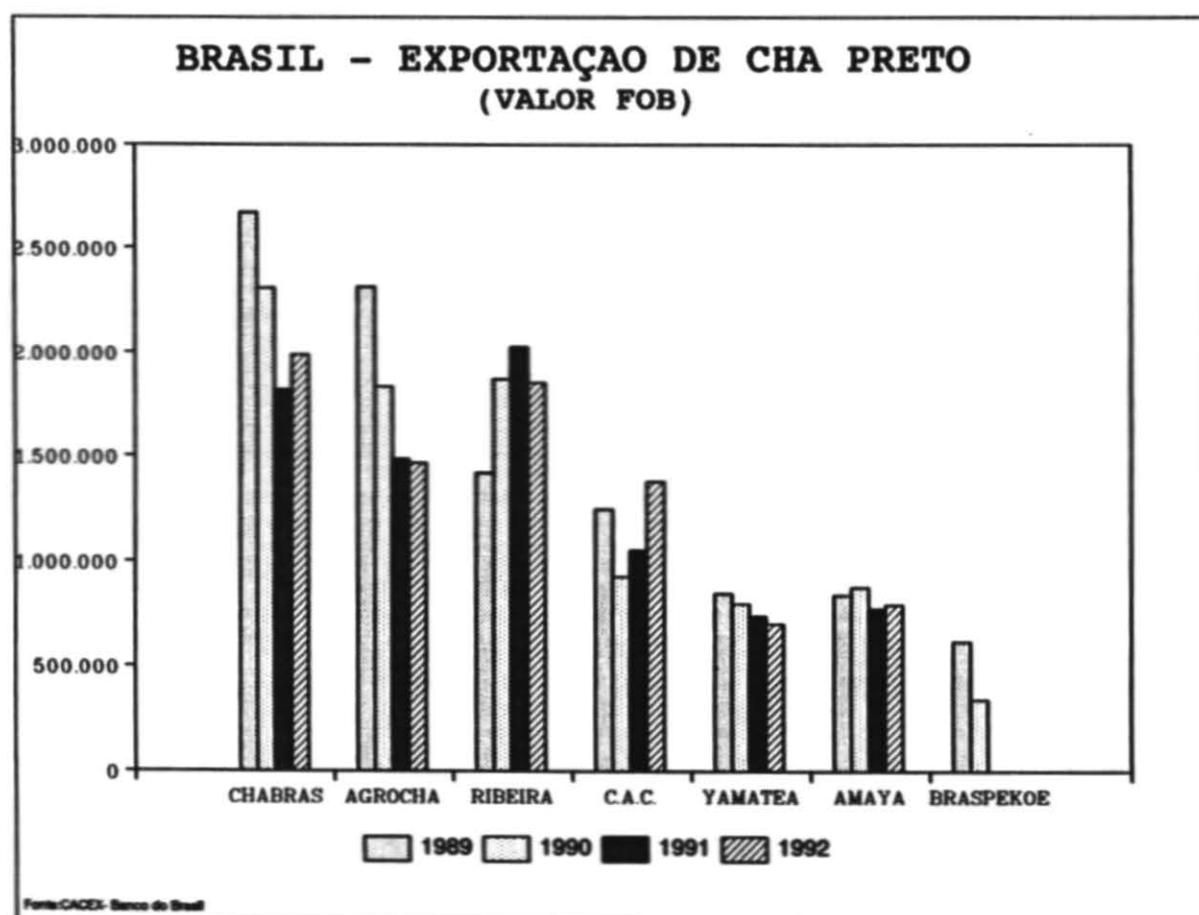


Fig. 08

Verificamos um comportamento oposto em relação a comercialização do chá verde nos últimos anos. O valor das exportações vem se apresentando em forma ascendente.

Há que se destacar que a Yamamotoyama tem um comprador cativo, ou seja, a sua própria matriz. Ao que tudo indica, o volume de exportação vai depender unicamente da capacidade de produção das indústrias instaladas no Brasil, ao menos no presente. (fig.9)

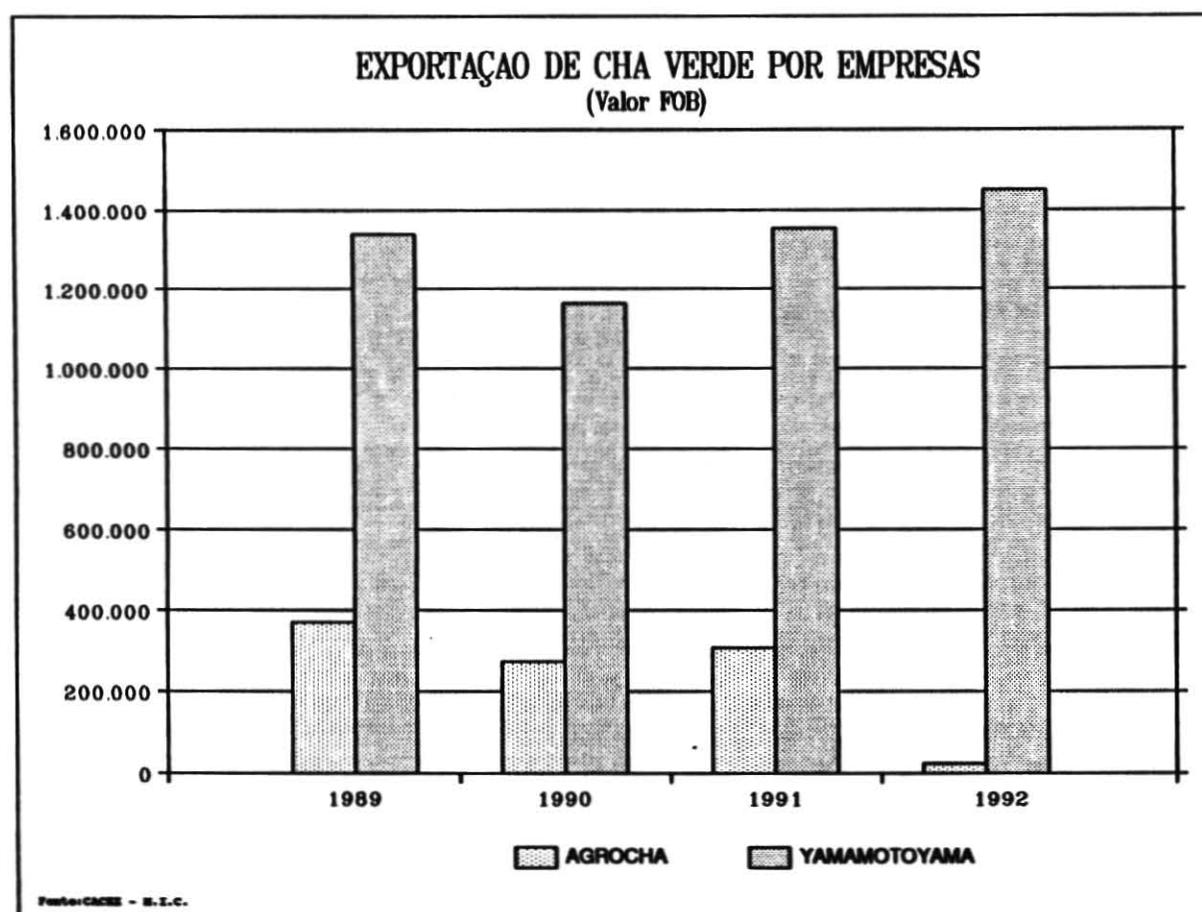


Fig. 09

No conjunto do volume de chá verde exportado, o Brasil tem uma participação mínima, pois, a maior demanda está voltada a apenas um cliente, o Japão, onde existem inúmeras indústrias de maior porte. Estas se abastecem basicamente com produtos oriundos da China, que é a maior produtora de chá verde, no contexto mundial.

Quanto aos preços no comércio internacional do chá preto eles são basicamente estabelecidos nos leilões de Londres ou, como afirma Young & Arouca (1979:12), "através de Bolsas de Comodities, sendo que a de Londres é uma das mais importantes e exigentes para o produto. Os negócios são feitos tanto a nível de mercado disponível como de mercado futuro (a termo)."

Podemos verificar na tabela 9 o ano de 1984, como um exemplo do comportamento atípico do mercado, refletindo nos preços internacionais, que nesse caso beneficiou o produtor brasileiro.

O volume é importante, mas o preço obtido na comercialização é que refletirá nos preços impostos aos produtores de chá.

Nos depoimentos obtidos junto aos produtores de Registro e Pariquera-Açú, evidenciaram que 1984 foi o ano que a indústria melhor pagou pela matéria-prima comercializada.

TABELA 9 - BRASIL - VOLUME E VALOR DE EXPORTAÇÃO - 1982 - 1986

Ano	Volume (Ton.)	Valor (US\$)	Preço/Kg. (US\$)
1982	8.969	11.913.000	1,52
1983	7.798	11.765.000	1,50
1984	9.308	21.513.000	2,31
1985	8.807	13.750.000	1,50
1986	9.537	9.733.000	1,02

FONTE: International Tea Committee - 1990

Nos dados da CACEX de 1984 observa-se, por exemplo, que o chá exportado para os Estados Unidos alcançou o preço médio por quilo de US\$ 2,38, nos Países Baixos US\$ 2,04, e no Reino Unido US\$ 2,23. Esse fato foi provocado por menor produção da Índia e esta, para garantir o abastecimento interno, bastante significativo, colocou em disponibilidade menor volume do produto no mercado internacional. Neste caso, a própria Índia também se beneficiou obtendo melhores preços.

Observe-se na tabela 9, referente ao ano de 1984, que o Brasil obteve o montante de US\$ 21.513.000 e o preço médio por quilo foi de US\$ 2,31. Evidentemente que o preço quase que dobrou em relação aos anos anteriores, quando vinha se comportando de forma mais ou menos estável.

Verifica-se que o volume de exportação brasileira, de 1984 e 1986 é semelhante, entretanto, o valor obtido foi

praticamente tres vezes menor. Isso, pode ser constatado nos dados do International Tea Committee de 1990, onde são apresentados os preços das cotações nos leilões de Londres, no ano de 1984.

Pelos preços ali lançados, o chá brasileiro enquadra-se como "médio-baixo" e em 1984, ano da alta, os preços variaram entre 198 pence a 260 pence/Kg. Já em 1986, começam a sofrer uma queda variando de 84 a 136 pence.

Esses dados servem para se ter um parâmetro dos preços que são estabelecidos nos leilões. É necessário esclarecer que há diferenças de qualidade entre as indústrias brasileiras. O que estamos apresentando são os preços médios. É uma questão de opção das indústrias de se colocar maior quantidade com qualidade inferior, portanto, com preços mais baixos, e aquelas que preferem melhorar a qualidade e obter preços mais altos. Há também aqueles que dão preferência ao próprio mercado consumidor para tal ou tal tipo de produto.

Para se ter uma noção dos preços pagos pelos países importadores do produto brasileiro, extraímos do Boletim Anual da International Tea Committee, o volume enviado a alguns países da Europa, da América do Norte e da Ásia. Esses dados não são compatíveis com os dados gerais das exportações brasileiras para cada país; entretanto, achamos pertinentes que fossem utilizados como um simples exemplo.

TABELA 10 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CHÁ - EM VOLUME, VALOR E
PREÇO POR QUILO - 1990

PAÍSES	TON. (1000)	%	US\$ (1000)	%	PREÇO MÉDIO
Estados Unidos	3.882	66,4	4.908	55,0	1,26
Países Baixos	827	14,1	1.333	15,0	1,60
Japão *	276	4,7	933	10,5	3,38
Alemanha	274	4,7	569	6,4	2,07
Reino Unido	251	4,3	374	4,2	1,49
Paquistão *	244	4,2	645	7,2	2,64
Canadá	41	0,7	76	0,9	1,85
França	35	0,6	62	0,7	1,77
Austrália	20	0,3	13	0,1	0,65

FONTE: International Tea Committee - 1991

* chá verde

Pelos dados da tabela 10, verifica-se que os preços médios por quilo obtidos variam de país para país. Entretanto, a diferença dos preços conquistados na Alemanha e na Austrália é brutal. Podemos atribuir esta margem de diferença pela própria qualidade do chá comercializado. Por outro lado, o chá comercializado com os Estados Unidos é um dos que obtém preços mais baixos e, é para esse país que o Brasil destina o maior volume da exportação. O Reino Unido que é um mercado mais exigente, paga melhores preços, mas o chá precisa ser de qualidade superior.

No caso do chá verde (Japão e Paquistão) verifica-se a significativa diferença dos preços em relação ao chá preto. Trata-se de um produto que sempre obteve melhores preços, mas o seu mercado é restrito.

Para termos uma idéia do comportamento dos preços ao consumidor nos países de destino, verificamos que na Inglaterra um pacote de chá de 125 gramas custava em maio de 93, cerca de US\$ 2,04 e o preço do quilo de chá a granel vendido pelo Brasil a esse país ficou em US\$ 1,49. Mesmo considerando que esse chá comercializado contenha despesas de embalagem e outros tipos superiores de chá, a parte que caberia ao chá brasileiro em 100 gramas seria de US\$ 0,18 o que parece um valor bastante ínfimo no conjunto dos preços estabelecidos pelo mercado. Aqui deve ser levada em consideração a questão da elaboração do "blend" quando geralmente são colocados produtos de diversas procedências para baratear mais os seus custos.

Um outro exemplo, refere-se ao Japão, em relação ao chá verde comercializado pelo Brasil. Comparando-se com os preços do chá preto, o verde obteve um excelente preço. Entretanto, no Japão um chá de qualidade inferior custa cerca de US\$ 2,00 por 100 gramas. Mesmo que ocorra semelhante processo do chá preto com a Inglaterra, o preço vendido do chá verde pelo Brasil, cerca de US\$ 3,00/Kg. significa muito pouco na composição dos preços.

Verifica-se que o papel exercido pelo Brasil pode ser aplicado a um outro país da América Latina, a Argentina, onde o chá ali produzido é bem inferior ao nosso, portanto, os preços obtidos são também mais baixos, porém procuram compensá-los pelo volume exportado. Em 1989, a Argentina exportou cerca de 43.000 toneladas, enquanto, o Brasil ficou no patamar de 9.000 toneladas os quais, convertidas em valor de exportação, correspondem a US\$ 32 milhões e US\$ 10 milhões respectivamente.

Tanto o Brasil, quanto a Argentina, praticamente não expandiram suas áreas de produção. Percebe-se que os incentivos para esta atividade nos dois países é praticamente inexistente. No Brasil, principalmente, na Baixada do Ribeira, as áreas estão inalteradas e a tentativa de aumentar a produção vem sendo feita por incentivos das indústrias. A CHABRAS, cujo fornecimento da matéria-prima depende totalmente de terceiros, está preocupada em dar maior orientação técnica aos produtores para a melhoria da produtividade e qualidade da matéria-prima.

Enquanto isso, a estagnação parece imperar e, no exterior seremos meros fornecedores de um produto de segunda linha ou num sentido mais otimista comercializar com países como os Estados Unidos onde o nível de exigência da qualidade do produto não é grande.

Percebe-se que a nossa produção de chá preto e verde encontra-se no mesmo patamar no mercado mundial no sentido de

ocupar o espaço comercial porém, numa posição secundária exercendo o papel de fornecedores de produtos mais baratos. No entanto, estará contribuindo para a obtenção da mais valia dos grandes empacotadores, em detrimento dos produtores rurais brasileiros.

São produtores que dependem essencialmente das indústrias exportadoras. Se o volume de um produto manufaturado equivale a quinta parte das folhas verdes basta multiplicar o volume exportado (10 mil toneladas) por cinco para deduzir a quantidade de 50 mil toneladas de folhas verdes que foram produzidas por esses teicultores.

Fica claro que os teicultores além de se encontrar nas mãos das indústrias que já extraem a sua renda da terra, ainda dependem do comportamento do mercado mundial.

Quem é esse produtor? Como ele se relaciona com o mercado passando pela agroindústria?

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA TEICULTURA

A teicultura se consolidou na Baixada do Ribeira com um certo sucesso, apesar de ter enfrentado, e ainda enfrenta períodos de crise em função da própria política econômica do país, ou mesmo em decorrência dos baixos preços obtidos no mercado internacional.

O chá é uma cultura perene, com uma vida útil produtiva de mais de 50 anos, desde que tenha tratos culturais adequados. Entretanto, independentemente da idade do chazal, pode ocorrer, ao longo dos anos a renovação dessas plantas por outras variedades, o que permite ao produtor dar continuidade a esta atividade de geração a geração. No Japão, por exemplo, encontramos famílias dedicando-se a teicultura há cerca de 200 anos. No decorrer dos anos, com o surgimento de novas variedades, os chazais foram sendo renovados, ininterruptamente.

No Brasil, ainda que seja de implantação recente (cerca de 60 anos) nota-se que já está havendo a passagem desta atividade à geração seguinte.

Nos municípios produtores de chá da Baixada do Ribeira, com base nas informações obtidas "in loco" dos 107 produtores entrevistados cerca de 56% residiam no bairro há mais de 40 anos e destes, 42,5% estão produzindo chá entre 30 a 40 anos, sem contar aqueles que estão na teicultura desde a sua introdução, há cerca de 60 anos.

Em Registro, que foi colonizado por imigrantes japoneses, predominam teicultores dessa origem. Já em Pariquera-Açú são produtores nativos daquela área ou então descendentes de alemães, poloneses e italianos que colonizaram aquele município. Hoje, totalizam cerca de 750 produtores com aproximadamente 5000 ha. em produção.

Desse total de produtores, se considerarmos somente os dois municípios, Pariquera-Açú e Registro, verifica-se que a maioria é proprietária de suas terras. Em Tapiraí, já fora da Baixada, que apresenta um certo significado na produção de matéria-prima para a indústria de chá de Registro, nota-se que há predominância de arrendatários. A presença desses arrendatários é um fato que vem ocorrendo nos últimos 10 anos.

Originalmente Tapiraí se caracterizava como uma colônia composta por 40 cooperados japoneses da C.A.C., proprietários de terras e da própria agroindústria de beneficiamento de chá preto.

Com as dívidas contraídas pelos cooperados no processo de desmatamento, implantação do chazal, instalação de infra-estrutura e pela demora do retorno desses investimentos, a colônia entra em crise.

Os cooperados atingem um nível de inadimplência que praticamente os obriga a entregar suas terras em troca da dívida.

Assim, a unidade industrial é vendida ao grupo Yamamotoyama por intermédio da Marubeni e da C.A.C.. Iniciam-se aí as mudanças nas relações de produção até então vigentes. Os que lá permaneceram passam a se subordinar à nova indústria, sujeitando-se aos preços oferecidos por ela.

Num curto espaço de tempo, inicia-se o processo de evasão dos cooperados para outras áreas, ali permanecendo somente dois deles. Alguns cooperados que deixaram a área, passam a arrendar seus chazais a terceiros.

Hoje, esses arrendatários (cerca de 22) e mais dois proprietários entregam folhas verdes à CHABRAS (Registro); a Yamamotoyama expande sua área de produção com variedades específicas para a produção do chá verde e deixa de adquirir dos produtores locais. (Fotos 05 e 06)



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 05 - Chazal de um produtor com 12 hectares de chá, em Tapiraí .
A colheita é realizada com máquinas, apesar da topografia
movimentada . 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 06 - Observe-se ao fundo chazal abandonado há 20 anos atrás .
Tapiraí. 1992

Tapiraí, hoje, pode ser considerada como a terceira em área plantada (cerca de 240 ha.), após Registro e Pariquera-Açú.

Pode-se observar a condição do produtor pelo Censo Agropecuário de 1985 (último censo realizado) na tabela que se segue:

TAB.11 - BRASIL - CHÁ DA ÍNDIA*- CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1985

CONDIÇÃO	N. INFORMANTES	%
Proprietário	431	58,5
Arrendatário	178	24,2
Parceiro	19	2,6
Ocupante	108	14,7
Totais	736	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário - 1985

* é a designação para o chá preto

Pelos dados acima, verificamos que cerca de 58% dos teicultores são proprietários de terra e podemos afirmar que esta categoria está concentrada na Baixada do Ribeira, uma vez que as outras áreas de produção são insignificantes em número de propriedades. Tapiraí, por exemplo, apresenta 25 produtores dos quais somente três são proprietários produtores.

A posse da terra dos proprietários de Registro e Pariquera-Açú deu-se por aquisição e/ou por herança. Nas pesquisas de campo notamos que as terras herdadas apresentam dimensões que não ultrapassam 10 hectares, pois, decorrem das partilhas sucessivas da propriedade original. Esse tipo de posse da terra é muito comum, tanto no município de Pariquera-Açú como no de Registro.

Em Pariquera-Açú, nos bairros de Angatuba e Senador Dantas, verificamos a existência de inúmeros produtores que haviam herdado pequenas parcelas de terra. Muitas vezes nem havia partilhas regularizadas, separando-se uma propriedade da outra por meio da divisão dos chazais, cada um com determinada porção da lavoura, em dimensões que não ultrapassavam a um hectare.

Em Registro, a maioria dos imigrantes e descendentes que permaneceram no município, estão na teicultura e as propriedades destes, de uma forma geral, sofreram um aumento de área, por meio da aquisição de outras parcelas. Já, nas áreas que não foram objeto de ocupação da colonizadora, as propriedades apresentam dimensões menores em função das partilhas ocorridas, a exemplo do Bairro Capinzal, localizado ao sul do município.

Os dados coletados "in loco" demonstram que dos 95 produtores de Pariquera-Açú, cerca de 50% estavam em

propriedades de até 10 hectares e 43%, na faixa de 10 a 20 hectares. Em Registro, dos 124 produtores entrevistados, cerca de 56% estavam em propriedades de até 10 hectares e 32% em áreas de 10 a 20 hectares. É uma característica que não difere muito do conjunto do estado de São Paulo, pois, em 1985, o Censo Agropecuário apontava que 78% dos estabelecimentos estavam na faixa de até 20 hectares.

Este quadro fundiário tem influenciado, em parte, na atual situação sócio-econômica dos teicultores, bem como as relações sociais de produção vigentes entre eles.

Dentre os teicultores de grande porte, incluem-se as propriedades das indústrias de chá, as quais contam com área própria de produção de chá ou então chazais pertencentes a empresas de capital estrangeiro, que, no momento, estão exercendo o papel de meros fornecedores dessa matéria-prima até que se concretize a instalação da sua agroindústria.

A terra é um elemento essencial na classificação das categorias de produtores, entretanto, verificamos que as relações sociais de produção que se estabelecem entre esses detentores de terras se diferenciam.

Essas diferenças se devem ao próprio processo histórico de ocupação daquela área e às características que a teicultura foi traçando ao longo da sua expansão.

No início da teicultura tudo se realizou em caráter artesanal, utilizando-se a força de trabalho dos próprios membros da família. A partir da sua expansão as relações sociais de produção se alteraram em função da própria demanda de mão-de-obra.

Na década de 40 e 50, as relações sociais de produção vigentes se assemelhavam a cafeicultura, onde os proprietários, ao expandir sua área de produção, contratavam famílias inteiras, oferecendo moradias para que esses trabalhadores executassem as tarefas de implantação do chazal. Muitas destas famílias, principalmente japonesas, eram procedentes das áreas cafeeiras do interior do estado de São Paulo.

Já na década de 60, as relações sociais de produção dos teicultores de Pariquera-Açú, basicamente se davam a nível familiar. Essa característica se deve principalmente à própria malha fundiária, onde predominavam propriedades de pequenas dimensões, pois em 1960, cerca de 82,6% dos estabelecimentos com lavoura, inseria-se na faixa de 2 a 10 hectares.

Em Registro, na maior parte, sobretudo os produtores de maior porte adotavam o sistema de empreitada, como forma de pagamento aos trabalhadores que se interessassem em formar novos chazais. Isso, pode ser entendido através do depoimento de um antigo produtor:

"O proprietário derrubava e queimava a mata; a limpeza e o plantio eram por conta dessas famílias contratadas. Utilizavam a mão-de-obra da família e ainda contratavam "camaradas" para dar início à formação do chazal." Segundo esse informante, ganhava-se 4 contos para formar um alqueire e, para isso, era necessário contratar 40 pessoas, pagando cerca de 4000 a 5000 réis. Com esse número de trabalhadores era possível formar um chazal de 1 alqueire num só dia.

Após 4 anos, o chazal já se encontra na fase produtiva. Ao atingir essa idade o produtor necessita manter a lavoura com os tratos culturais a ela pertinentes. Naquela época, não usavam o adubo e a capina se fazia com enxada. Esses tratos são imprescindíveis durante a safra e na entresafra.

A poda é realizada na entresafra, geralmente nos meses de junho e julho. Essa atividade era efetuada com tesouras próprias para homogeneizar a parte superior do arbusto, exigindo-se muita mão-de-obra, principalmente, do

sexo masculino. A colheita dos brotos do chá, também realizada manualmente, exigia muita mão-de-obra, seja ela masculina, feminina e até mesmo infantil.

Essa exigência de mão-de-obra abundante no seu processo produtivo, logicamente não é uma exceção, pois, há culturas, como o algodão ou o café, que requer um grande contingente de trabalhadores.

A forma de remuneração dos trabalhadores no chá independia da área executada. Para cada etapa do trabalho o tipo de pagamento era diferente. A poda por pé, a colheita por quilo e a capina por empreita. O critério de pagamento não considerava, portanto, o tempo de trabalho.

Esses trabalhadores residiam na propriedade, recebendo moradia e, todos os membros da família participavam em algumas das fases do processo de produção. As mulheres e as crianças basicamente tinham participação no período da colheita. Até hoje, a colheita é o período de maior demanda de mão-de-obra. Em se tratando da fase anterior à mecanização essa demanda era bem superior, pois toda atividade era realizada manualmente.

As crianças se ocupavam na colheita por dois motivos: 1) auxiliavam no aumento da receita mesmo que o volume fosse menor em relação aos adultos; 2) o pé do chá

tem uma altura aproximada de 60 cm. e isso facilitava às crianças participarem dessa tarefa.

Já, as mulheres se ocupavam na colheita nos horários disponíveis entre os afazeres domésticos.

Esse tipo de trabalho não se caracterizava como sobretabalho, pois, não era um serviço de empreitada, onde o chefe da família assumia o compromisso de trabalhar em uma determinada tarefa, numa determinada área e com preço pré-fixado.

Portanto, para o trabalho no chazal o proprietário contratava inúmeras famílias que residiam na propriedade.

Em Tapiraí, por exemplo, havia casos onde os chefes de família trabalhavam nas lavouras de banana nos municípios vizinhos e a esposa e filhos assumiam o serviço do chazal.

Essa relação social de produção poderia ser denominada como uma relação capitalista uma vez que o pagamento era feito em dinheiro, mesmo que, o trabalhador recebesse esse salário de diversas formas, como mencionamos anteriormente, e sem um contrato oficializado.

De qualquer forma, através da força de trabalho do trabalhador, permitia aos proprietários aumentar sua acumulação por meio do processo de reprodução ampliada do capital.

Até meados da década de 60 vigorou esse sistema quando então, o Estado promulga medidas relativas ao trabalhador rural através do Estatuto do Trabalhador Rural de 02/03/63.

Esse fato, coloca os teicultores num processo de mudança nas relações de trabalho, paulatinamente, visto que os proprietários sofreram uma série de sanções em função do descumprimento da legislação. A participação da mão-de-obra infantil foi um dos pontos mais graves, mesmo que a sua jornada de trabalho, particularmente na colheita, fosse realizada após o horário escolar. Além dessa questão, houve a mudança na forma de remuneração, passando os assalariados a obter sua carteira de trabalho e demais direitos trabalhistas.

A literatura consultada a respeito das mudanças ocorridas nas relações de trabalho em função desta legislação é polêmica.

Bacha (1989) em seu artigo "Uma abordagem alternativa na interpretação da substituição dos colonos

pelos trabalhadores assalariados", faz uma revisão da literatura sobre o processo de transformação da mão-de-obra na agricultura brasileira. O autor menciona várias posições sobre a influência do Estatuto do Trabalhador Rural como determinante, ou não, nas mudanças ocorridas nas relações de trabalho na agricultura brasileira.

Os autores citados por Bacha têm posições diferenciadas em relação à essa mudança na agricultura brasileira. Há autores que não atribuem ao Estatuto e sim, ao avanço técnico na agricultura, como no caso da substituição da atividade cafeeira pela pecuária, alegando que nas áreas onde já ocorria essa mudança o Estatuto só veio a ratificar e regular o sistema em questão; outros atribuem a mudança nas relações de trabalho ao próprio avanço do capitalismo na agricultura.

Observa-se que através de algumas entrevistas realizadas, os produtores que possuíam muitas famílias contratadas fizeram uma seleção de alguns trabalhadores e propuseram o sistema de arrendamento ou parceria. Assim, os chazais foram subdivididos em pequenas parcelas para cada arrendatário ou parceiro, podendo desta forma, utilizar a mão-de-obra familiar e continuar residindo na propriedade, agora sem vínculo "empregatício" e com uma certa autonomia. Devemos lembrar que o sistema de parceria sempre existiu no

chazal, mesmo antes do advento desta lei e, nesse processo de substituição, a parceria também foi adotada.

Do ponto de vista do proprietário do chazal, essas relações de trabalho tornaram-se muito mais cômodas para ele. No caso do arrendamento, o proprietário passou a auferir a renda da terra através do "aluguel" do chazal, transferindo a responsabilidade ao produtor arrendante como também se liberou dos encargos sociais.

Outros produtores passam a contratar assalariados, mas em menor proporção e, os produtores com chazais menores adotam o sistema de "troca de dia de serviço" para diminuir o número de mão-de-obra contratada.

Estas características são também um reflexo de uma outra mudança ocorrida no início da década de 70, quando os teicultores introduziram a mecanização para a poda e colheita.

A introdução da maquinaria no chazal se deu de uma forma diferente em relação às outras culturas que se utilizam basicamente do trator e do arado. No caso específico do chá, tanto a colheitadeira quanto a podadeira são máquinas muito específicas para essa cultura; daí, não ter havido participação de grandes empresas de implementos

agrícolas que viessem impor o seu produto no mercado. O fenômeno foi inverso.

Pelo fato de ser uma cultura que está concentrada, numa área específica e as dimensões dessas lavouras não terem sofrido grandes alterações, os próprios produtores liderados pelos médios e grandes, inclusive pelos próprios industriais que possuíam suas lavouras, foram a procura de um modelo de maquinaria própria para tal. Nesse intuito, uma equipe de produtores vai à Argentina, afim de importar um modelo tecnológico lá existente e aqui montar colheitadeiras e podadeiras. (1)

De início, a CHABRAS e a Cooperativa Agrícola de Cotia montaram essas máquinas para os produtores que quisessem introduzi-las. Em seguida, passaram a ser montadas por um único mecânico, ex-funcionário da C.A.C.. Ao longo dos anos, as colheitadeiras foram se aperfeiçoando, sempre com o intuito de diminuir o número de mão-de-obra. (Fotos 07 e 08)

Segundo esse mecânico, a máquina é feita por encomenda e o preço gira em torno de US\$ 1000,00. Na década de 70, esse valor ainda era viável aos produtores. Os

(1) Segundo a revista Tea & Coffee Trade Journal (1990:162) os chazais da Argentina são todos mecanizados, pela escassez e o alto custo da mão-de-obra. Na teicultura recebe a terminologia de mecanizada por ser motorizada mas, há ainda a necessidade de até quatro pessoas no manuseio da máquina, conforme a topografia ou o tipo da máquina.



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 07 - Colheita mecanizada tradicional utilizando ainda três pessoas. É frequente a utilização de mão-de-obra de menores. Bairro Senador Dantas. Pariquera-Açu . 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 08 - Colheita mecanizada com apenas um operador. Trata-se de uma máquina mais aprimorada, sem a necessidade de um auxiliar para "empurrar" as folhas para o interior da caixa. Registro. 1992

preços das folhas verdes permitiam a aquisição dessa máquina. Pelas informações obtidas no campo junto aos pequenos produtores, a máquina foi adquirida na própria indústria contra a entrega de folhas verdes durante a safra.

A introdução dessa máquina, particularmente a colheitadeira, se deu de forma gradual; primeiramente pelos grandes e médios produtores e, em seguida, pelos pequenos.

Os dados coletados no campo demonstram que 68% dos entrevistados adquiriram a colheitadeira ainda na década de 70, e o restante nos anos 80.

Com a entrada da mecanização muda-se o nível tecnológico na teicultura de forma substancial. De uma atividade essencialmente artesanal, os produtores entram na era da "modernização", diminuindo a força de trabalho exigida anteriormente. Em consequência, muitos trabalhadores antigos tiveram que abandonar o campo.

As tabelas 12 e 13, revelam nitidamente a alteração ocorrida entre os anos 60 e 85, no tocante à utilização do trabalho mecânico na agricultura dos municípios de Pariquera-Açú e de Registro. Observe-se que tanto a nível do estado quanto ao da região sofreram um aumento significativo da força mecânica, mas Pariquera-Açú se destaca nesse conjunto.

É importante frisar que a metodologia e as variáveis utilizadas pelo IBGE foram alteradas entre os dois censos, mas para efeito comparativo referente à realização de trabalhos agrários utilizando-se da força mecânica, os dados demonstram que houve um incremento da utilização de máquinas no campo.

TABELA - 12 FORÇA UTILIZADA NOS ESTABELECIMENTOS - 1960

Localidade	Total	Humana	Animal	Mecânica
Estado S.P.	304.669	135.621	162.254	6.794
Zona Ribeira	7.277	6.933	269	75
Pariquera-Açú	359	355	3	1
Registro	734	684	23	27

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola - 1960

TABELA 13 - USO E PROCEDÊNCIA DA FORÇA UTILIZADA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS - 1985

Localidade	Total/Inf.	Animal	Mecânica
Est. S.P.	217.026	125.418	159.167
B.do Ribeira	1.139	44	1.122
Pariquera-Açú	209	3	206
Registro	340	4	336

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário - 1985

As décadas de 60 e 70 são marcos na agricultura brasileira, muito discutidas e analisadas por estudiosos da área.

"Diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução verde, a melhora dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc.." (Martine, 1991:09)

Face à essas transformações, no conjunto da agricultura brasileira, os teicultores também sofreram as influências desses reflexos.

Além da mecanização salientamos que a utilização de adubos na lavoura já estava sendo introduzida desde o início da década de 60, mediante as próprias necessidades dos chazais. Um antigo produtor nos relatou que outras formas de fertilizar a terra estavam sendo experimentadas, a exemplo do esterco de galinha. Mas, no final da década de 50, uma indústria de fertilizantes de São Paulo incentivou o uso do adubo químico.

Essa iniciativa fez com que o produtor gradativamente se atrelasse ao capital financeiro no sentido de receber financiamento na aquisição do produto. Assim, o capital financeiro foi se introduzindo no campo da teicultura.

A mecanização levou à diminuição do trabalho socialmente necessário e isso aliado à utilização do fertilizante acarretou um aumento da produtividade. É o que pode ser ratificado por alguns depoimentos dos produtores:

"Com a mão colhia 600 a 700 quilos, com 12 pessoas a máquina colhe mais de 1000 quilos, num lugar ruim, com 4 pessoas."

"É mais rápido e mais econômico porque gasta menos dia; porque na mão vai uma semana e na máquina dois dia."

Essa "modernização" não deve ser entendida como uma imposição do Estado, pois, ocorreu com muitas das culturas que geralmente recebiam incentivos de investimentos do Estado, via Banco do Brasil. Na realidade a "imposição" aos pequenos e médios produtores veio do próprio capital industrial do chá. Estas indústrias, também produtoras de folhas verdes, buscam maior rendimento e portanto, maior produção visando o lucro. Por outro lado, incentivam a utilização da máquina uma vez que ela é altamente favorável ao produtor pela diminuição da mão-de-obra. O aumento da

produção agrícola leva também ao aumento da produção industrial.

As transformações ocorridas na década de 60 e 70 se refletem no atual quadro das relações sociais de produção da teicultura.

A tecnificação contribuiu para que as indústrias incrementassem cada vez mais a sua área de produção utilizando menor quantidade de mão-de-obra, agora já de assalariados, e os pequenos produtores continuaram a utilizar a força de trabalho familiar, com eventuais contratações de diaristas. (Fotos 09 e 10)

As relações de produção que ocorrem na teicultura não refletem um todo homogêneo e isso só poderá ser analisado estabelecendo-se as categorias de produtores existentes.

A terra exerce um papel fundamental na classificação de categorias de produtor, pois passa a gerar renda denominada renda da terra, renda territorial. Essa renda poderá ocorrer no campo ou na cidade. Conforme as palavras já citadas de Oliveira (1984:94) seria o "lucro extraordinário, suplementar e permanente que um produtor passa a obter."



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 09 - Colheita mecanizada conduzida por duas pessoas . Observe-se a forma de embalar as folhas verdes para serem encaminhadas à unidade industrial. Registro . 1993



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 10 - O uso da podadeira realizado por um casal de teicultores do Bairro Braço Preto. Pariquera-Açu . 1993

Nesse sentido poderemos considerar dois níveis de produtor; os que auferem renda capitalista da terra e os que auferem renda não capitalista da terra determinadas pelas relações sociais de produção estabelecidas no interior da sua lavoura.

1. A Unidade de Produção Capitalista

Com base nas pesquisas realizadas no campo, consideraremos como produtor capitalista aquele cujo processo produtivo se desenvolve pela força de trabalho assalariada. Incluiremos o teicultor, proprietário das agroindústrias, o fornecedor de matéria-prima (que representam os médios e grandes produtores), os cooperados produtores da C.A.C. que sustentam a própria usina e a categoria de arrendatários.

1.1 O proprietário capitalista

São dez as unidades industriais que possuem sua própria produção de folhas verdes. Todas desenvolvem suas atividades através da mão-de-obra assalariada. Normalmente essa mão-de-obra reside nas respectivas áreas de produção. (Foto 11)



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 11 - Aspecto de residências dos assalariados da Fazenda Amaya . 1992

Quanto à remuneração desses trabalhadores pertencentes às agroindústrias é basicamente de um salário mínimo, salvo exceções como a que detectamos na fazenda da família Amaya (Chá Ypiranga) onde os empregados recebem o piso salarial e mais 12% da categoria por produtividade.

TABELA 14 - AGROINDÚSTRIAS - AREA PLANTADA -
PESSOAL OCUPADO(1)- 1991-1992

ESTABECIMENTOS	AREA	P.OCUPADO
AGROCHÁ (Registro)	500 ha.	150
Chá Ribeira (Registro)	363 ha.	60
Chá Tupy C.A.C.(Registro)	360 ha.	*(1)
YAMATEA (Pariquera-Açu)	250 ha.	20
Chá Ypiranga (Registro)	218 ha.	50(*)
BRASPEKOE (Pariquera-Açu)	126 ha.	-
GREEN TEA AGROINDUSTRIAL (Tapira1)	97 ha.	30
MIDORI (S.Miguel Arcanjo)	85 ha.	18
AGROCHÁ BOA VISTA (Araucária- PR)	80 ha.	25
U. de Chá da C.A.C. (Rolândia- PR)	31 ha.	*(1)

Fonte: Pesquisa de campo - 1991-1992

(1) Os números referentes a essa variável são dadas por famílias residentes na propriedade.

*(1) Não foi possível obter o total por não termos entrevistado todos os cooperados da C.A.C.

(*) Esse número se refere ao número de pessoas empregadas.

Cabe esclarecer que as indústrias Green Tea, Midori e Boa Vista, fazem parte do capital da Yamamotoyama (Japão) e que a BRASPEKOE esteve paralisada entre as safras de 90/91 e 91/92, quando da realização dos nossos trabalhos de campo.

Entre os cooperados da C.A.C. todos conduzem suas atividades através da contratação de assalariados. Normalmente, esses produtores contam com outras culturas paralelas para as quais essa mão-de-obra é também utilizada.

É importante salientar uma outra forma de relação que se estabelece na teicultura. Um dos cooperados relatou que a remuneração de seus empregados é de um salário mínimo, amparados em todos os direitos trabalhistas. No entanto, eles pagam o aluguel da moradia em forma de trabalho, equivalente a três semanas do ano. O trabalhador executa todas as fases do processo de produção quais sejam, poda, adubação, aplicação de herbicidas e/ou capina e colheita. (Foto 12)

Verificamos ainda em algumas das propriedades a prática de uma outra forma de remuneração no período da colheita. Além de receber o salário fixo, o patrão paga um determinado percentual a mais por quilos de folhas colhidas. (esse valor é determinado conforme a classificação das folhas dada pela indústria)

Argumentam neste caso, que o trabalhador terá maior interesse em utilizar mais racionalmente a máquina para obter uma melhor tipificação das folhas. É sabido que as folhas do tipo B tem um preço melhor que B1. Por essas



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 12 - Aspecto da aplicação de fertilizantes num chazal de Pariquera-Açu. É uma propriedade que utiliza-se do herbicida para a limpeza das entre-linhas do chazal. 1992

vantagens na remuneração do trabalho haverá maior dedicação do trabalhador com finalidade de colher maior quantidade de melhor qualidade.

"Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão - a ilusão de que não há exploração alguma. (...) ... para eles (os trabalhadores) basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima." (Martins, 1983:156).

Na realidade, verificamos que os trabalhadores não estão satisfeitos com a remuneração dada, em geral um salário mínimo. Justificam que ali estão em função da área não oferecer outras opções de trabalho. Por outro lado, dizem que se forem para a cidade terão que pagar o aluguel que é caro. "*Aqui pelo menos tem casa prá morar.*"

O chá sempre ofereceu oportunidades para o trabalho feminino, fato que auxiliava no complemento da renda familiar, entretanto, observa-se que devido a mecanização da lavoura, o trabalho da mulher se restringiu muito. Mesmo assim, ela é empregada como diarista para colher os brotos que restaram após a colheita mecânica, ou então como auxiliar no ensacamento das folhas colhidas.

(Foto 13)

Durante a fase da poda utilizam basicamente mão-de-obra masculina. Para o manuseio da podadeira é necessário pelos menos 4 pessoas, para as máquinas tradicionais e 2 para as mais aprimoradas.

Os herbicidas geralmente são utilizados no período da colheita. é uma fase em que os trabalhadores estão ocupados integralmente com a colheita o que impossibilita a capina. Além disso, muitos dos produtores preferem usá-los pela eficiência do produto no tocante ao retardamento da brotação do mato.

Nota-se, portanto, que o teicultor capitalista utiliza-se intensivamente da força de trabalho contratada durante o calendário agrícola. (Foto 14)

Observe-se que todos os produtores desta categoria além de serem capitalistas pelo fato de utilizarem o sistema de assalariamento no seu processo produtivo também são proprietários de suas terras, unindo numa só pessoa essas duas condições auferindo dessa maneira não só o lucro médio, mas também a renda da terra.

1.2 O arrendatário capitalista

"Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 13 - O trabalho assalariado feminino. Observe-se o ato da retirada das folhas verdes colhidas. 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 14 - Aspectos da colheita com utilização de mão-de-obra assalariada. Observe-se a cultura em níveis, demonstrando o uso da tecnologia agrícola adequada. São Miguel Arcanjo. 1992

para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra." (Martins,1983:160).

Na teicultura nos deparamos com dois casos distintos de arrendamento capitalista:

1. O produtor que desprovido de terras arrenda chazais de 25 a 30 hectares e cujo arrendador é o proprietário de uma agroindústria;

2. Uma empresa arrendando chazais dos produtores que estão abandonando (temporariamente) suas atividades.

Tanto num quanto n'outro caso o sistema é o mesmo, isto é, utilizam-se da contratação de assalariados para o desenvolvimento desta atividade diferindo somente na taxa de arrendamento que para o primeiro é de 20% e para o segundo é de 10%.

A taxa fixa para o arrendamento é prática comum na teicultura, conforme verificamos no Cartório de Notas e Ofícios de Registro. "Essa forma de arrendamento constitui-se numa proteção do dono da terra em relação à inflação." (Beskow, 1986:124) Complementando essa idéia verifica-se que para o dono da terra é altamente interessante; mas o produtor que depende dos preços pagos no ato da comercialização para pagar a renda e ainda cobrir os custos

da produção, passa muitas vezes por situações de dificuldade.

O arrendatário ao utilizar a mão-de-obra assalariada obtém no seu processo de produção a mais valia gerada pelo trabalho excedente do trabalhador e retira daí o percentual a ser pago ao proprietário do chazal. Seguindo esse raciocínio poderemos lembrar as palavras de Martins (1983:162) quando afirma que a "renda capitalista da terra não nasce na produção e sim na distribuição da mais valia."

Em relação a indústria que arrenda parte do seu chazal estará auferindo a renda da terra, mediante o recebimento da taxa de 20%, e ainda terá a garantia da entrega das folhas verdes, uma vez que a área de produção lhe pertence de fato. É uma forma de abastecer sua indústria com matéria-prima retirada da sua propriedade, livre dos encargos sociais e das despesas inerentes ao processo produtivo.

Como a indústria opera sob o sistema de assalariamento e de arrendamento, nota-se aí duas formas de acumulação do capital. Uma, através da mais valia obtida da força de trabalho assalariada e outra através da renda advinda do arrendatário.

O segundo caso de arrendamento capitalista ocorre entre os cooperados da C.A.C. e a firma denominada ARATEA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTAMENTO LTDA. Conta o gerente da usina da C.A.C. que essa firma foi criada pelos próprios cooperados produtores de chá, no sentido de se fazer um investimento com o excedente obtido na comercialização do produto. Como se sabe em todo sistema cooperativo rezam os estatutos que ao obterem preços na comercialização do produto além das expectativas iniciais, esse excedente vem às mãos do produtor. É uma firma independente da C.A.C., mas a administração é realizada pelos funcionários da usina de chá. Conta com assalariados sob a orientação técnica de um agrônomo.

Um dos cooperados declarou que a ARATEA iniciou o arrendamento de chazais com o objetivo de aumentar o volume de produção da usina de chá da C.A.C.. Entretanto, mais recentemente, com a migração dos descendentes japoneses ao Japão, famílias inteiras dos cooperados "abandonaram" a teicultura. Há que se considerar que esse fenômeno dos "dekasseguis" está ocorrendo de forma significativa no meio da sociedade de origem nipônica.(2) Registro não poderia ser diferente. A associação local, estima que cerca de 650 pessoas estejam lá trabalhando, o que corresponderia cerca de 15% do total da população residente dessa origem.

(2) Dekassegui é uma terminologia utilizada aos trabalhadores temporários. No caso, são brasileiros à procura de emprego no Japão.

Tendo em vista que a teicultura está sendo uma atividade pouco rentável (baixos preços da matéria-prima), também tem causado a evasão de uma parcela dos cooperados.

Paralelamente a esse fenômeno dos "dekasseguis" há também, cooperados que vêm introduzindo outras atividades, como o cultivo da mexerica, da goiaba, do maracujá ou mesmo de plantas ornamentais deixando a teicultura num segundo plano.

Nesse sentido, pelo fato da usina depender essencialmente da produção desses produtores, estes decidem arrendar seus chazais à ARATEA.

Nota-se aqui um interesse recíproco, uma vez que a usina tem a garantia do fornecimento da matéria-prima e o cooperado não abandona o seu chazal.

Em 1992, cerca de 130 hectares estavam nas mãos dessa firma que pagava 10% do valor de sua produção, aos cooperados.

Observa-se aí que os cooperados ao deixarem de produzir, além de não correrem o risco de obter prejuízo com a lavoura, ficando também livres dos encargos sociais ainda obtém a renda da terra paga por essa firma.

Recentemente, com uma pequena melhora dos preços da matéria-prima, alguns cooperados estão interessados em retomar essa atividade. Pelo caráter perene desta cultura e pelo fato desta planta permitir que seja "abandonada" por algumas safras poderíamos dizer que o chazal é para o produtor uma espécie de "reserva de valor".

Por outro lado, evidencia o responsável por esses arrendamentos, que o custo da produção é muito alto e a atividade não está obtendo vantagens, mesmo com o pagamento de apenas 10%. Digo apenas, porque outros produtores estão destinando de 20 a 25% da produção.

Vejamos o custo de produção de folhas verdes para 1 hectare, fornecido pela usina da C.A.C. - Registro na data de 08/01/93, convertidos em dólar.(3)

O gerente da usina declara que esses coeficientes técnicos foram elaborados visando condições ideais para a produção do chá. Pelo alto custo da produção e pelo preço não satisfatório das folhas verdes, a ARATEA aplica cerca de 50% do custo determinado pelos técnicos.(4)

Mediante os dados desse custo, deduziríamos que um produtor ao seguir a orientação técnica exigida teria como

(3) Nesta data o valor do dólar comercial (venda) estava CR\$13.125,40.

(4) Essa planilha é elaborada para que os cooperados tenham em mãos um parâmetro do custo da produção.

lucro cerca de US\$ 0,009 por quilo. Se a sua produtividade for de 13,6 toneladas/ano ele auferiria um lucro de US\$ 126,55/ano.

CUSTO DE PRODUÇÃO DO CHÁ

Salário base	US\$ 119,11
Custo Homem/Dia	US\$ 3,97
Custo Hora/Podadeira	US\$ 5,37
Custo Hora/Podadeira lateral	US\$ 4,85
Custo Hora/Colhedeira	US\$ 3,16
Custo Hora/Trator Pneu	US\$ 13,51

ESPECIFICAÇÃO:

a) Operações

Poda de Inverno	5 (H/P)	US\$ 26,84
Poda lateral	12 (H/L)	US\$ 58,27
Adubação	15 (H/D)	US\$ 59,55
Calagem	1 (H/D)	US\$ 3,97
Capina Manual	14 (H/D)	US\$ 55,58
Apl.Herbicida	5 (H/D)	US\$ 19,85
Colheita	96 (H/D)	US\$ 303,98
Transp.Int.	25 (HTP)	US\$ 337,82
SUBTOTAL		US\$ 865,86

b) Materiais e Insumos

Adubo 12-04-08	1,3 Ton.	US\$ 258,80
Sulfato de Amonio	1,0 Ton.	US\$ 176,83
Gramoxone	6,0 Lts.	US\$ 43,61
Calcário	1,33 Ton.	US\$ 39,26
Sacarias de rafia	20,0 Pcs.	US\$ 12,20
SUBTOTAL		US\$ 530,70

TOTAL US\$1396,56

BASE DE CALCULO

Produção de folhas de chá 13.600 Kg/Ha/Ano
 Custo de Produção/Kg de folhas US\$ 0,10

Obs. Na data de 08/01/93 o quilo de folhas verdes do tipo B1, o mais comum na safra estava a US\$ 0,11

Caso seja arrendatário, que é o caso da ARATEA ela necessitará pagar 10% do valor de venda, daí o seu lucro se reduzirá a US\$ 113,90, cerca de 1,2 salários mínimos.(5)

Suponhamos que um arrendatário qualquer que precise pagar cerca de 20% do valor da sua produção, utilizando a mesma base técnica, repassará a quantia de US\$25,30 ao arrendante (renda da terra) e terá como lucro US\$ 101,24, o que em janeiro de 93 equivalia a cerca de 1,0 salário mínimo.

Para efeito ilustrativo utilizaremos o caso da ARATEA que arrenda cerca de 130 hectares. Ela pagaria a taxa de 10% o equivalente a US\$1.645,23/ano, cerca de 17 salários mínimos da época e teria um rendimento líquido de US\$14.813,18 ou cerca de 155 salários mínimos. Com os custos do corpo administrativo e encargos sociais esse valor sofrerá um decréscimo razoável.

Portanto, verifica-se que um arrendatário capitalista de 1 hectare estará desenvolvendo uma atividade anti-econômica, necessitando-se de maior extensão de área para que tenha uma certa compensação. O que se observa, entretanto, é que um produtor capitalista jamais arrendará

(5) O valor do salário mínimo de janeiro de 93 era de CR\$1.250.700,00 (sem encargos) e de CR\$1.563.375,00 (com encargos sociais).

chazais de pequenas dimensões. Daí a existência e a permanência do arrendatário que ocupa grandes áreas.

Exemplificando para esse caso um produtor que arrenda um chazal de 24,5 hectares, pertencente a uma agroindústria, esse arrendatário, seguindo os coeficientes técnicos elaborados pela C.A.C. a situação seria: em 24,5 ha. lucraria US\$ 3.100,62; com esse valor pagaria a taxa de 20% do arrendamento no valor de US\$ 620,12 (renda da terra do proprietário); ele obteria líquido o valor de US\$2.480,50 ou cerca de 26 salários mínimos/ano.

Isso ratifica a afirmativa do gerente da C.A.C. de que é inviável seguir esses coeficientes na íntegra, obrigando-se a abaixar o custo em pelo menos 50%.

Entretanto, ao verificar as informações obtidas junto a alguns produtores de médio porte cooperados ou não, a quantidade de adubo e calcário está muito próxima desses coeficientes. A produtividade também alcançou os parâmetros estabelecidos, cerca de 13 toneladas/hectare.

Podemos lembrar aqui a declaração de um produtor: *"não porque o preço tá baixo é que vamos relaxar a lavoura. Fazendo isso, a qualidade cai e o preço também cai."*

Percebe-se que é uma questão de "filosofia" de trabalho, pois, preferem ter menor lucro, mas terem o seu chazal em condições ótimas. A expectativa desses produtores é a vinda de bons preços em consequência do comportamento do mercado internacional.

Na Baixada do Ribeira são poucos os arrendatários capitalistas, principalmente devido ao atual custo da produção. O que afirmam alguns produtores é a viabilidade do uso da mão-de-obra familiar, pois, o pagamento dos salários dos trabalhadores, mesmo que baixos, tornam a atividade muito onerosa e ainda mais com a agravante dos altos preços dos insumos agrícolas, principalmente do adubo.

Perguntar-se-ia: valeria a pena ser um arrendatário capitalista ou ser um produtor familiar, com ou sem a posse da terra? Essa segunda opção é a realidade de mais de 50% dos produtores entrevistados em Pariquera-Açú Registro e Tapiraí.

2. A Unidade de Produção Familiar

Consideramos como unidade de produção familiar o produtor, seja ele proprietário ou não de suas terras que no processo de produção, mantém basicamente a força de trabalho familiar.

O produtor desta categoria diverge em relação ao produtor capitalista no sentido de que ele produz mercadoria para transformá-la em dinheiro permitindo-se assim a possibilidade de adquirir produtos para o seu sustento e o segundo (o capitalista), entra com o dinheiro para produzir mercadoria e através da comercialização este passa a obter dinheiro aumentado (dinheiro aplicado, mais a mais valia).

Na teicultura esse produtor que se utiliza da mão-de-obra familiar eventualmente recorre ao sistema de troca de dia de serviço ou "prática de ajuda mútua". Essa prática só ocorre nos períodos da colheita e da poda, nas famílias com pouca disponibilidade de mão-de-obra, principalmente masculina.

Para desenvolver essa cultura, nos dias atuais, o produtor necessita somente fazer a manutenção dos chazais para que a produção de folhas verdes alcance boa produtividade, pois, o investimento inicial já está feito. Por ser uma cultura perene basta seguir os tratamentos culturais requeridos para poder usufruí-la ao longo de muitos anos.

Conforme as entrevistas que realizamos na área, esta categoria de produtor é predominante (cerca de 68%). Em Registro nos bairros de Capinzal, Bamburral de Baixo e Taquaruçu. Em Pariquera-Açu praticamente em todos os bairros produtores de chá como, Bairro Alto, Angatuba,

Senador Dantas, Laranjeirinha e Conchal (porção norte do município), como consta na figura 10.

2.1. O produtor-proprietário

Retomando um pouco da história, verificamos que, em Registro, bairros fora da área da colonizadora eram constituídos por propriedades de dimensões maiores que a da Colônia e que, ao longo do tempo, foram partilhadas em função das heranças. Hoje, caracterizam-se por pequenas propriedades logo, os chazais também são de pequenas dimensões. (Anexo 3)

Nesses bairros, também há a presença de propriedades maiores voltadas à teicultura ou a bananicultura. São muitas vezes resultado do processo de concentração, quando o capitalista adquire terras vizinhas às suas propriedades.

No caso de Pariquera-Açu percebe-se que a maioria dos produtores detém a posse da terra, nem sempre regularizada em cartório e, como em Registro, a aquisição foi decorrente de parcelas herdadas. A partilha de terras foi significativa na história rural deste município, mais especificamente nesses bairros.

DISTRIBUIÇÃO DO CHÁ EM REGISTRO E PARIQUERA-AÇÚ

LEGENDA:

- CHÁ
- INDÚSTRIA
- LIMITE INTERMUNICIPAL



FONTE: SOCIEDADE BRASILEIRA BENEFICIADORA DE CHÁ LTDA - 1984
 ADAPTADO POR: Ruth Y. Tsukamoto
 DESENHO: Jesuino Vitorelli

Fig. 10

Escala aproximada 1:115.000

Um dos casos detectados foi uma propriedade que pertencia ao avô do informante, hoje, com 64 anos de idade. Era uma compra de posse de 116 hectares que foi partilhada na herança para 9 filhos, ficando para cada um cerca de 12 hectares. O pai do informante tinha 5 filhos e sendo assim, caberia a cada herdeiro cerca de 2,4 hectares. Como este informante permaneceu na propriedade, herdou toda a propriedade do pai e hoje está sendo usufruída por seus filhos, também teicultores. Diante desses fatos, a área de produção é pequena, 1 a 10 hectares como podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 15 - CHA DA ÍNDIA - GRUPOS DE ÁREA (ha)-1985

GRUPOS-ÁREA	INF.	%	ÁREA-CHA	%
Menos de 1	35	4,8	20	0,4
1 ____ 2	63	8,6	66	1,5
2 ____ 5	221	30,0	466	10,7
5 ____ 10	94	12,8	318	7,3
10 ____ 20	109	14,8	445	10,2
20 ____ 50	127	17,2	846	19,4
50 ____ 100	45	6,1	451	10,3
100 ____ 200	25	3,4	571	13,1
200 ____ 500	10	1,4	634	14,5
500 ____ 1000	04	0,5	301	6,9
1000 ____ 5000	03	0,4	249	5,7
TOTAIS	736	100,0	4.367	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário-São Paulo-1985

Os dados da tabela 15, demonstram a predominância das propriedades de menor porte o que vêm a confirmar as informações coletadas no campo.

Observe-se que cerca de 56% dos teicultores estavam em propriedades com menos de 10 hectares; dentre esses predominavam proprietários na faixa de 2 a 5 hectares (53,5%) com área média de chá de 2 hectares. São produtores que têm na teicultura sua atividade principal.

2.2. O produtor-rendeiro

Nesta categoria de produtor familiar se enquadram também aqueles que arrendam chazais por razões diversas tais como, aumentar área de produção, complementar orçamento (tendo paralelamente outra atividade remunerada) e, o mais significativo é aquele que não possui terra para produzir, levando-os a arrendar chazais de proprietários que deixaram de dar continuidade a esta atividade. Esses rendeiros representam cerca de 35% dos produtores de chá e, geralmente, aparecem em maior número, quando a produção está numa fase pouco rentável para os teicultores capitalistas.

Esses produtores argumentam que apesar do chazal ser pouco rentável, com o trabalho familiar, ainda é possível desenvolvê-lo.

No caso desse produtor familiar renteiro a diferença está na posse da terra, pois desprovido deste elemento ele se vê na condição de pagar o valor estabelecido para o aluguel, com o fruto do seu trabalho, o que é convertido em renda para o proprietário do chazal.

Devemos lembrar que o renteiro paga ao proprietário o equivalente a 15 ou 20% do valor da sua produção, sob contrato registrado em cartório, onde é especificado o percentual a ser pago, as atribuições de cada uma das partes e o período a ser usufruído pelo contratante.

Notamos durante a pesquisa de campo a existência de renteiros com mais de 20 anos na mesma propriedade. O resultado dos levantamentos realizados demonstram o período que essa categoria de produtor está se dedicando a teicultura. Verifica-se que no município de Pariquera-Açú mais de 50% são renteiros de 10 a 20 anos; em Registro cerca de 26% estavam nessa mesma faixa.

Há casos em que o proprietário tendo uma outra atividade paralela, ao herdar grandes áreas de chazal o dividiu para 10 renteiros. Estes já estão na propriedade há mais de 20 anos.

Dentre esses renteiros verificamos que alguns foram praticamente expropriados das terras devido a venda da

propriedade que era de seus avós ou pais. O fato é que no processo da partilha os herdeiros venderam a propriedade a fim de se deslocarem para outros bairros ou municípios e, em decorrência de algum problema, os filhos destes voltam ao local de nascimento a procura de trabalho, como rendeiros por exemplo.

No município de Pariqueira- Açú e Registro existem produtores rendeiros em que o chazal pertence ao pai. Este, pela idade ou por doença, passa a responsabilidade aos filhos que trabalham sob arrendamento, pagando ao pai o percentual de 20% como forma de sobrevivência deste.

Já em Tapiraí, onde originalmente a teicultura era desenvolvida pelos proprietários, hoje, há maior número de rendeiros. Estes, de um modo geral, arrendaram os chazais dos seus antigos patrões. É o caso de um produtor que em decorrência do falecimento do proprietário o herdeiro passou a arrendar ao seu antigo empregado.

Como se observa o arrendamento ocorre por diversas razões. O chá por ser uma cultura perene, e o rendeiro sabendo de antemão que dificilmente o proprietário retomará esta atividade, tem a possibilidade de permanecer na propriedade por muito tempo.

Para ilustrar melhor citaremos alguns depoimentos formulados por esses rendeiros:

"foi proposta do patrão porque eu era empregado durante 28 anos."

"porque parte que tinha do chá entrou na herança e foi vendida. Daí arrendei do sogro."

"porque gosta de trabalhar por conta, melhor que ser empregado. Sempre trabalhei no chá, quase 30 anos."

"o pai ficou doente; já trabalhava no chá junto com o pai, desde criança."

"prá ajudá no salário, sou funcionário da Estação Experimental de Pariquera-Açú, quase 15 anos e ganho muito pouco."

Esse percentual da produção é pago em dinheiro por intermediação da própria indústria que adquiriu a matéria-prima. Cada vez que o rendeiro entrega a sua mercadoria esse percentual já é descontado automaticamente, conforme demonstram os extratos de movimentação elaborados pela indústria.

Por outro lado, o proprietário do chazal só aufere renda durante a safra. É um pouco diferente daquele rendeiro que paga um aluguel anual pelo uso da terra de outrem, ou então contratos com pagamento a ser feito, após 3

ou 5 anos, contra a entrega da terra preparada para alguma finalidade econômica.

A particularidade do produtor familiar renteiro em comparação ao produtor familiar proprietário é que o primeiro paga ao proprietário parcela da renda conquistada e o segundo auferiu diretamente uma renda não capitalista da terra.

Tanto em Registro quanto em Pariqueira-Açú, os teicultores estão vinculados à esta atividade há 20 anos ou mais. Os primeiros produtores de chá de Pariqueira-Açú estão há mais de 30 anos e nos dados levantados no campo, o predomínio foi da faixa de 20 a 30 anos. Em Registro, por ser uma área mais antiga, houve o predomínio da faixa de 30 a 40 anos.

Toda atividade é desenvolvida predominantemente pela família. Possuem seus meios de produção independente de ser proprietário da terra ou não. Após a introdução da mecanização todos passaram a utilizar a colheitadeira e podadeira. Cerca de 90% dos produtores possuíam a sua própria colheitadeira e a podadeira, geralmente, era alugada da indústria.

A preferência em alugá-la deve-se ao pequeno período de utilização dessa máquina. Declaram os produtores

que tendo uma pequena dimensão de chazal compensa mais alugá-la. Num chazal de 1 hectare é possível podá-lo em um dia utilizando 4 pessoas.

Quando uma família conta com pequeno contingente de mão-de-obra, principalmente masculina, esses produtores utilizam o sistema de troca de dia de serviço (ajuda mútua). Isso vale tanto para a fase da colheita quanto para a poda. Nesse caso o dinheiro não entra nas relações que se estabelecem.

Para a teicultura o sistema de troca de dia é viável, pois, entre uma colheita e outra leva cerca de 15 a 20 dias e sendo um chazal pequeno, esse período fica praticamente ocioso, permitindo que um auxilie o outro. (Foto 15)

Dentre os produtores entrevistados cerca de 13% utilizam esse sistema tanto na colheita quanto na poda. Ocorre também em alguns bairros visitados, em que o produtor "aluga" a podadeira de um vizinho, assim não dependerá da indústria. Neste caso, o pagamento é realizado com o uso da sua força de trabalho, ou seja, este produtor auxilia o proprietário da máquina em troca do empréstimo desta. Conseqüentemente, o dono da maquinaria dispensa a mão-de-obra remunerada, passando a diminuir o seu custo de produção.



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 15 - A troca de dia de serviço na colheita, numa unidade de produção familiar, no município de Pariquera-Açu. 1993

Um outro fato que se apresenta no interior da unidade de produção familiar é a participação do diaristas, principalmente, na fase que requer maior contingente de mão-de-obra (colheita) ou que requer mais elementos do sexo masculino (poda). Nesses casos, 20,3% do total dos entrevistados trabalha dessa forma.

Pela natureza do serviço, que é temporário, esses diaristas são contratados por 1 a 3 dias de trabalho, dependendo da área de produção.

Verifica-se que essa categoria de produtor familiar através do seu trabalho gera a renda não capitalista da terra. Oliveira (1986) já mencionava em seus estudos que " são muitas vezes, a forma que os capitalistas encontraram para produzir seu capital. São por isso mesmo hoje, parte componente do desenvolvimento capitalista geral da sociedade brasileira. (...) não se trata, portanto, de estudar e compreender estas formas de renda existentes na agricultura brasileira como restos, resíduos, etc., que serão extintos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mas sim, como formas não capitalistas de produção desenvolvidas pelo próprio capital em face de seu desenvolvimento contraditório."

Ao nível das relações de produção esses produtores se inserem na forma não capitalista de produção, mas convém

salientar que estão totalmente envolvidos com o próprio sistema geral capitalista, no sentido de que foram atingidos também pela "modernização" do campo.

Os insumos básicos são utilizados pelo produtor, mesmo que não sigam as recomendações técnicas adequadas. Esse uso vem sempre diminuindo em quantidade mediante o alto custo de produção. O fertilizante químico, por exemplo, é um dos fatores que mais tem onerado o produtor e a teicultura depende basicamente da aplicação deste insumo para alcançar boa produtividade.

Assim, os produtores utilizam-se do financiamento para a aquisição desses aparatos necessários ao desenvolvimento da sua produção, atrelando-se parcialmente ao capital industrial e financeiro.

CAPÍTULO 4

A AGROINDÚSTRIA DO CHÁ E AS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO PRODUTOR

Há dois tipos de agroindústria do chá. Um que depende totalmente dos fornecedores de matéria-prima e outro que possui produção própria necessária para suprir a capacidade de beneficiamento.

Quando o industrial é proprietário de terras com significativa área de produção poderemos dizer que esteja ocorrendo a territorialização do monopólio. Para esse industrial aparece um conjunto de fatores que poderão ser destacados, tais como:

a) os tratos culturais são uniformes o que possibilita um controle na qualidade da matéria-prima levando a melhor qualidade no produto final;

b) estando o controle nas mãos dos industriais, não há conflitos nos preços.

c) há disponibilidade de capital para o incremento da sua lavoura;

d) possui acesso mais fácil ao capital financeiro, inclusive com linha de crédito especial.

Ter controle de todo o processo produtivo é algo que poderá ser questionado em função das novas tendências de

reorganização das empresas as quais estão partindo para a divisão social do trabalho através da terciarização de serviços. Em se tratando de uma agroindústria o empresário tem a vantagem de garantir a oferta de sua matéria-prima.

Por outro lado, algumas das indústrias de chá existentes têm caráter ainda bastante tradicional, controladas e dirigidas pelos próprios membros da família. Isso se deve a gênese dessas indústrias que historicamente, estão ligadas ao próprio processo de implantação das primeiras indústrias.

Praticamente, todos os industriais da Baixada do Ribeira foram antigos produtores de chá, muitos dos quais têm em seus ancestrais a forte ligação com essa atividade, a exemplo da Chá Ribeira, Amaya (Chá Ypiranga), Yamatea e alguns dos cooperados da C.A.C.. Essas indústrias, antes artesanais, se mantinham com produção própria de folhas verdes e, ao longo dos anos, algumas delas foram se expandindo e se destacando no meio empresarial local. Exceções são a BRASPEKOE e as indústrias que compõem o grupo Yamamotoyama as quais se caracterizam como empresas dirigidas por executivos sem vínculo familiar e sem tradição na teicultura.

Para se ter uma noção das indústrias de chá e sua relação com o fornecimento ou produção de matéria-prima observe-se a tabela a seguir:

TABELA - 16 ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA INDUSTRIAL

Indústria	Produção Própria	Fornecedores
CHA RIBEIRA	50%	50%
AGROCHA	70%	30%
CHA YPIRANGA	70%	30%
CHABRAS	-	100%
YAMATEA	100%	-
YAMAMOTOYAMA*	100%	-
C.A.C. REGISTRO	100%	-
C.A.C. ROLÂNDIA	100%	-

Fonte: Pesquisa de campo. 1991-1992

* compreende as 3 unidades industriais.

A tabela acima nos mostra que grande parte das indústrias tem produção própria de matéria-prima, seja em maior ou menor escala. No entanto, as usinas da C.A.C. por terem um caráter associativo, compostas por algumas dezenas de produtores, diferem das outras que estão nas mãos dos membros de um família somente. Os lucros ficam divididos entre os associados, enquanto, nas outras indústrias se concentram.

As indústrias da Yamamotoyama (Tapiraí, S. Miguel Arcanjo e Araucária) estão voltadas para abastecer a sua unidade industrial japonesa. Atribue-se a isso, ao fato de que tendo o controle da produção da matéria-prima terão a garantia de fornecer produto de melhor qualidade à sua matriz. A indústria

alega que *"pelo fato de trabalhar com variedades próprias para o chá verde e o investimento inicial da lavoura só ter retorno após 4 ou 5 anos, os agricultores não se sentem atraídos para entrarem nesse ramo de negócios."*

Nota-se em relação à essas indústrias o que chamamos de territorialização do capital (seja nacional ou estrangeira), pela implantação crescente dos seus chazais. (Foto 16)

Se de um lado está ocorrendo a territorialização do capital, por outro, há a monopolização do território através da CHABRAS e da CHÁ RIBEIRA, pois elas "dependem" dos produtores, proprietários ou não, para suprir a sua capacidade industrial.(1)

A CHABRAS é um exemplo típico por ser a maior e depender unicamente da produção de seus fornecedores. Sua capacidade industrial é de 3000 ton/ano e conta com cerca de 300 fornecedores, quase a metade do número de produtores existentes.

É interessante lembrar que foi ela quem incentivou a teicutura junto ao pequeno produtor familiar que já existia nos municípios de Pariquera-Açú e de Registro. Essa iniciativa foi tomada após a instalação da sua nova unidade industrial ao se associar ao capital americano.

(1) A CHA RIBEIRA é a mais tradicional indústria de Registro e sempre teve produção própria. Hoje 50% da sua produção vem dos fornecedores locais (cerca de duzentos) fato que nos levou a considerá-la nessa classe de industriais.



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 16 - Vista parcial do chazal de uma agroindústria .
Observe-se a topografia suavemente ondulada, propiciando assim ,
a utilização da mecanização . São Miguel Arcanjo . 1992

Já era pensamento dos dirigentes desta nova indústria adquirir matéria-prima de terceiros, em vista da volumosa quantidade de mão-de-obra rural que demandaria.(2) Por outro lado, como o próprio sócio dessa empresa afirma, *"era uma forma de adotar o sistema de divisão do trabalho, pois era uma forma de empreendimento moderno, pensando no mercado futuro do chá."*

Esse novo sistema adotado pela CHABRAS apenas veio reforçar essa prática da divisão social do trabalho, uma vez que, precedendo a instalação dessa indústria, alguns teicultores japoneses já vinham adotando essa sistemática quando passaram a abandonar suas unidades domésticas de processamento tornando-se fornecedores de matéria-prima. É necessário ponderar, entretanto, que essa relação se dava de diferentes formas, pois, todos eram membros da mesma "colônia".

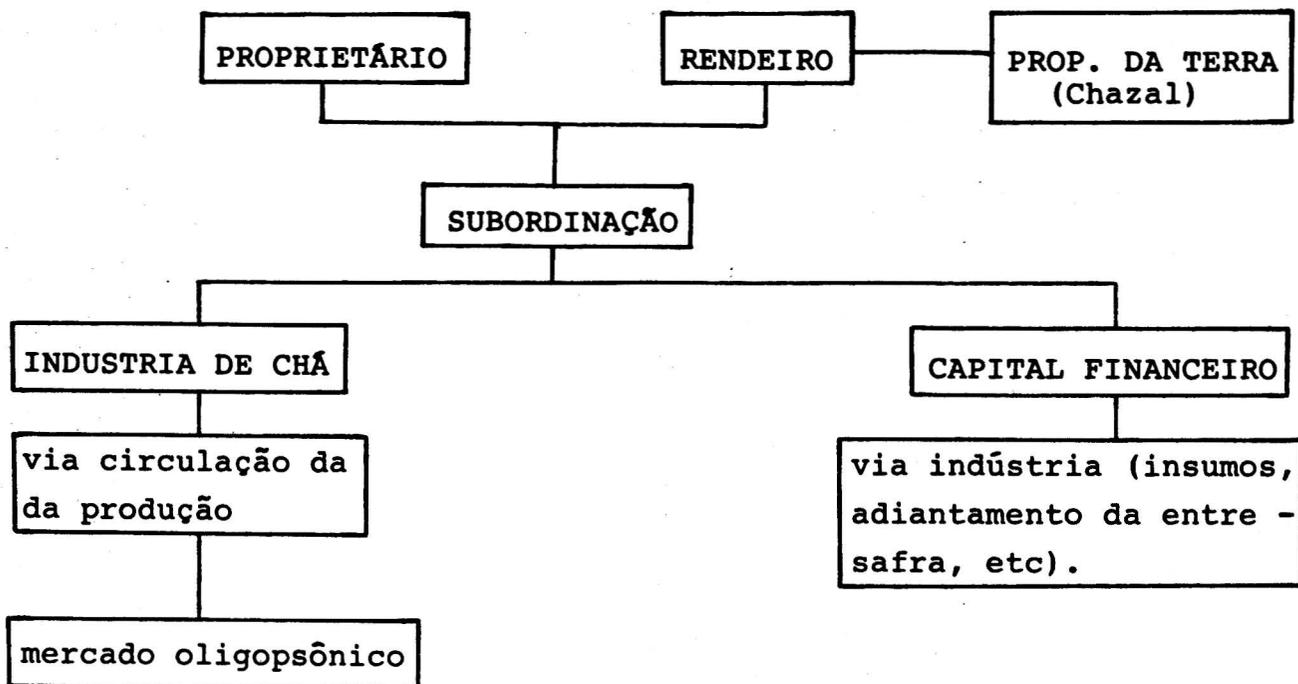
Com o tamanho das novas instalações as relações começam a ser tornar mais impessoais, principalmente pelo volume de fornecedores recrutados.

1. Formas de subordinação do produtor à indústria

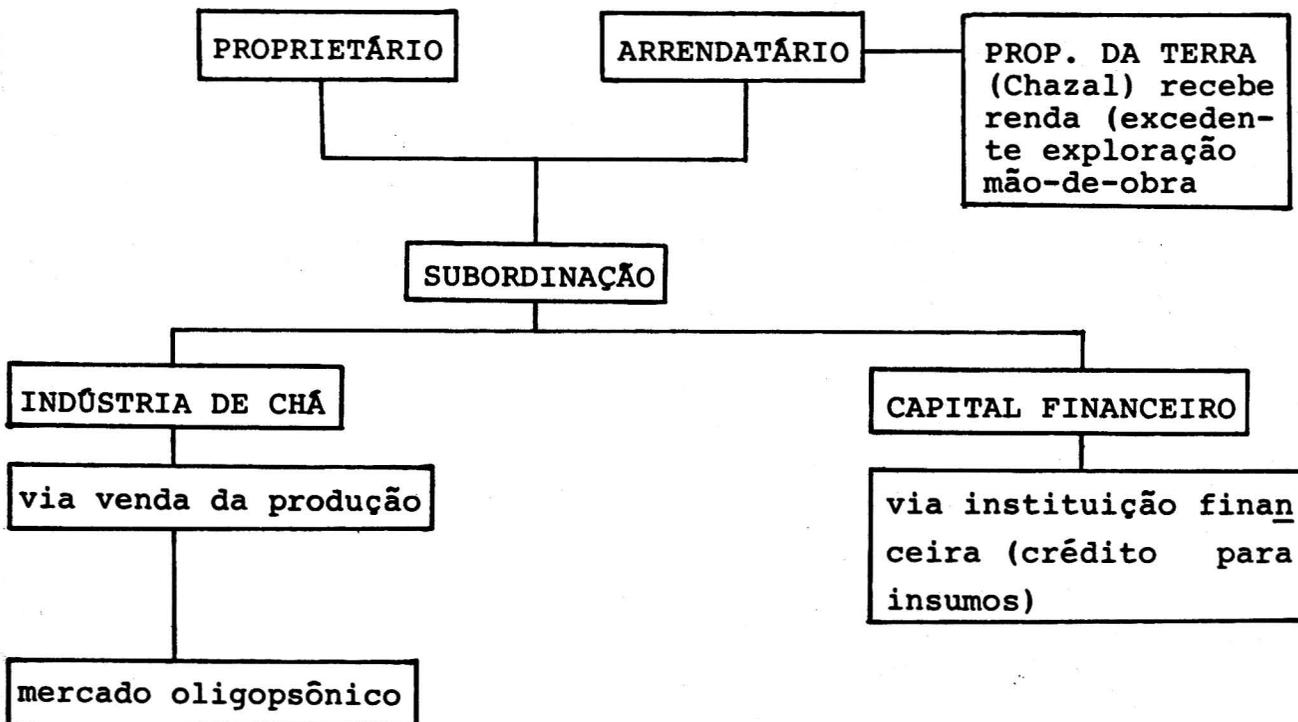
Essa subordinação do produtor se dá de diversas formas o que pode ser melhor explicitado a partir do esquema apresentado na página seguinte.

(2) Na época, final da década de 50 e início de 60 toda atividade era desenvolvida manualmente. A colheita era a fase de maior demanda.

UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR



UNIDADE DE PRODUÇÃO CAPITALISTA



Como podemos verificar qualquer que seja a categoria de produtor, capitalista ou não, ao vender sua produção à indústria, este passa a se subordinar nas mais variadas formas ao capital industrial. Ambas as categorias têm um mercado oligopsônico ficando o produtor subordinado a poucas indústrias.

O capital financeiro exerce o seu papel de duas formas: para a unidade de produção familiar o ato do financiamento tem como intermediária a indústria. Na unidade de produção capitalista a relação é direta entre o produtor e o banco.

1.1. Subordinação do produtor ao capital industrial

Uma das principais formas de subordinação a que o produtor se sujeita é no momento da classificação das folhas verdes e do estabelecimento dos preços dessa matéria-prima.

As folhas verdes do chá exigem o seu rápido processamento, pois, são altamente perecíveis necessitando serem transportadas num intervalo de poucas horas à unidade industrial. Geralmente as próprias indústrias coletam essas folhas na propriedade do fornecedor.(3)

(3) Considerando que o preço determinado pela indústria é o mesmo para todos os produtores, independente da distância a que está a propriedade; considerando que o produtor não paga esse frete, isto significa que este custo estará embutido no preço da matéria-prima. Observa-se então que aquele que está mais próximo da indústria está "pagando" o frete daquele que está mais distante, como o de Tapiraí que dista 90 km. de Registro.

O produto é pesado e classificado na indústria e, esta tarefa é realizada por um funcionário da mesma, longe dos olhos do produtor, ocorrendo aí uma relação de extrema confiança. (fotos 17 e 18)

O conflito entre os fornecedores e a indústria está na forma de classificar as folhas verdes. Trata-se de uma forma subjetiva do classificador, mesmo que para isso, tenha alguns critérios básicos a seguir. O produtor por ser um conhecedor da qualidade do produto colhido por ele, discorda, muitas vezes, da classificação dada ao produto, mas como é notificado no dia seguinte, não há mais a possibilidade de contestar ou comprovar o "erro" do classificador.

Diante desse fato, os fornecedores só afirmam que "*não tem outro jeito*". Em 1986, fundou-se a Associação dos leicultores do estado de São Paulo a qual polemizou muito a questão da classificação das folhas verdes, realizada pelas indústrias, conforme relatam os artigos do jornal "Tribuna do Ribeira", surgindo uma situação de animosidade entre os produtores e industriais. Com muita reserva alguns produtores declararam que uma das indústrias deixou de receber folhas verdes do então presidente desta associação e isso fomentou um clima de receio junto aos pequenos produtores. Sentiram-se ameaçados em não conseguir colocar o seu produto no mercado, caso o movimento da associação desse continuidade. Daí ter sido desativada a associação.



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 17 - Aspecto da pesagem de uma remessa da colheita de um produtor .
Paralelamente, procede-se a classificação das amostras. 1993



Foto 18 - Forma de classificar as folhas verdes na indústria. 1993

Foto : Ruth Youko Tsukamoto

A classificação segue um critério que vai do melhor tipo ao pior. Os tipos são: A, A1, B, B1, C e D. Pelo que verificamos o A e o D praticamente não ocorrem. O tipo de maior ocorrência é o B1, seguido do B e C como podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO 01 - CLASSIFICAÇÃO OBTIDA PELOS PRODUTORES

TIPO	N.DE INFORMANTES
A1/B	2
A1/B/B1	2
B/B1	38
B1	25
B/B1/C	14
B/C	6
A1/B/B1/C	1

FONTE: Pesquisa de campo - 1992

O critério de classificação das folhas além de ser parcial ao nivelar por baixo o produto, nem sempre homogêneo, ainda varia no decorrer da safra.

Como a colheita perdura cerca de nove meses, o produtor consegue colher os melhores tipos no início (setembro) e durante o pico da safra (dezembro até fevereiro) e, a partir de então, muitos deles obtêm um tipo pior no final desse período.

Segundo os industriais o que convém mais é o B1, porque este tipo está dentro do padrão médio necessário ao beneficiamento e o preço está na média. O tipo A, por exemplo, não é rentável, tanto para o produtor, quanto para as indústrias, visto que o broto é de qualidade superior e a brotação deste tipo é menor; o produtor por sua vez alega que o custo é muito alto para passar a colheitadeira no chazal com pequena quantidade de folhas verdes. Por outro lado, para o industrial é uma matéria-prima muito cara para ser inserida no seu processo de beneficiamento.

O A1 e o B são obtidos por aqueles que fazem os tratos culturais de acordo com a orientação técnica e colhem no período certo, de 15 em 15 dias.(4)

No levantamento feito junto aos produtores, verificamos que tanto o tipo A1 quanto o B são obtidos apenas em 10% da sua produção, enquanto o B1 atinge de 90 a 100% e o tipo C recebe o mesmo percentual do B.

Alguns entrevistados declararam que a fábrica só classifica em B1, mesmo que enviem folhas melhores e, por isso, se acomodam em realmente colher somente quando há muito broto, ultrapassando muitas vezes os 15 dias exigidos; alguns

(4) Durante as pesquisas de campo entre 1990 e 92 os produtores informaram que devido a falta de chuvas nesse período da safra o brotamento das folhas estava mais lento. Muitos estavam colhendo de 20 em 20 dias, prejudicando assim a comercialização dos mesmos.

justificam que "o adubo está caro e ao usar menor quantidade a classificação piorou." Para outros produtores que recebem tipos melhores, dizem que é necessário caprichar, mesmo que o preço não esteja bom, porque "entregando sempre um bom produto, tem moral para reclamar, quando a classificação não estiver de acordo." (Fotos 19 e 20)

As justificativas são diversas mas, nota-se que em termos de custo para a indústria é vantagem que a maior parte da matéria-prima seja aquela de preço médio, no caso o B1. Esse tipo médio ainda possibilita fazer correções no processamento e no beneficiamento do chá, visando a adequação ao mercado.

O problema da classificação está na variação dos preços para cada tipo. Como exemplo, podemos ilustrar com dados de 06/01/93 cujos preços foram convertidos em dólar (comercial).(5)

QUADRO 02 - PREÇO DAS FOLHAS VERDES (kg)

Tipo A	- US\$ 0,16s
Tipo A1	- US\$ 0,14
Tipo B	- US\$ 0,11
Tipo B1	- US\$ 0,09
Tipo C	- US\$ 0,06
Tipo D	- US\$ 0,007

FONTE: Pesquisa de campo -1993

(5) Em 06/01/93 o dólar comercial (venda) foi cotado a CR\$12.826,00.



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 19 - Chazal de um arrendatário capitalista , com 24,5 hectares, numa topografia ligeiramente ondulada, no Bairro Senador Dantas, em Pariquera-Açu . 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 20 - Chazal na fase da colheita . Observe-se a dimensão desta cultura numa propriedade com 80 hectares de chá. Registro. 1992

Verifica-se que o preço do tipo D se distancia muito do C, pois, é considerado pelos industriais como uma matéria-prima inaceitável devido a sua péssima qualidade.

A tabela de preços não é satisfatória, pois, muitos deles afirmam que mal dá para cobrir as despesas da lavoura. Um produtor declarou que *"antigamente com um quilo de folha dava pra comprar um doce de padaria, agora o preço já não acompanha."*; outros afirmam que *"com um quilo de chá dava para comprar um pão de filão, hoje não dá."* Estas afirmações foram frequentes e, segundo os dados dos questionários aplicados, cerca de 74% dos produtores estavam insatisfeitos, com os preços determinados pela indústria.

Os preços são iguais em todas as indústrias e sofrem um "aumento" de 10 em 10 dias aproximadamente. Quem determina os preços é a CHABRAS e, segundo o diretor dessa indústria, ela tem condições para impor, por ser a maior, a líder na produção de chá preto; ela é uma espécie de "bolsa do chá".(6)

Nota-se por essas afirmativas que se trata do poder de monopólio dessa indústria que vai ditando as regras de comportamento aos industriais e as sujeitando os fornecedores. Isto pode ser entendido como sendo o monopólio na circulação,

(6) No fumo, um produto que mantém pontos em comum com o chá, já há um entendimento entre a Associação dos Fumicultores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato das Indústrias de Fumo para a determinação do preço da matéria-prima, conforme Etges (1989:152).

onde cada vez mais no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, as empresas absorvem os rendimentos do trabalho agrícola sujeitando a renda da terra ao capital por meio de "mecanismos praticamente compulsórios de comercialização das safras", conforme afirma Oliveira (1980:25).

Ao indagar os industriais sobre os preços pagos pelas folhas verdes, alguns admitiram que não são satisfatórios, mas alegam que dependem do comportamento do mercado internacional e, nas últimas safras esses preços estiveram em baixa.

Em última análise, no mercado internacional é onde se define o preço do chá procedentes de diversas partes do mundo. A indústria brasileira passa, em função dessa determinação a "ajustar" os preços das folhas verdes pagas ao produtor.

Além dessa subordinação ao capital industrial, o teicultor também está atrelado ao capital financeiro conforme pudemos observar no esquema anterior da página 152.

1.2. Subordinação do produtor ao capital financeiro

Um outro nível de subordinação do produtor está relacionada à questão do financiamento dos insumos agrícolas, principalmente dos fertilizantes.(7) Neste caso, nota-se

(7) Dentre os insumos utilizados estão o calcário, o herbicida e o fertilizante, mas este último é que mais faz aumentar o custo de produção.

nitidamente o papel do capital financeiro interagindo em conjunto com o capital industrial.

Seguindo os mesmos passos da agricultura brasileira como um todo, os teicultores também passaram a utilizar insumos, uma vez que após 30 anos de produção sem fertilizantes houve a necessidade de introduzi-los.

Isso só veio a ocorrer de forma mais disseminada na década de 60 e pode ser ratificado por Petrone (1966:244) no seu estudo sobre a Baixada do Ribeira, onde comenta que "técnicas de adubação praticamente não existem, até mesmo, como vimos, em culturas da importância do chá".

A forma de aquisição de insumos foi uma decorrência da capacidade financeira de cada produtor, aqui simplificada em duas categorias: o produtor capitalista e o produtor familiar.

O produtor capitalista pelo acesso que tem junto aos bancos passa a contar com o apoio do capital financeiro. Já o produtor familiar recorre ao "financiamento" do adubo intermediado pela indústria.

Esse mecanismo de obter o financiamento via instituição bancária é algo usual, no meio agrícola brasileiro. Existem mecanismos de crédito agrícola, principalmente para custeio. Na teicultura, atualmente, não há uma linha de crédito especial e,

segundo um funcionário da carteira agrícola do Banco do Brasil, existe um financiamento que obedece a critérios baseados na capacidade financeira do produtor. A partir daí, classificam-no em pequeno, médio e grande produtor.

Só o grande produtor é financiado diretamente pelo banco. Os médios produtores representados, em parte, pelos cooperados da U.A.C. buscam empréstimos bancários, mas a forma de pagamento se dá via cooperativa. Melhor explicando: os produtores financiam a produção na instituição bancária, com o aval da cooperativa e passam a pagar a dívida contraída com parte do valor da matéria-prima.

Para esse tipo de financiamento, os cálculos levam em consideração o valor dos insumos adquiridos em proporção ao valor das folhas verdes. Sendo assim, o produtor já toma conhecimento do volume de matéria-prima que deverá ser entregue para saldar a dívida. Caso o cooperado deixe de entregar a matéria-prima, após, o uso dos insumos, o pagamento é realizado diretamente pelo produtor à instituição financeira.

Podemos ilustrar esse mecanismo, com a declaração de um cooperado, obtida em 1991, de que para pagar 1 kg. de adubo era necessário entregar à usina cerca de 1,900 Kg. de folhas verdes do Tipo B1, mas com a retirada do ICMS a proporção cairia para 1,600 Kg..

Segundo as palavras de um dos diretores da usina, essa forma de saldar o financiamento é viável porque é uma cooperativa, cujos produtores têm um compromisso firmado em conjunto.

Difere nesse contexto o mecanismo do financiamento dado ao pequeno produtor familiar. Este, muitas vezes, por não ter suas terras regularizadas ou porque é rendeiro tem dificuldade em obter o financiamento via instituição bancária. Aparece, então, a figura do industrial de chá, o comprador de matéria-prima, que fornece os insumos necessários em troca da entrega de tolhas verdes durante a safra.

Dentre os entrevistados, cerca de 80% adquirem adubo via financiamento da indústria de chá, ou seja, o pagamento é efetuado contra a entrega das folhas verdes durante a safra. Observa-se que não há nenhum contrato formal entre a indústria e o produtor. (8)

A determinação da quantia de folhas que deverá ser destinada ao pagamento da dívida fica por conta de cada produtor. Uns procuram saldar o quanto antes para que os juros e a correção monetária não se acumulem, outros preferem ir saldando

(8) A ausência do contrato formal deixa de ser importante quando há um mecanismo de uma sanção velada em relação ao produtor. Caso o produtor deixe de entregar folhas verdes sem saldar a dívida este terá dificuldade de ser aceito em outra indústria, pois elas se comunicam entre si.

aos poucos, pois, sendo sua produção de pequena monta tem que utilizar o dinheiro para a própria sobrevivência da família.

Esse financiamento do adubo é feito pela instituição bancária com o aval da indústria. O que ocorre, é que alguns fornecedores que podem oferecer garantias (a terra por exemplo), no ato da solicitação do empréstimo bancário acrescentam um valor maior. Esse valor a mais é destinado à compra de adubo para a indústria financiar os pequenos produtores. Já que muitos dos pequenos produtores não têm a escritura de suas terras, foi alegado por um deles que esse tipo de procedimento é válido.

Nota-se que o produtor, nem sequer, tem contato direto com a instituição financeira (o banco) pois, é intermediado pela indústria. É o banco que salda a dívida junto a indústria de insumos.

O produtor que tem condições de fazer o financiamento no banco, também, tem o aval da indústria. Na impossibilidade de saldar a dívida em tempo hábil, o avalista quita e o produtor se compromete com a entrega das folhas verdes. Verifica-se que o banco e a indústria ficam com parte da renda da terra do produtor em função dos juros e da correção monetária que deverão ser pagos durante a safra. Martins (1983:176) ao analisar a questão sobre a sujeição da renda ao capital explica:

"O banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser

o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua."

É importante mencionar que a aquisição deste insumo ocorre no período da entressafra (junho e julho) quando o produtor, geralmente o pequeno, não tem disponibilidade financeira para tal, salvo se possui uma outra cultura alternativa ou se fez uma poupança durante a safra. O pagamento é realizado com a entrega da matéria-prima, durante a safra, o que normalmente, ocorre após cinco ou seis meses. Há casos de produtores que saldaram sua dívida praticamente no final da colheita.

O capital financeiro e o capital industrial (este representado tanto pelas indústrias de fertilizantes quanto pela indústrias de beneficiamento) são aqueles que vêm extraíndo ao longo desses anos, parte da renda da terra dos produtores e principalmente, dos pequenos produtores de chá que tem como resultado do seu trabalho, única e exclusivamente, sua sobrevivência.

Essa forma de subordinação junto às indústrias torna-se limitante entre os pequenos produtores quando comparam o preço do adubo e o preço das tolhas verdes. o

"deveria ser melhor, o B1 deveria ser CR\$2.500,00 para compensar o adubo".

"é pouco, precisa 3 Kg. de folha prá pagar 1 Kg. de adubo."

"se cobrisse 1 tonelada de adubo seria o certo. Em 83 comprava um maço de cigarro com um quilo de chá e dava prá pagá quase 2 Kg de adubo."

Na realidade está ocorrendo a alta dos preços do adubo seguindo a taxa da inflação, e, como a dívida vai sendo computada de acordo com essa correção, o valor em dinheiro no momento da entrega das folhas, não acompanha essa alta. Isso dificulta o produtor a saldar o montante da dívida, logo ele necessita entregar cada vez mais, maior quantidade de folhas verdes para pagar o adubo, acarretando aos pequenos produtores o processo de depauperação.

Um exemplo concreto dado pelos produtores é que antes (por volta de 1984/85) com um quilo de chá dava para pagar um quilo de adubo, hoje é necessário entregar de 2 a 3 quilos de folhas tipo B1 por 1 quilo de adubo. O que observamos é que em 1990, quando iniciamos a nossa pesquisa, a proporção era de 2 quilos de folhas para 1 quilo de adubo. Isso demonstra que além dos baixos preços oferecidos pelas indústrias há que se considerar o conjunto da situação político-econômica atual do país, principalmente no que se refere à política de crédito de custeio agrícola.

Fica claro nesta análise que o ponto de estrangulamento nessa relação agricultura-indústria está na classificação das folhas verdes e nos seus preços, acrescidos do financiamento do fertilizante, predominantemente feito junto à indústria.

Na verdade o lucro não existe para esses pequenos produtores. As sobras do final da safra são medidas em forma de material como compra de roupas, sapatos, guarda-roupa, bicicleta, viagens feitas à casa de parentes, etc.. Não existe uma contabilidade da produção, um controle das despesas e receitas colocados na ponta do lápis. O que têm é uma noção de quanto podem gastar em adubo. Dificilmente sabem informar quanto obtiveram da sobra em valor.

Na tentativa de obter dados mais concretos sobre os gastos mensais solicitamos a alguns produtores que fizessem anotações das entradas e saídas de dinheiro da entradas e saídas de dinheiro do dia a dia. Isso foi inviável.

Obtivemos, então, de um produtor rendeiro uma forma para se calcular os custos e receitas de uma safra, o que colocaremos a título de exemplo.

Ele é um teicultor rendeiro, explorando uma área aproximada de 6 hectares, que vem seguindo orientações técnicas, na medida do possível. Ele informou que cerca de 10% das folhas

verdes obteve a classificação B e 90%, B1 estando, portanto, dentro dos parâmetros normais de um pequeno produtor.

QUADRO 03 - CONTAS DA SAFRA 91/92

ESPECIFICAÇÕES	US\$
Venda de folhas verdes	4.671,60
Adiantamento s/folhas verdes*	2.384,36
Valor pago/arrendamento	1.085,39
Manutenção/máquinas	150,17
Gastos com insumos	494,12
Juros	264,18
RECEITA	4.671,60
DESPESAS+ JUROS	4.378,22
LÍQUIDO	293,38

* Nesse item deduz-se que estão incluídas as despesas domésticas (alimentação, vestuário, etc.) e os gastos com gasolina para as máquinas que não estão especificadas nas contas.

Por esses dados é possível verificar, mesmo que aproximadamente, quanto o capitalista, dono tanto da terra quanto do chazal, auferiu durante a safra. Foi a ele destinado cerca de 23% do valor da produção e o capital financeiro extraiu no mínimo 6% sem contar a correção monetária que foi paga via indústria.

Um saldo líquido de US\$ 293,38 equivalia em 24/12/93, cerca de CR\$ 88.685,84 ou 4,72 salários mínimos, quantia irrisória para um trabalho de um ano utilizando-se quatro pessoas da família durante a safra.(9)

Suponhamos que este produtor fosse proprietário das terras; ele teria a possibilidade de auferir o equivalente a US\$1.378,00/ano ou cerca de 22 salários mínimos.

Se considerarmos todo o dinheiro do adiantamento para as despesas necessárias à sua sobrevivência, o produtor extrairia cerca de tres salários mínimos mensais para sustentar 6 pessoas. Nos levantamentos de campo foi constatado que em 28,3% dos produtores a renda familiar ficava em torno de dois a tres salários mínimos e em 15,2% em tres a quatro salários mínimos.

É bom lembrar que nos contatos com os produtores houve uma constante reclamação em relação à má classificação dada pelo classificador. Dessa forma deduz-se que o produtor estará "perdendo" dinheiro na entrega da matéria-prima à indústria.

O produtor está totalmente a mercê da indústria, tanto mais por se tratar de um mercado oligopsônico em que o produto é perecível e precisa ser comercializado imediatamente.

(9) Salário mínimo em dezembro de 1993 - CRS 18.760,00 e o dólar em CR\$ 302,29 (cambio comercial).

Os produtores necessitariam de uma associação própria para melhor discutir os problemas dos teicultores junto às indústrias.

Por observações realizadas na área de estudo permite-se afirmar que muitos produtores se "acomodaram" à situação ou então não tomaram consciência do seu papel enquanto produtor, levando muitas vezes a considerar a indústria como seu "patrão". Um dos produtores (rendeiro) chegou a afirmar que "se o patrão não melhorar os preços vou parar de produzir."

Para esse tipo de afirmação vem de encontro ^{das} colocações de Martins (1980:59) quando diz, que "apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamentos e comercialização, processo muito claro no sul e no sudeste, é que subrepticamente as condições de existência do lavrador e de sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador fosse um assalariado do capitalista."

Em se tratando de pequenos produtores familiares com uma área de produção de 0,5 a 2,0 hectares, a situação se torna bastante difícil; percebe-se que os preços sendo baixos o produtor tende a aplicar menos adubo e conseqüentemente a produtividade torna-se menor, levando-os a um círculo vicioso. (Foto 21)



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 21 - Aspecto de um chazal de um produtor familiar de Pariquera-Açu . A falta de tratamentos culturais adequados compromete a qualidade das folhas . 1992

Algumas indústrias, para atender os seus interesses, declararam que estão procurando corrigir o problema da baixa qualidade e baixa produtividade atuando diretamente, visitam as propriedades dos fornecedores, no intuito de dar uma orientação técnica adequada. O objetivo é conscientizar o produtor de que investindo na lavoura, obtém-se um melhor produto e, conseqüentemente melhor tipificação e melhores preços.

A CHABRAS, por exemplo, que depende totalmente do fornecimento desses produtores, instituiu prêmio em adubo aos produtores que apresentarem boa produtividade, bons tratamentos culturais, etc. até o final da safra.

Llambi (1981:151) coloca bem essa questão da subordinação do produtor à indústria dizendo que "em suas vinculações com a indústria as unidades de produção camponesa podem estabelecer relações de diferentes tipos: financeiras (crédito em dinheiro ou em produto - insumos-), comerciais (abastecimento de insumos para a produção e aquisição da produção camponesa), técnicas (transmissão de conhecimentos técnicos - know how - e de organização do processo de produção/comercialização), e por último, gerenciais ou administrativas (contabilidade, manejo de pessoal, administração de recursos, etc.) (...) a empresa industrial só assume estas relações atendendo geralmente a dois objetivos: a) solucionar um problema de abastecimento e/ou ampliar o mercado; e b) extrair a

máxima rentabilidade ao seu capital através da geração de margens adicionais de lucro."

A realidade é que o pequeno produtor se encontra em estado de desânimo e sem dinheiro.

Um produtor ao se referir aos baixos preços oferecidos pela indústria (1991) diz que "*o preço do chá está CR\$19,50, mas deveria ser de CR\$50,00 porque menos é só pra gente sofrê e mais nada...e sofrê quietinho; vai se queixá prá fábrica lá, isso num adianta.*"

Ao ser questionado das razões pelas quais ainda permanecem nessa atividade as respostas foram diversas e podemos citar algumas delas: "*não tem outro jeito*"; "*é uma cultura permanente*"; "*não dá prá arrancar o chá porque o serviço fica muito caro*"; "*tem esperança de um dia melhorar*".

As colocações de Abramovay (1982:223) são elucidativas quando se refere a luta dos pequenos agricultores por melhores preços: "*esta é uma luta que se desenvolve em todo o Brasil e que embora incipiente na sua forma de manifestação é muito importante, sobretudo pelo fato de que cada vez mais, ela se opõe os interesses dos pequenos agricultores aos do grande capital comercial e industrial ligados à agricultura. Trata-se aí não de uma luta direta contra a expropriação, mas antes de tudo contra a exploração a que estão submetidos os pequenos agricultores, tanto*

no momento da venda de seus produtos, quanto no momento da compra dos insumos de que necessitam para a sua produção."

Salienta-se também que a dívida a pagar durante a safra não fica somente no pagamento do adubo. Durante a entresafra (junho e julho), o produtor precisa de dinheiro para que se façam os tratos culturais necessários nesse período, ou, mesmo para a sua própria sobrevivência. Em decorrência os produtores, principalmente os pequenos recorrem ao adiantamento contra a entrega das tolnas verdes na safra.

O critério deste adiantamento da entresafra é determinado pela indústria e, o mais usual é pela área plantada e pela produção da safra anterior de cada fornecedor. Esta dívida também é paga durante a comercialização das folhas verdes, com juros, obviamente. E o pequeno produtor torna-se subordinado pela dívida.

Na entresafra é realizada a poda dos chazais que é feita com podadeiras. São máquinas muito caras (hoje calculadas em US\$1000) e para utilizá-las uma vez ao ano só é viável ser adquirida por aqueles que possuem grandes chazais. Sendo assim, os pequenos produtores, cerca de 76%, alugam das próprias indústrias pagando por dia ou, por área plantada, a critério de cada indústria. Além desse aluguel o produtor pede adiantamento para sua sobrevivência nesse período e o critério para tal é de acordo com o comportamento da produção da safra anterior.

Algumas indústrias também prestam serviços de manutenção da colheitadeira o que também é descontado durante o período da safra vindoura.

Tudo isso leva a uma subordinação e dependência quase total do produtor junto à indústria. Nem por isso (segundo muitos produtores) eles deixam de entregar para a fábrica, pois necessitam dela. Por outro lado, para uma indústria como a CHABRAS que depende 100% dos fornecedores é do seu interesse manter o produtor subordinado a ela seja através do financiamento do adubo, seja prestando serviços durante a entresafra.

Ao questionar sobre as razões de terem escolhido tal ou tal indústria, as respostas variaram em torno do seguinte: 26% dos entrevistados responderam que o pai já mandava, e por isso continuaram; 14.5% responderam que se deve à classificação dada pela indústria e 10% porque recebem apoio financeiro e a indústria faz a manutenção das máquinas. Outros tipos de respostas foram colocadas como: *"porque atendeu quando precisava."*; *"é o melhor que tem, patrão bom e classifica bem"*; *"o atendimento é excelente"*; *"eles foram o primeiro a comprar"*; *"é uma das melhores fábricas, pagam direito"*.

Baseando-se nesse tipo de respostas dadas pelos produtores vale salientar que eles não têm o hábito de mudar de indústria, pois, cerca de 47% dos entrevistados estavam na faixa de 10 a 30 anos como fornecedores da mesma empresa. Nota-se que

aqueles que mudam o fazem em geral porque estão insatisfeitos com os procedimentos da indústria e passam a entregar a outros, principalmente por não concordarem com a classificação feita.

Segundo os produtores, a mudança não é interessante porque já estão acostumados com o pessoal da fábrica; outros afirmam que, *"quando a fábrica que entregavam fechou, a atual o acolheu no momento que mais precisava, por isso fica com ela, afinal tudo é a mesma coisa"*.

Essa forma de colocar que "tudo é a mesma coisa" significa que o mercado é restrito e como os preços da matéria-prima não se alteram de uma indústria a outra, resta ficar com aquela com a qual já estão habituados.

No entanto, pudemos notar nas entrevistas que o conflito existe e alguns demonstraram uma certa irritação e revolta como de um, quando afirmou que *"o dono da empresa compra carro novo no final de ano enquanto que o produtor tem que fazer bonito para comprar um par de sapato."*

Na realidade, *"a exploração do trabalho camponês tem se tornado uma das mais férteis fontes de lucro para os grandes monopólios capitalistas industriais."* (Abramovay, 1980:223)

Através destas situações acima apresentadas pode-se

verificar o grau de atrelamento dos produtores, principalmente, dos pequenos produtores familiares.

Kautsky, já no século passado, mencionava essa questão ao exemplificar o caso da casa Nestlé quando ele se refere aos tornecedores de leite para a indústria dizendo: "180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres."

Kautsky (1980:304)

A agroindústria reflete assim uma situação comum ao campo brasileiro, imprimindo nas condições sócio-econômicas do produtor marcas da subordinação à indústria, com suas consequências indiretas na re-ordenação da paisagem agrícola.

1.3. Caminhos alternativos para superar a crise

Em função da incompatibilidade entre os preços da matéria-prima e os custos de produção na teicultura, tanto o pequeno produtor familiar, quanto o produtor capitalista estão há cerca de 10 anos partindo para culturas alternativas, para suprir as despesas do chazal.

Paulatinamente, nota-se que foram introduzidas a cultura do maracujá, da banana ou mixirica que vêm se inserindo

na paisagem, no intuito do produtor obter mais uma "renda" complementar. (Fotos 22 e 23)

A maior parte dos teicultores não pretende substituir o chá por essas culturas. Justificam que o maracujá, por exemplo, tem auxiliado cobrindo as despesas do chá. Pelo fato do chá ser uma cultura permanente e de longa vida produtiva (bem cuidada pode ser explorada até mais de 50 anos) não é viável que seja erradicada.

O que os produtores alegam é que o *"o chá está aí, é só adubar que sempre entra um dinheiro"*.

Aqueles pequenos produtores empobrecidos reclamam pela falta de condições de introduzir uma nova cultura porque o custo é muito alto. Um dos teicultores afirmou que *"arrancá o chá fica muito caro e arrumá outro lugar também é difícil. Derrubá mata é proibido, porque o fiscal vem."*

Conforme o depoimento do diretor técnico da Chá Ribeira há um trabalho junto aos produtores de partirem para culturas paralelas pois, num momento como este de crise, a monocultura é altamente prejudicial. Para tanto, esta indústria plantou uma pequena área de banana para servir de exemplo a esses produtores.

Observamos que nas unidades de produção familiar aqueles que conseguem retirar parte da renda do chá para



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 22 - Aspectos de uma paisagem com a presença de culturas alternativas mantidas paralelamente à teicultura . Pariquera-Açu . 1992



Foto : Ruth Youko Tsukamoto

Foto 23 - A presença do maracujá, encravado no chazal (perpendicular ao caminho de acesso à residência), numa unidade de produção familiar dos teicultores. Pariquera-Açu . 1992

implantar outra cultura paralela, estão optando pelo maracujá. Com poucos pés há condições de colocar o produto no mercado.

Na realidade esta cultura é adaptável às condições físicas da Baixada do Ribeira, principalmente, no que diz respeito à temperatura e à pluviosidade. Em 1972, já havia cerca de cinco a seis produtores. No quinquênio 1980/85, entre Registro e Pariquera-Açú havia em torno de 120 produtores, com predominância dos pequenos. A comercialização se realizava de forma conjunta, sempre primando pelas frutas de melhor qualidade.

Observa-se que na década de 80, com a falta do produto para suprir o mercado industrial, a CITROSUCO, a Maguary e a Milani chegaram a absorver toda a produção. O preço oferecido estava igual ou superior ao do CEASA de São Paulo. Entretanto, com a melhora do mercado, este produto deixou de ser consumido pelas indústrias, paralisando assim, o esquema montado naquele período. Os produtores que mantiveram esta atividade passaram a comercializar junto aos intermediários do local, os quais encaminham aos boxes do CEASA.

O custeio do cultivo provém de seus próprios recursos; não há financiamento para tal. Os produtores de chá declaram que *"o maracujá é custeado em parte com o dinheiro do chá e na entresafra do chá o maracujá cobre as despesas."*

A comercialização é feita através dos intermediários residentes no local, com o compromisso de trazerem a nota onde

constam o número de caixas enviadas, a classificação da fruta, as despesas de frete, o valor das caixas de embalagem e o imposto. É uma relação comercial em que o produtor jamais tem contato direto com o comprador. O estabelecimento dos preços é de acordo com a oscilação do mercado de cada dia. Não há uma negociação prévia dos preços.

Nota-se aqui o papel do intermediário, figura bem conhecida no meio rural, que para o produtor é uma "mal necessário", por não contar com mercado que absorva no próprio local da produção. Nesse processo de comercialização é extraído parte da renda do produtor. Além do intermediário há o atacadista do CEASA que também não deixa de ser um intermediário.

Essa forma de comercialização nada mais é do que um monopólio praticado pelo capital comercial e conforme Oliveira (1980:48) "esses segmentos têm encontrado na ação do Estado (construindo CEASAS) o respaldo para sua continuidade e assim seguem, extraíndo parte da renda da terra geralmente dos pequenos agricultores."

A tentativa de encontrar culturas alternativas como o maracujá foi salutar, pois o produtor sempre terá uma renda a mais auferida. É também, uma cultura com duas opções de comercialização: a indústria de sucos e o CEASA, com os atacadistas.

Pela potencialidade dessa produção na Baixada do Ribeira, há projetos da indústria de chá BRASPEKOE de Pariquera-Açú, recém reativada, de instalar uma indústria de suco de maracujá. É um fato que não se concretizou, mas caso venha a ocorrer é possível que o produtor venha a se subordinar tal qual no chá, através de financiamento ao custeio da produção. É o próprio capital buscando alternativas para sua mais rápida reprodução.

No momento, para o produtor, essa cultura é encarada como uma simples opção para sua sobrevivência e, portanto, o custo da produção advém de seus recursos próprios. Caso venha a expandir sua área plantada em função do mercado existente e sendo uma cultura, exigente em insumos agrícolas (defensivos) poderão necessitar de financiamentos bancários ou mesmo da própria indústria compradora.

No contexto atual, é de importância salientar que os preços do maracujá são oscilantes; no período da safra os preços caem, tornando-se um mercado inseguro. Aí está uma das razões dos produtores não substituírem totalmente o chá por esta cultura. Um produtor declarou *"o chá é uma lavoura que colheu já está com dinheiro. É uma lavoura que não dá baixa. Não é como o maracujá, a banana... tirando o chá fica ruim; fica esperando um ano prá produzir outra coisa, aberta."*

Diante destes fatos, os cooperados da C.A.C. estão há algum tempo com culturas paralelas como a do maracujá, da mixirica, da banana, da goiaba e de hortaliças. Como atualmente o chá está passando por um período de crise, tornou-se para alguns, momentaneamente, uma atividade secundária.

O abandono total dessa atividade não tem sido comum. Seja o capital se territorializando, seja monopolizando o território, nota-se que a teicultura vem marcando a paisagem dos municípios de Registro e de Pariquera-Açú desde há muito.

Já os cooperados da C.A.C. estão há algum tempo com culturas alternativas como a do maracujá, da mixirica, da banana e até de hortaliças. Essa iniciativa partiu da diretoria da cooperativa regional.

Todos os cooperados entrevistados possuíam outras atividades agrícolas e como o chá está atualmente passando por um período de crise, para alguns ele se tornou momentaneamente uma atividade secundária.

Pelo fato de ser uma cultura perene e que pode ser passada de geração a geração, o abandono total dessa atividade não tem sido comum. Seja o capital se territorializando seja monopolizando o território nota-se que a teicultura tem marcado a paisagem dos municípios de Registro e Pariquera-Açú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CHÁ E A (RE)ORDENAÇÃO TERRITORIAL

Findas essas considerações sobre as relações do chá com a industrialização e comercialização, resta-nos tentar detectar as marcas visíveis impressas por esta monocultura na paisagem e as tendências que se delineiam. Em outras palavras, como o chá dentro da conjuntura nacional e internacional a que esteve e está ainda submetido foi criando o seu espaço na paisagem, pois impôs como monocultura na área em questão e preocupa-nos quais seriam as perspectivas de mudança numa outra conjuntura.

A Baixada do Ribeira sempre foi considerada como área mais subdesenvolvida do estado de São Paulo. Se comparada as áreas do planalto, a Baixada teve um modesto incremento demográfico e, na atividade econômica agrícola só a rizicultura chegou a ter destaque como produto de exportação.

Enquanto outras áreas do Estado abriam estradas e criavam novos núcleos urbanos impulsionados pela economia cafeeira, a Baixada do Ribeira só foi beneficiada, na década de 60, com a abertura da BR-116 (Regis Bittencourt) como principal via de escoamento da produção.

De modo geral, pode-se dizer que economicamente a teicultura significou para a área uma nova perspectiva que,

juntamente com a bananicultura, marcou a paisagem, relegando as culturas tradicionais a um segundo plano.

Hoje, a paisagem rural na porção sul do município de Registro e norte de Pariquera-Açú tem na teicultura o elemento predominante. Em Pariquera-Açú, os chazais se intercalam entre as inúmeras habitações, muito próximas uma das outras, refletindo a concentração de pequenas propriedades. Esta paisagem apresenta algumas interrupções onde se localizam as unidades industriais e os seus respectivos chazais que são mais homogêneos e contínuos, entremeados por algumas residências dos funcionários da fábrica e/ou trabalhadores do campo.

Em Registro, em função da topografia mais movimentada, os bairros rurais com chá apresentam uma paisagem diferenciada de Pariquera-Açú. Os chazais estão localizados nos interflúvios intercalados por brejos, capoeiras e/ou bananais quebrando um pouco a continuidade da paisagem. Contudo, na maior área de concentração dos chazais, ao sul da sede municipal, a presença de indústrias como Chá Ribeira e AGROCHÁ imprimiu à paisagem uma certa homogeneidade.

Percebe-se que a monocultura do chá com cerca de 5000 hectares ocupando basicamente a porção sul da sede municipal de Registro e norte de Pariquera-Açú, tem sua importância no âmbito regional, baseada em alguns fatores:

- 1) a expansão da área de produção das indústrias locais;
- 2) a entrada de pequenos produtores nessa atividade, incentivados pelas indústrias locais;
- 3) até a década de 70 o trabalho era realizado manualmente, o que "impediu" que esses pequenos produtores do chá ali introduzissem outras atividades paralelas;
- 4) no período da expansão do chá os preços das folhas verdes estavam mais condizentes à realidade sócio-econômica do produtor local, o que o incentivou a optar por essa atividade;
- 5) havia no local indústrias que absorviam essa produção, tendo, portanto, segura fonte de comercialização.

Assim, o destaque da teicultura na paisagem agrária pode ser demonstrado pelos dados censitários de 1985, quando em Pariquera-Açú, dos 384 informantes com culturas permanentes, cerca de 207, estavam nesta atividade e em Registro, dos 775 informantes havia 442. (tabelas 17 e 18 - Anexo 3)

Podemos verificar na tabela 19 (anexo 4) que a área cultivada com culturas permanentes é bem superior em relação à área de culturas temporárias, pois, em 1985 tanto em Pariquera-Açú quanto em Registro estas ocupavam 71% e 83%, respectivamente da área total das lavouras.

As áreas das lavouras ocupam somente 25% do total das terras utilizadas e o restante tem o predomínio das matas e

pastagens. Mesmo que se considere as áreas efetivamente cultivadas quer de lavouras, quer de pastagens artificiais ou matas reflorestadas, a cultura permanente ainda se destaca no seu conjunto.

O tempo e a evolução do capitalismo no campo se encarregaram de ordenar o território, nesses dois municípios.

Após uma fase de ocupação por imigrantes estrangeiros que se dedicavam a inúmeras culturas comerciais, em especial o arroz, outras atividades apareceram. A teicultura foi umas das opções e assim sendo, inicia-se um processo contínuo de expansão da sua área cultivada.

Registro sofreu rápida expansão dos chazais, pois, já no final da década de 40, a teicultura se encontrava bastante difundida naquele município. Pariquera-Açú, mais tarde, na década de 60 inicia esse processo de reordenação no uso da terra.

A teicultura deixou marcas na economia regional pela forma como o produto foi introduzido, através de imigrantes japoneses, e pelo direcionamento dado no decorrer do seu processo histórico e, que nos possibilita apresentar três etapas referentes à ordenação territorial.

a) Período entre a década de 30 até 60, ou seja, da implantação efetiva da teicultura e sua expansão territorial;

b) Período entre 1960 até 1980, em função da expansão de área de chá para outros municípios fora de Registro, particularmente em Pariquera-Açú e Tapiraí.

c) Período após 80, quando se inicia a procura de culturas alternativas.

Pelo fato da ocupação de Registro e Pariquera-Açú ter se processado, via colonização, o tamanho das propriedades variava de 25 a 30 hectares. No decorrer dos anos, o tamanho das propriedades foi sofrendo alterações que resultaram da própria atividade que ali se desenvolvia, muitas vezes em função da renda que a teicultura propiciou aos proprietários.

Em Registro o tamanho das propriedades foi sendo alterado, pois, à medida em que essa atividade possibilitava maior acumulação de capital, novas áreas foram sendo incorporadas, em especial pelos japoneses.

Antigos produtores de chá que acompanharam o período da introdução dessa cultura, hoje, possuem entre cerca de 25 a 70 hectares em produção, excluindo as áreas destinadas a outras atividades agrícolas.

Um outro exemplo de incorporação de novas propriedades é o das indústrias pertencentes aos japoneses e seus descendentes que ocupam uma área significativa no contexto local. Cada uma delas tem mais de 200 hectares, chegando a 500 no seu extremo.

Somente as três indústrias de Registro totalizam, no município, uma área de 1441 hectares de chá plantado incluindo-se aí, os 360 hectares dos cooperados que também são proprietários da usina da CAC.

Inferre-se por esse quadro apresentado, que apesar das propriedades terem sido entregues em tamanhos uniformes aos imigrantes estrangeiros, com a evasão de muitos destes, os que permaneceram tiveram a oportunidade de expandí-las.

Verifica-se entre os imigrantes japoneses que expandiram sua área de produção, que já havia entre eles a vontade de aumentar as suas propriedades. O espírito empresarial entre os japoneses de Registro, sempre à procura de culturas comerciais mais rentáveis, não foge às características dos imigrantes dessa origem. Além disso, muitos deles já possuíam tradição agrícola trazida do Japão.

Em Pariquera-Açú a situação é outra, ao menos nesse início da ocupação até a década de 60. Por dois motivos:

- 1) a evasão dos imigrantes foi drástica, permanecendo poucos familiares de ascendência estrangeira o que propiciou a esses poucos, expandir suas propriedades, conforme relata um antigo morador. Entretanto, essa aquisição, se comparada com Registro, não tinha naquela época a finalidade de introduzir a teicultura.

2) fora dos limites das áreas de colonização, havia inúmeras posses de grandes dimensões adquiridas do Estado, que ao longo do tempo foram desmembradas em decorrência das partilhas por heranças. Isso caracterizou o município como sendo de pequenas propriedades e pequena produção. Os bairros de Senador Dantas e Angatuba localizados no norte do município são um exemplo disso. Essas partilhas ocorreram também no município de Registro, principalmente nos bairros que não foram alvo de colonização, (a exemplo de Capinzal ao sul do município), ocupados por brasileiros daquela área. (Anexo 5)

Com tais características de ocupação das terras desses municípios, observa-se que a expansão do capital dos maiores produtores de chá de Registro permitiu que esses capitalistas procurassem novas áreas, em especial no município de Pariquera-Açú.

Na década de 60, esses capitalistas induziram uma nova forma de utilização do território pariquerense, mudando assim a paisagem agrária, com a introdução de uma nova cultura - o chá.

Um outro fator que propiciou essa transformação na reordenação territorial foi a melhoria da infra-estrutura viária a exemplo da rodovia Regis Bittencourt, bem como, das estradas vicinais, fatores esses que atraíram os capitalistas a se adentrarem no processo produtivo do chá adquirindo novas áreas, principalmente em Pariquera-Açú.

Ao longo da décadas de 60 e 70 é que se iniciam as aquisições, por parte dos capitalistas, de novas áreas para a implantação de chazais com o intuito de abastecer as respectivas indústrias. Nota-se aqui o processo de concentração das propriedades em função da compra das partes dos herdeiros ou dos pequenos proprietários da área.(2) Os dados cadastrais do INCRA e informações coletadas no campo confirmam a existência desse processo de concentração através do número de propriedades adquiridas por esses capitalistas do chá.

Observe-se nas tabela 20 (Anexo 6) que entre 1960 e 1985 houve um aumento no número de estabelecimentos na faixa de 100 a 200 hectares, tanto em Registro, quanto em Pariquera-Açú. Surge ainda uma nova faixa de área, a de 200 a 500 hectares.

Ao mesmo tempo em que se apresenta essa concentração de propriedades, nota-se, principalmente em Pariquera-Açú, um aumento significativo do número de estabelecimentos de 1 a 2 hectares e de 2 a 5 hectares, denotando um processo de desmembramento.

Os dados obtidos durante as pesquisas de campo, efetuados em 1993, confirmam que é justamente nessas faixas de

(2) Um exemplo são as áreas de produção da Yamatea com 250 hectares de chazal formado e da AGROCHA (sobre área não conseguimos informações). Nos dados da Emissão Normal do ITR-INCRA de 1989 estavam cadastrados cerca de 1.200 hectares em nome dos principais integrantes dessa empresa. O que não sabemos é a área dos chazais lá cultivados.

área que o pequeno produtor familiar está desenvolvendo a teicultura. (tabelas 21 e 22, anexo 7)

Vale salientar a presença da BRASPEKOE, localizada há seis quilômetros da sede municipal de Pariquera-Açú. Esta se instalou no ano de 1973 e, formou cerca de 126 hectares de chazal para abastecer sua indústria.

Nesse período, as estradas vicinais da área rural já estavam em condições propícias para a sua utilização, o que foi um fator de atração. Por outro lado, outros fatores levaram a instalação dessa indústria: a topografia altamente favorável, a mecanização em fase de implantação e o mais importante, havia produtores em potencial para a introdução dessa cultura.

Segundo um antigo morador, os chazais de pequenos produtores em Pariquera-Açú passaram a se expandir, em função da instalação da BRASPEKOE.

Tudo isso se explica pela forma que o capital é atraído para novos investimentos. Calabi e Indovina (1992:59) afirmam que "as escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei "tecnológica" mas uma lei social, no sentido de que elas são determinadas pela possibilidade (facilidade?) de extrair mais trabalho (...) as escolhas de localização não são mais "racionais" mas as mais "eficientes" do ponto de vista do capital.(...) não existem lugares "técnicos" mais eficientes, mas

tipos de organização do território que tendem a baixar o custo de produção e a aumentar a garantia de lucro."

No município de Pariquera-Açú, já na década de 80, o capital industrial inglês ligado ao grupo Schillington adquire cerca de 636 hectares, com objetivo de implantar 339 hectares de chá para futura instalação industrial. Em função da lei do IBAMA este projeto ficou paralisado com apenas 190 hectares implantados efetivamente.(3)

Para efeito de esclarecimento, o grupo Schillington possui oito usinas de chá no mundo, sendo duas na Indonésia, duas no Sri Lanka e quatro no Quênia. Portanto, esse investimento no Brasil deve-se ao "know how" adquirido. Somando-se mais o potencial aqui existente (principalmente de mão-de-obra) levaram o grupo a optar por instalar mais uma unidade. Atualmente, a produção de folhas verdes está sendo encaminhada à BRASPEKOE até que seja instalada a sua unidade industrial com capacidade prevista de 800 toneladas/ano.

Assim, o Chá Pariquera (grupo Schillington) , a Yamatea e a Agrochá mostram o papel do capital se territorializando na agricultura do chá. Podemos notar que cerca de 16% das áreas cadastradas pelo INCRA estão nas mãos desses teicultores.

(3) O grupo Schillington é representado no Brasil pela Aço Tupy-Indústria Metalúrgica Ltda., fabricante de implementos agrícolas há 55 anos no país.

Nos últimos 20 anos o município de Pariquera-Açú apresenta uma visível reordenação do seu território graças a introdução da monocultura do chá. Registro sofreu transformações, mas foi de uma forma lenta e gradativa, uma vez que os chazais se implantaram desde a década de 30, sendo que as últimas áreas a serem conquistadas foram os bairros onde predominavam os brasileiros. Em Capinzal por exemplo, o chá foi introduzido só na década de 60.

Um outro reflexo da teicultura é a reordenação do território agrícola desses municípios. Com a sujeição dos fornecedores de folhas verdes à indústria e preços não condizentes a realidade do agricultor, nos últimos oito anos, tem aumentando o número de produtores com culturas alternativas.

Nota-se que o capitalista que ainda tem capacidade financeira para investir em novos empreendimentos o faz em atividades diversas, com ou sem grandes investimentos, como plantas ornamentais, horticultura, cultura da goiaba, banana, etc.. Já entre os produtores familiares, apesar das precárias condições sócio-econômicas, o maracujá está sendo uma cultura de maior expressão, não em área e sim, em número de produtores.

O maracujá vem se destacando entre as culturas alternativas/paralelas ao chá, principalmente no município de Pariquera-Açú. Conforme pode ser observado na anexo 17 e

18(anexo), dentre as culturas permanentes o maracujá ocupava o segundo lugar em número de produtores, com 94 informantes. Em Registro, a banana vem em segundo, com 260 produtores e o maracujá em terceiro, com menor expressão.(4)

No conjunto do estado de São Paulo, a produção de maracujá de Pariquera-Açú, em 1985 representava em área, cerca de 38% e Registro 23,5%. Dentre todas as regiões produtoras do estado, a Baixada do Ribeira representava cerca de 53%, concentrado principalmente em Pariquera-Açú.

Pelos dados da pesquisa de campo, cerca de 30% dos entrevistados declararam ter como cultura alternativa o maracujá. A soma das áreas plantadas está em torno de 100 hectares, com predominância (50%) de produtores com 500 a 1000 pés.

A situação de instabilidade na teicultura não está muito distante da crise vivida no conjunto agrícola brasileiro. Um dos maiores problemas está no preço do adubo, quando financiados sofrem correções diárias, enquanto, sua mercadoria não obtém preços compatíveis. Ademais, na teicultura os preços das folhas verdes são determinados pela indústria que, por sua vez está vinculado ao comportamento do mercado internacional.

Por outro lado, o capital com a intermediação do Estado, induz a uma reordenação do território que direta e

(4) A cultura da banana tem expressão no conjunto do município, mas como cultura paralela ao chá é pouco expressiva.

indiretamente está ligada à inexistência de uma política agrícola e agrária brasileira.

De qualquer forma a teicultura conseguiu obter certa expressão na economia regional, representados pelos capitalistas e pelas unidades de produção familiar.

O papel do imigrante japonês foi relevante no desenvolvimento da economia regional mas, é importante enfatizar que foi através do trabalhador brasileiro lá residente que os introdutores da teicultura conseguiram ir acumulando o seu capital.

Nota-se também, que esse trabalhador ao adquirir experiência nos tratos culturais do chá optou pela produção do mesmo, como fonte de sua sobrevivência. Houve uma aculturação, deixou de ser empregado e passou a ser um pequeno produtor subordinado à indústria.

Na teicultura, contrariamente ao que afirmam alguns autores, estudiosos da agricultura brasileira em geral, a categoria de pequenos produtores vem se mantendo e até se expandindo nos últimos anos.

Pelo fato do chá ter um caráter perene, é uma atividade que vem fixando o homem ao campo e isso é admitido pelos próprios produtores da área. Mesmo com as culturas alternativas, nota-se

que alguns produtores não pretendem abandonar o chá por completo. A outra cultura funciona como apoio na cobertura do custeio do chazal.

Um outro aspecto relevante está no trunfo desses pequenos produtores terem a posse da terra, em geral proprietários. Muitos dos municípios vizinhos a Pariquera-Açú e Registro ainda apresentam problemas relativos à posse da terra, fato esse bastante comum na questão agrária brasileira. Inúmeros agricultores sem terra estão na luta para conquistá-la.

Martine (1991:23), coloca que o acesso a um pedaço de terra representa um ganho imediato de renda e que em todas as regiões no país os pequenos produtores estão em melhor situação que os assalariados rurais.

O que poderá ocorrer a esses pequenos produtores e proprietários, em função do tamanho atual da propriedade, é a questão desta não comportar todo o contingente familiar existente hoje. Isso poderá acarretar no surgimento de assalariados, de rendeiros ou mesmo de trabalhadores urbanos.

No Japão, por exemplo, a maior parte dos teicultores é proprietário de terra e trabalha nos moldes da unidade de produção familiar. Contudo dois fatos estão ocorrendo: 1) nem todos os elementos da família sobrevivem da teicultura. Em geral, os filhos dos produtores ao término dos estudos procuram

trabalhar na área urbana, ficando na propriedade somente o primogênito para dar continuidade a essa atividade. 2) se o primogênito não aceitar a condição de dar continuidade, o proprietário, já com idade avançada, se vê obrigado a abandonar a atividade e passar a arrendar a outros teicultores.

A questão da pequena propriedade e pequena produção é um fato a ser considerado no contexto geral da agricultura.

Por outro lado, verifica-se que a crise na agricultura está por todos os lados. Além da questão dos pequenos produtores estarem em precárias condições sócio-econômicas, nota-se que a crise político-econômica do país tem levado até médios produtores, como os da CAC, a situações de dificuldade.

É sabido que a CAC se instalou em 1927 sob os moldes cooperativos, o que para a época foi um fator relevante para o produtor cooperado. Nos últimos 25 anos, a C.A.C. centralizou o poder de decisão e neste sentido os cooperados deixaram de ter participação ativa.

Segundo o diretor da usina de chá da C.A.C., em Registro, a crise já vinha de algum tempo e hoje, em função dessa derrocada na administração central, os cooperados estão sentindo os seus reflexos.

Um dos reflexos está no crédito bancário, pois até hoje, os financiamentos eram feitos com o aval da CAC e, na crise atual alguns produtores estão tendo dificuldades para o acesso ao empréstimo.

Como o próprio diretor afirma: *"a crise não está no chá, o que está em crise é a cooperativa. A produção do chá vai continuar. O que poderá ocorrer, em última instância é o cooperado passar a fornecer folhas verdes às outras indústrias."*

A crise na administração central da C.A.C. refletiu na teicultura e conseqüentemente, na unidade industrial, que está há mais de 40 anos nesse ramo. Os problemas atuais dos baixos preços da matéria-prima e o fato de muitos cooperados terem atividades paralelas indicam o comprometimento futuro da unidade industrial.

Para a safra de 1993/94 os cooperados decidiram dar continuidade à produção. Estão na dependência de outras cooperativas regionais, para conquistarem a autonomia financeira, sem vínculos com a central; pretendem pagar os "royalties" e deixar de pagar a taxa de administração que está em torno de 5,8%. Para a sua continuidade, também dependerão da permanência de um determinado número de cooperados para o fornecimento da matéria-prima, sem a qual não conseguirão cobrir os custos industriais.

Na análise feita por Mafei, no caderno Agrofolha da Folha de S.Paulo de 29/06/93 que traz a questão do cooperativismo no Brasil, é comentado o caso da C.A.C.. Além da ineficiência empresarial, a quebra desta cooperativa é atribuída ao paternalismo. As dívidas dos cooperados atingem a ordem de US\$ 350 milhões acumulados, quantias essas que foram repassadas pelos bancos aos produtores, com o aval da cooperativa, comprometendo assim o seu capital de giro.

No caso dos cooperados da usina de Registro, todos os bens imóveis da C.A.C. já estão hipotecados, segundo o seu diretor. Apesar das outras unidades agroindustriais da C.A.C. estarem sendo desativadas, a de Registro ainda está em funcionamento.

Ainda, segundo o artigo da Agrofolha, para evitar o caos que a C.A.C. atingiu, as cooperativas do estado do Paraná (que responde por 1/4 do faturamento de todas as cooperativas do país) estão na fase final de elaboração do projeto de auto-intervenção. Pela proposta as cooperativas passarão a ser fiscalizadas por uma entidade congregada por elas próprias, a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná) que poderá intervir nas suas gestões, quando não forem cumpridos os índices mínimos de rentabilidade.

A crise no país é geral e a agricultura não poderia estar fora desta problemática, principalmente por não haver uma

política agrícola e agrária condizente à realidade dos produtores agrícolas brasileiros.

Como enfatizamos em capítulos anteriores, o produtor além de estar subordinado de diversas formas à indústria, também está na dependência do mercado internacional. Sendo assim, caso houvesse uma melhor produtividade e qualidade do chá as próprias indústrias poderiam atingir preços mais competitivos no mercado mundial.

Caberia ao Estado maior investimento nas pesquisas agronômicas, no sentido de incrementar a produção e a produtividade, como vem acontecendo nos países tradicionalmente produtores de chá, como é o caso do Japão.

O Japão sempre investiu nas pesquisas agronômicas, contando atualmente pelo menos três estações experimentais de chá, localizada nas principais áreas de produção do país.

Além das pesquisas voltadas ao aprimoramento técnico e botânico para um melhor desempenho da produção, destacam-se também a linha de pesquisa química da planta, com o intuito de obter resultados sobre os efeitos benéficos da bebida à saúde.

Nota-se que o produtor de chá desse país encontra-se numa situação sócio-econômica bem superior ao nosso, uma vez que contam com apoio financeiro do Estado, bem como com um mercado

consolidado e estável. Conseqüentemente, o produtor faz investimentos nas lavouras, sem receio de obter algum prejuízo.

Um outro fator de importância é a inexistência da forma de subordinação do produtor à indústria, como ocorre no Brasil. Por meio de um sistema associativista, os pequenos produtores familiares, categoria muito comum na teicultura japonesa, se agrupam para terem sua própria unidade de processamento das folhas verdes (chá bruto). Nesse sentido, o próprio grupo de produtores negocia junto às indústrias de beneficiamento que elaboram o "blend" e o empacotamento final. Assim, o produto pode ser comercializado tanto nas indústrias locais como nos leilões de chá das principais províncias produtoras.

O Japão é um dos exemplos do nível de organização no que se refere à produção do chá em relação aos pequenos produtores familiares. Os reflexos dessa forma de produzir e comercializar, acrescido pelo apoio estatal, podem ser traduzidos no lucro obtido por um desses produtores.

O produtor a que nos referimos, possui 1,5 hectares de chá e desenvolve a teicultura com o trabalho de duas pessoas (casal). Conseguiu obter já na primeira safra (a mais importante) um lucro de US\$ 40.000,00 descontadas as despesas referentes aos tratos culturais e aos gastos da unidade de processamento do chá bruto, no valor equivalente a US\$ 16.000.

Já o nosso pequeno produtor nem sequer tem as contas da sua produção e, pelos cálculos aproximados para um produtor-rendeiro com cinco hectares, a sua sobra de safra não chega a US\$ 300.

É difícil tentar transferir um modelo de um país para outro, quando a suas formações histórico-econômicas são totalmente diferentes. Os maiores problemas estruturais estão no atual contexto econômico e agrícola vigentes no país, pois: 1) os teicultores, de um modo geral, com exceção dos cooperados da CAC, são pequenos produtores e não têm condições de sustentar um investimento alto; 2) não há uma política de financiamento para tais empreendimentos; 3) não há infra-estrutura tecnológica no país para implantar unidades de processamento de pequenos produtores pois, teriam de adquirir maquinarias específicas não existentes no país, salvo se forem criadas indústrias para tal finalidade; 4) não há, pelo menos no momento, demanda suficiente do produto no mercado interno que justifique tamanha mudança estrutural.

É importante lembrar que no início da teicultura na Baixada do Ribeira, os produtores tentaram fazer algo semelhante ao que ocorre no Japão.

Havia unidades de produção doméstica para o processamento do chá bruto e, em função da falta de capacidade financeira para a modernização de suas maquinarias esses

produtores foram levados a se associar entre si para melhor organizar a sua produção e comercialização. Entretanto, essa tentativa fracassou e a única forma que conseguiram manter foi através da CAC que congrega pequeno número de produtores quando comparado ao que existia na época das unidades domésticas.

Nota-se que houve uma falta de experiência dos produtores e de uma entidade que os orientasse para melhor estruturar a atividade da produção até a comercialização.

Portanto, os que tinham algum tino empresarial perseguiram particularmente o seu empreendimento, representados hoje pelas cinco indústrias: CHABRAS, YAMATEA, AGROCHA, CHA YPIRANGA E CHA RIBEIRA e no caso da C.A.C. utilizando-se da infra-estrutura existente.

As referidas indústrias se encontram consolidadas, porém, para os produtores fornecedores de folhas verdes, a tendência é continuar mantendo o esquema das relações vigentes, condicionado à ocorrência de mudanças estruturais na política agrícola e na demanda da produção, tanto ao nível interno como externo.

Caso o quadro não se reverta haverá então a necessidade desses teicultores manterem culturas alternativas mas, com uma orientação mais segura na escolha dessas, bem como na forma de assumirem uma postura empresarial na colocação do seu produto no

mercado. Para tanto, há que se ter o apoio das entidades ou instituições estatais tanto ao nível municipal como estadual, no sentido de se promoverem palestras aos produtores na formação de uma mentalidade de gerenciamento de uma pequena empresa, como vem sendo tentado por um grupo de técnicos do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, do SEBRAE, dos agrônomos da Secretaria da Agricultura (DIRA e Casa da Agricultura) que, e o principal, dos produtores rurais, em algumas áreas agrícolas do estado de São Paulo.

Enquanto não houver mudanças para superar a crise estrutural de hoje, é necessário partir para soluções mais objetivas, a exemplo da formação de hortas e criadouros domésticos. Essa orientação entendemos que é viável, poderá ser realizada pela própria Secretaria da Agricultura local, na sua função inerente à extensão rural. Conforme notamos no campo, os produtores principalmente os pequenos, nem sequer mantêm uma horta para o seu próprio consumo, dependendo totalmente da aquisição desses produtos nos supermercados da cidade.

Muitos dos problemas que se colocam para a teicultura, no Brasil, são sobejamente conhecidos, por serem gerais e crônicos. O que seria necessário para melhorar as condições do produtor? Estruturar mais racionalmente a produção de folhas verdes e a comercialização do chá?

Poder-se-ia aproveitar aqui a experiência japonesa com a qual tivemos contato?

Questões difíceis de serem respondidas. Há toda uma tradição na cultura e no consumo do chá no Japão que não se coloca nem de longe no caso brasileiro. E por outro lado não existem soluções isoladas para um produto agrícola. Numa crise geral, é difícil visualizar por onde começar.

Julgamos, contudo, ter deixado nessas linhas uma contribuição modesta, para se pensar sobre o chá num contexto mais amplo do meio rural brasileiro e do comércio interno e externo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Lutas sociais no campo. In: *A mão-de-obra volante* na agricultura. São Paulo, Polis, 1982.
p. 213-224.
- AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- AMIN, Samir. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*, São Paulo, Vértice, 1987.
- ANTUNIASI, M. Helena R. A pequena propriedade na agricultura do Estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista? *Cadernos CERU*, Série II, S.P., n.2, p.47-63, 1986.
Estudos Rurais.
- ARAÚJO, Carlos A.M.e. *A cultura do chá em Pariquera-Açú (SP): estrutura agrária, relação de produção e subordinação à indústria*. Ilha Solteira, 1989. (mimeo)
- ARIFIN, M.S.; SANUSI, M. ; SUBARNA, N.. The Indonesian Tea Industry. International Symposium on Tea Science. August 26-29, 1991, Shizuoka. *World tea*. Shizuoka, 1991. p. 54-64.
- ASSOCIAÇÃO de Chá Preto diz que há excesso de produção. *Tribuna do Ribeira*, Santos, 23 nov.1985. Regional. p.8.

- ASSOCIAÇÃO dos Teicultores será fundada hoje no CECOPA, *Tribuna do Ribeira*, Santos, 11 dez. 1985.
- BACHA, J.Carlos C. Uma abordagem alternativa na interpretação da substituição dos colonos pelos trabalhos assalariados. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v.7, n.12, p.121-138, nov.1989.
- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. S.Paulo, HUCITEC, 1984.
- BARBERATO, Cláudia. Novidades para o chá. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 mar.1990. *Folha Rural*. p.5-6.
- BENAKOUCHE, Rabah. *O que é capital internacional*. S.Paulo, Nova Cultural/Brasiliense, 1986.
- BESKOW, Paulo R. *O arrendamento capitalista na agricultura*, São Paulo, HUCITEC, 1986.
- CALABI, Donatella ; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. *Orientação*, São Paulo, n.9, p.57-66, 1992. Departamento de Geografia.
- CAMARGO, Aspásia de A.. A questão agrária: crise de poder e re-

formas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1971. p.123-224.

COLA, Márcia. Chá - Novas técnicas de cultivo proporcionam melhor renda. *O Estado de São Paulo*, S.Paulo, 30 mai.1990. Suplemento Agrícola. p.4-5.

CORADINI, D.L. & FREDERICQ, A. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade)

DELGADO, Guilherme da C.. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*, Campinas, 1985.

DIRA justifica a prioridade aos pequenos produtores, *Tribuna do Ribeira*, Santos, 03 jul. 1985, p.8.

DUZENTOS teicultores fundam a associação dos pequenos, *Tribuna do Ribeira*, Santos, 18 dez.1985, Regional. p.5.

EMBRAPA. *Alternativas de desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira*. [S.Paulo],1974. (Diagnóstico)

ETGES, Virginia E. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos*

e a indústria do fumo. S.Paulo, USP, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, USP, 1989.

ETHERINGTON, D.M. ; FORSTER, K. Dynamic change on a state tea farm in China. *Tea & Coffee Trade Journal*, New York, v.162, n.2, p. 32-38.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FERNANDES, Geni. Classificação do chá verde: o impasse prossegue no setor. *Tribuna do Ribeira*, Santos, 27 ago 1986. Regional. p.7.

FLEURY, M.T.L. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo, Global editora, 1983. (Teses,11)

FONSECA, Renato. Teoria de comércio intra-indústria: uma nova teoria de comércio internacional. *Literatura Econômica*, v.11,n.3, out.1989, p.679-693.

FORSTER, K. Provincial profiles of tea in China: Zhejiang Province. *Tea & Coffee Trade Journal*, New York, v.164, n.6, p.54-60. Jun. 1992.

FRANÇA, M. Cecília. *Pequenos Centros Paulistas de função religiosa*. S.Paulo, IG/USP, 1975. (2 volumes)

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil* (Política Agrícola e Modernização econômica Brasileira, 1960-1980)., S.Paulo, 1991. Tese (Doutorado em História), USP, 1991.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia. *Censo Agrícola - 1960*, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo - 1980*, Rio de Janeiro.

_____. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo - 1985*, Rio de Janeiro, 1991.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1982. 248p.

GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*, São Paulo, DIFEL, 1976. 317p.

GIACOMELLI, Ivan. Ribeira colhe maior safra de chá em 5 anos, *Folha de São Paulo*, S.Paulo, 06 fev. 1990. Agrofolha. p.6.

GIARRACA, Norma. Complejos agroindustriales y la subordinación del campesinado. Algunas reflexiones y el caso de los

tabacaleros mexicanos. *Estudios rurales latinoamericanos*, Bogotá, v.8, n.1, p.21-37, ene./abr. 1985.

GRABOIS, José. *Os anéis da dependência - estudo geográfico da floricultura em Barbacena*. São Paulo, 1978. 261p. Tese (Doutorado em Geografia) - Depart.de Geografia, USP, 1978.

GUIMARÃES, Alberto P. *A crise agrária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro séculos de latifúndio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*, S.Paulo, T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. p.334-361: A instalação do núcleo de Iguape, Katsura, Registro e Sete Barras.

HAESBAERT, Rogério. *Blocos internacionais de poder*, São Paulo, Contexto, 1990. (Col. Repensando a Geografia).

IANNI, Otávio. *Estado e Capitalismo*, S. Paulo, Brasiliense, 1989.

_____ *Origens agrárias do Estado brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1984. 255p.

INTERNATIONAL TEA COMMITTEE. *Annual Bulletin of Statistics*,
London, 1988 .

_____ *Annual Bulletin of Statistics*, London, 1990.

_____ *Annual Bulletin of Statistics*, London, 1991.

IWASA, Kiyoshi. Tea production and consumption in Japan.
International Symposium on Tea Science. August 26-29,
1991, Shizuoka, *World Tea*. Shizuoka, 1991. p.65-73.

JAIN, NARENDER K.. Indian Tea in Retrospect and Prospect and the
impact of R & D. International Symposium on Tea Science.
August 26-29, 1991, Shizuoka. *World Tea*. Shizuoka, 1991.
p.45-57.

JAPANESE Green Tea in Shizuoka. Shizuoka, Shizuoka Tea Experiment
Station.[1991]

JAPAN TEA ASSOCIATION. *A guide to Japan's tea market*, Tokyo,
October 1990. 14p.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*, São Paulo, Proposta Editorial,
1980.

LACERDA, Guilherme N.de. *Capitalismo e produção familiar na
agricultura brasileira*, São Paulo, IPE, 1985.

- LARRY, Luxner. Despite economic chaos, Argentina remainstop tea supplier to U.S. market. *Tea & Coffee Trade Journal*, v.162, n.8, p.48-49, New York, 1990.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*, São Paulo, Nobel, 1988.
- _____ *Miragens e Milagres (problemas da industrialização do terceiro mundo)*, São Paulo, Nobel, 1988.
- LEHMANN, David. Ni Chayanov ni Lenin: apuentes sobre la teoria de la economia campesina. *Estudios rurales latinoamericanos*, Bogotá, v.3, n.1, p.5-23, ene/abr. 1980.
- LIMA, Mônica N. Para advogada, "blitz" já causa efeitos negativos. Santos, *Tribuna do Ribeira*, 22 out 1986, p.08.
- LLAMBI, Luis. Las unidades de produccion campesina en un intento de teorizacion. *Estudios rurales latinoamericanos*, Bogotá, v.4, n.2, p.125-153, mai-ago 1981.
- LOUREIRO, M. Rita G. *Parceria e capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- LOUREIRO, M. Rita G. (Org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*, São Paulo, Cortez, 1981. (Col.teoria e práticas sociais)

- LOPES, Juarez R. B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). In: *Estudos CEBRAP*, Petrópolis, n.22, Petrópolis, Vozes, 1979. p.41- 110.
- MACHADO, Absalón; COLORADO, Ivan. La agroindústria: una alternativa al desarrollo de la pequeña producción. *Estudios rurales latinoamericanos*, Bogotá, v.6, n.1, p.7-22, ene/abr. 1983.
- MAFFEI, Maristela. Síndrome Cotia muda gestão cooperativista. *Folha de São Paulo*, S.Paulo, 29 jun.1993. Agrofolha. p.1 e 5.
- MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol.3, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.
- MARTINE, George. Trajetórias da modernização: a quem beneficia? *Lua Nova*, n.23, março 91, p.7-37, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1991.
- MARX, Karl. *O capital* (Crítica da Economia Política) Livro 3 v.6, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

- _____ *Formações econômicas pré-capitalistas (introdução de Eric Hobsbawn)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MARTINS, José de S. *Capitalismo e Tradicionalismo*, São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____ *O cativo da terra*, São Paulo, L.E.C.H., 1981.
- _____ *Expropriação e violência: a questão política no campo*, São Paulo, HUCITEC, 1982.
- _____ *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____ *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*, São Paulo, HUCITEC, 1986.
- MEEBERG, R. van de. The world trade in tea. In: *Tea: cultivation to consumption*, London, Chapman & Hall, 1992. p. 649-687.
- MELO, J. Manuel C. de. *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MERLE, M. *Sociologia das relações internacionais*, Brasília, UNB, 1981. (Coleção Pensamento Político, 25).
- MICHALET, Charles-Albert. *O capitalismo mundial*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

MISDORP, Sheila. Argentina: Tea and coffee report. *Tea & Coffee Trade Journal* v.164, n.6, p. 48-50, New York, jun. 1972.

_____ Argentina's tea production up. *Tea & Coffee Trade Journal*, v.162, n.6, p.63-64, 1990. New York.jun.1990.

MÜLLER, Alberto E.G. *Desenvolvimento agroexportador e estruturação espacial* (análise comparativa de dois "territórios vazios" latino-americanos (1870/1880-1930), S. Paulo, IPE/USP, 1987. (Ensaio Econômico,65)

MÜLLER, Geraldo. *Estado, estrutura agrária e população*. Petrópolis, Vozes, 1980. (Cadernos CEBRAP,32)

_____ *Complexo agroindustrial e modernização agrária*, São Paulo, HUCITEC, 1989. (Estudos Rurais,10).

MITSUI NORIN CO.LTD. *Fujieda- Sudama shiokuhin sougou kenkyu jou*.Tokyo, s.d.

NOGUEIRA, Arlinda R. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*, São Paulo, 1973.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

- _____ O campo brasileiro no final dos anos 80. *Boletim Paulista de Geografia*, S.Paulo, n.66, p.5-22, 1988.
- _____ O que é?. *Orientação*. S. Paulo, n.7, p.77-85, 1986.
- _____ A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. *Terra Livre, S. Paulo, n.1*, p.26-38, 1986.
- _____ *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Atica, 1986. 88p
- _____ Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, S.Paulo, n.58, p.5-64, 1980.
- OLIVEIRA, Xavier de. *O problema imigratório na América Latina* (o sentido político-militar da colonização japonesa nos países do novo mundo) Rio de Janeiro, A.Coelho Branco Fo., 1942.
- OTHIENO, C. O. Tea Production in Kenya and Scientific Research Contributions to Its Success. International Symposium on Tea Science. August 26-27, 1991. Shizuoka. *World Tea*. Shizuoka, 1991. p. 74-88.

- OTHIENO, C. O. Dissemination of research information to the farmers - Kenya's experience *Tea*. v.12, n.1, p. 46- 51. *Journal of the Tea Board of Kenya*. Kericho, jul. 1991.
- PALLOIX, Christian et alii. *Imperialismo e comércio internacional (a troca desigual)*, São Paulo, Global, 1981.
- PENTEADO, Luis A. de C. & FURTADO, Edson L.. *Plante corretamente o chá preto*, Campinas, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, 1986. 13p. (instrução prática, 229).
- PETRONE, P. *A Baixada do Ribeira*, Boletim n.283, Geografia(14) S.Paulo, FFLCH-USP, 1966.
- PINHO, Diva B. *Planejamento regional e cooperativismo*, São Paulo, Instituto de Pesquisas e Estudos de Cooperativismo, 1965.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RANGEL, Inácio. A historia da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v.4, n.4, p.5-34, 1981.
- REVISTA Superinteressante. *Chá de todas as horas*. São Paulo, mar.1990, p.55-59.

- RENOUVIN, .P & DUROSELLE, J.B.. *Introdução à História das Relações Internacionais*, São Paulo, DIFEL, 1967.
- RIBEIRO, Ana L. CAC abandona colonizadores do cerrado, *Folha de São Paulo*, S. Paulo, 29 jan 1993. Agrofolha. p.4.
- SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1973.
- SAITO, Hiroshi. (Org.) *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1980.
- SANTOS, José V. T. dos. *Colonos do vinho - estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SAMPAIO, Plínio. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980. 140p. (Cadernos CEBRAP,31).
- SANDRONI, Paulo. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo, Polis, 1980.
- SILVA, Oswaldo H. Alguns comentários sobre o estudo do campesinato em Marx. *Revista de economia rural*, Brasília, v.24, n.1, p.101-116, jan/mar 1986.

- SEABRA, Manoel G. *As cooperativas mistas do estado de São Paulo*, São Paulo, IGEOG/USP, 1977. (Série Teses e Monografias, 30).
- SILVA, J. Graziano da. Complexos agroindustriais e outros complexos. *Rev. Reforma Agrária*, Campinas, v.21, set/dez 1991, p.5-34.
- _____ *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, S.Paulo, HUCITEC, 1981.
- SILVA, J. Graziano da & STOLCKE, Verena (Org.) *A questão agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1985.
- _____ *Valor e Renda da Terra*. São Paulo, Polis, 1981.
- SINGER, Paul. Evolução da economia brasileira. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.17, Jul-Ago-Set. 1976.
- SIVAPALAN, PONNIAH. Current Status of Tea Production in Sri Lanka. *International Symposium on Tea Science*. August 26-29, Shizuoka, 1991. Shizuoka. p.89-96.
- SORJ, B., POMPERMAYER, M. & CORADINI, D. L. *Camponeses e agroindústria*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986. (Coleção Agricultura e sociedade).

SZMRECSANYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1990. (Col.Repensando a história).

UMA EPOPÉIA moderna. (*80 anos da imigração japonesa no Brasil*). São Paulo, HUCITEC, 1992.

VANLI, Hamit. Tea production and consumption in Turkey. *International Symposium on Tea Science*. August 26-29, Shizuoka, 1991. Shizuoka, p. 97-104.

WANDERLEY, M. Nazareth B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas, 1979. UNICAMP. (mimeo)

WILKINSON, John. *O estado, a agroindústria e a pequena produção*, S.Paulo, HUCITEC, Salvador, CEPA/BA, 1986. 219p.

YOKOMUKAI, Y. et alii. Production of black tea beverage. In: *Proceedings of the International Symposium on Tea Science*, Shizuoka, August 26-29, 1991. p.647-650.

ZYL, J. van & NIEBUHR, H.G. Economic aspects of the mini farmer approach in the South African tea industry: a case study. In:

Proceedings of the Second South Africa Tea Research Symposium,
vol. 2, 25- 34, Pretoria, p. 13- 14 may 91.

ANEXOS

ANEXO 1 - Mapa da Colônia de Registro em 1929

ANEXO 2 - Mapa da Colônia de Pariquera-Açú em 1896

ANEXO 3 - Tabela 17 - Principais culturas permanentes - Registro-
1985.

- Tabela 18 - Principais culturas permanentes - Pariquera
-Açú

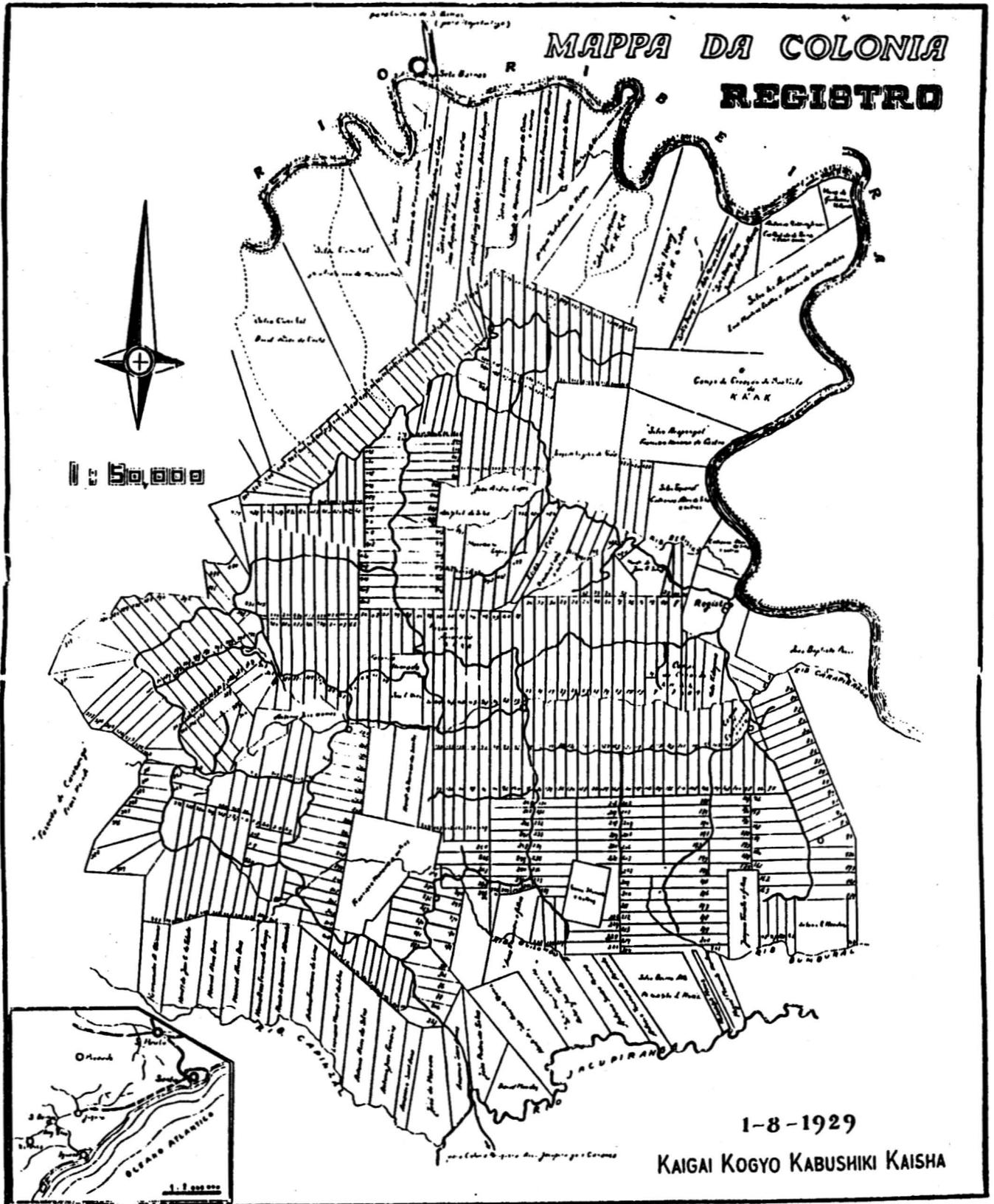
ANEXO 4 - Tabela 19 - Utilização das terras dos estabelecimentos

ANEXO 5 - Mapa da Colônia de Registro - localização dos lotes da
colonizadora e das posses

ANEXO 6 - Tabela 20 - Estabelecimentos por grupos de área de
lavouras. 1960 - 1970 - 1985

ANEXO 7 - Tabela 21 - Área plantada de chá - Registro

Tabela 22 - Área plantada de chá - Pariquera-Açú



COLONIA AGRO-MILITAR JAPONESA DE REGISTRO — ESTADO DE SAO PAULO

Esta é a única e só colonia japonesa que existe no Brasil — em todo o Brasil: uma area de poucos hectares, como as de Registro no norte de São Paulo, ou a extensão de um país da América, como as de Arará e Mãe Velha, no Pará — 10.000 ha.2 (dez mil e trinta quilômetros quadrados). Demarcada, dividida entre soldados da Mikado — um soldado do Império — um soldado do Império — um soldado do Império — um soldado do Império. Estes são, desde os militares de alta patente, até os novatos, que contêm estadas e pontos estratégicos, como a de Lavras, em São Paulo, que custou ao Império cinco mil contos. O mapa esquadriculado acima é um exemplo representativo do sistema aplicado: todos os quadriláteros (lotes) têm nomes já pertencentes a japoneses; todos os outros, das zonas limitadas ou, ainda, de dentro da própria concessão, e que foram os nomes dos respectivos proprietários, deverão ser tomadas a estes, a qualquer título, por qualquer preço ou por qualquer outro processo, de preferência, POR UTILIDADE PÚBLICA, como todas as concessões de terras doadas feitas por certos governos de certos Estados, nomeadamente, o do Pará. A este respeito em cada lote, além de quem do doador, são feitas as seguintes expressões do próprio instrumento de doação, que são, ali, no Japão, inclusive: DIREITO DE TERRENAS MILITARES TERRESTRES, MARÍTIMAS E AERIAS ("POR AVIÃO DE QUALQUER TIPO"), COMUNICADOR RADIOTELEGRÁFICO INTERNACIONAL ("PELO PROPRIO, ATUALMENTE, CONVENIÇÃO E PELOS QUE VENHAM A SER DEMONSTRADOS"); E FINALMENTE, O ARBITRAMENTO OBRIGATORIO, PARA DIRIMIR QUESTÕES ENTRE OS SUDITAS DO MIKADO E O GOVERNO DO ESTADO.

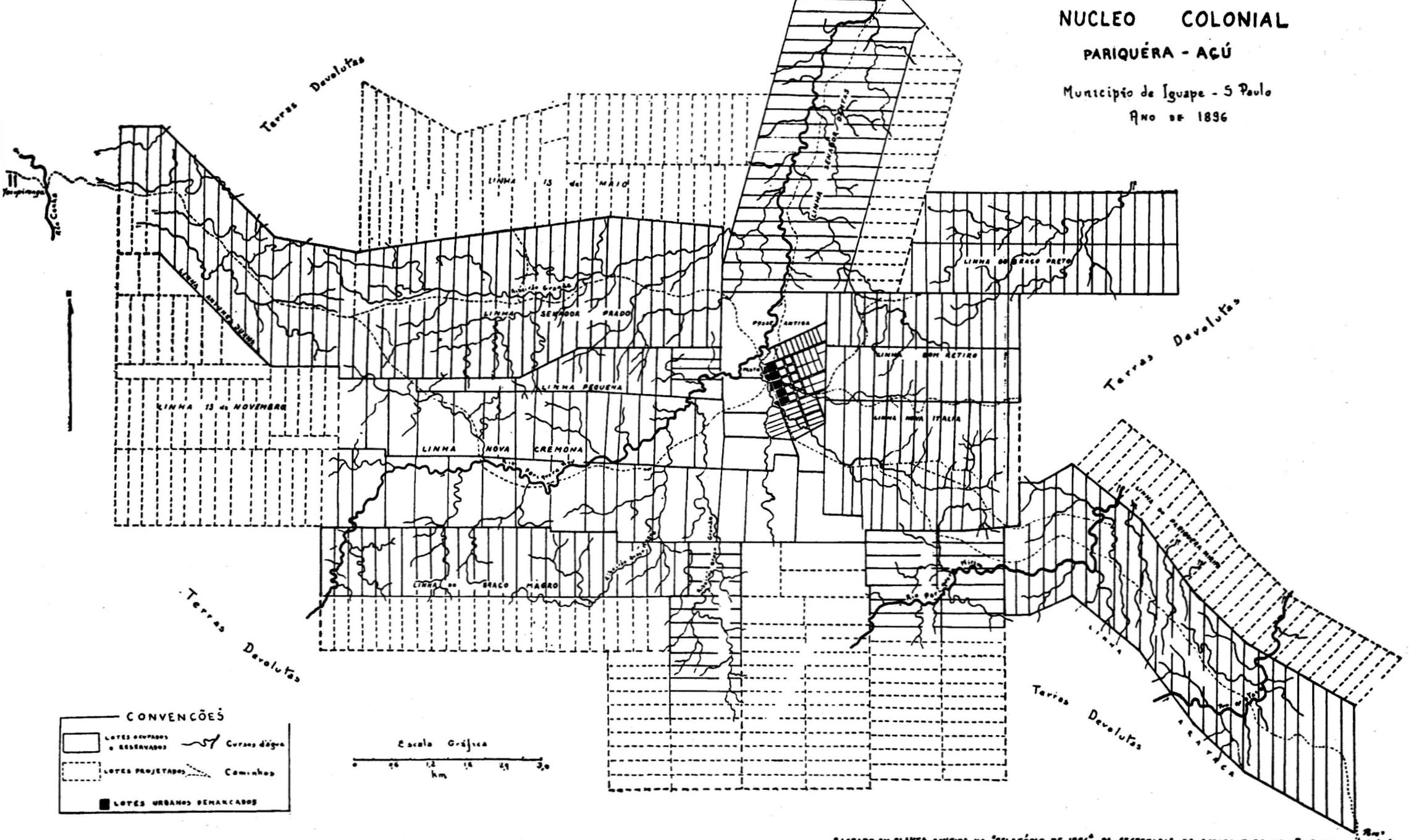
Fonte : OLIVEIRA, Xavier de. "O problema imigratório na América Latina (o sentido político-militar da colonização japonesa em países do novo mundo)". Rio de Janeiro, A.Coelho Branco FQ (editor), 1942. 180 p.

NUCLEO COLONIAL

PARIQUERA - AGÚ

Município de Iguape - S Paulo

Ano de 1896



BASEADO EM PLANTA CONTIDA NO "RELATÓRIO DE 1896" DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO Ruy S. Salgado

Fonte: PETRONF. Pasquale "A. P. da Silva" "Revista de Geografia" n.º 283
Geografia (14). São Paulo, FFLCH-USP, 1966

ANEXO 03

TABELA 17 - PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES DO
MUNICÍPIO DE REGISTRO - 1985

CULTURAS	N. DE INF.	%	AREA (ha)	%
BANANA	260	33,5	2319	43,5
CHA DA INDIA	442	57,0	2883	54,0
GOIABA	07	0,9	10	0,2
MARACUJA	53	6,9	76	1,4
TANGERINA	13	1,7	47	0,9
TOTAL	775	100,0	5335	100,0

FONTE: FIBGE-Censo Agropecuário - 1985

TABELA 18 - PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES DO
MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇÚ - 1985

CULTURAS	NO. DE INF.	%	AREA (ha)	%
BANANA	41	10,7	136	7,8
CHA DA INDIA	207	53,9	1029	58,8
GOIABA	08	2,1	12	0,7
MARACUJA	94	24,5	167	9,5
TANGERINA	34	8,8	405	23,2
TOTAL	384	100	1749	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1985

Tabela 19

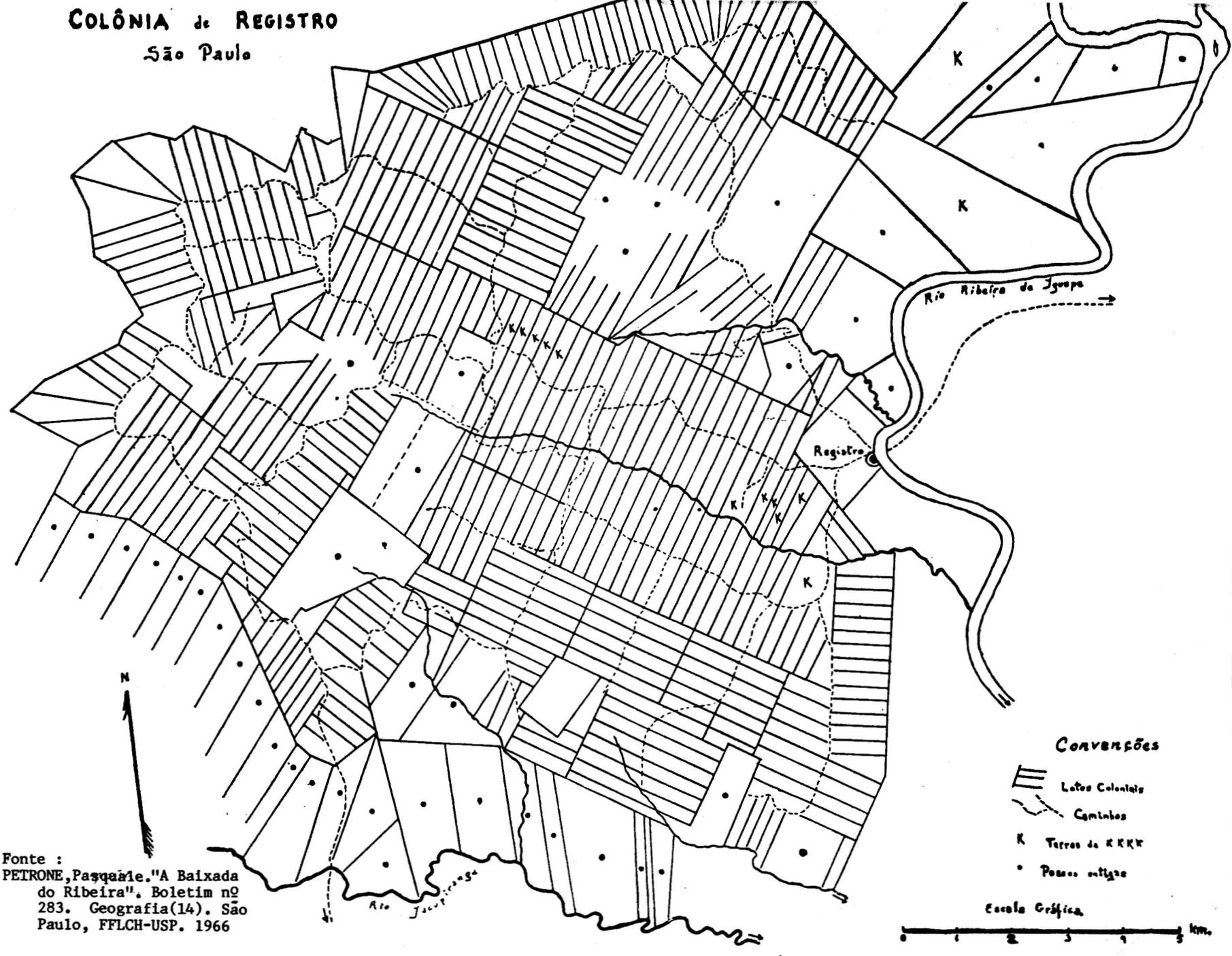
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DOS ESTABELECIMENTOS

		AREA		LAVOURA				PASTAGEM				MATAS				PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS		
		TOTAL		PERMANENTE		TEMPORARIA		NATURAL		ARTIFICIAL		NATURAL		REFLORESTADAS				
		AREA	%	AREA	%	AREA	%	AREA	%	AREA	%	AREA	%	AREA	%	AREA	%	
BAIXADA	1960	377.110	100	31.881	8,4	27.338	7,3	30.489	8,1	5.573	1,5	203.924	54,1	12.100	3,2	65.805	17,4	
	DO	1970	419.472	100	36.477	8,7	18.836	4,5	39.538	9,4	15.680	3,7	199.215	47,5	11.097	2,7	98.629	23,5
RIBEIRA	1985	373.014	100	47.786	12,8	12.032	3,2	29.059	7,8	40.806	10,9	186.056	50,0	12.725	3,4	44.550	11,9	
PARIQUE-	1960	21.224	100	557	2,6	1.819	8,6	1.071	5,0	563	2,7	9.544	45,0	30	0,1	7.640	36,0	
RA	1970	16.386	100	975	6,0	828	5,0	2.260	13,8	424	2,6	4.835	29,5	611	3,7	6.453	39,4	
AÇO	1985	15.192*	100	2.488	16,4	1.020	6,7	720	4,8	2.993	19,7	6.325	41,6	779	5,1	867	5,7	
	1960	25.743	100	4.431	17,2	2.047	8,0	1.445	5,6	326	1,3	11.314	43,9	611	2,4	5.569	21,6	
REGISTRO	1970	43.874	100	5.111	11,7	1.747	4,0	5.569	12,7	1.791	4,1	16.986	38,7	158	0,3	12.512	28,5	
	1985	38.941*	100	8.246	21,2	1.590	4,1	7.990	20,5	4.250	10,9	14.142	36,3	168	0,4	2.546	6,6	

FONTE: FIRGE - Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 e 1985

* Não incluídas lavouras temporárias em descanso e terras inaproveitáveis.

COLÔNIA de REGISTRO
São Paulo



Fonte :
PETRONE, Pasquale. "A Baixada
do Ribeira". Boletim nº
283. Geografia(14). São
Paulo, FFLCH-USP. 1966

Tabela 20

ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE AREA DE LAVOURAS

	ANO	TOTAL	--1ha	1--- 2	2--- 5	5--- 10	10--- 20	20--- 50	50--- 100	100-- 200	200--- 500	+1000
BAIXADA	1960	7132	137	566	3367	1793	823	352	84	30	10	-
DO	1970	7075	213	1046	3174	1342	817	394	62	22	4	1
RIBEIRA	1985	6435	432	1043	2492	1168	748	387	103	32	16	3
PARIQUERA	1960	358	6	22	192	101	24	10	1	2	-	-
AOZ	1970	265	2	47	135	44	19	15	2	1	-	-
	1985	518	27	104	266	66	32	15	3	3	2	-
	1960	735	16	37	335	201	89	41	12	4	-	-
REGISTRD	1970	657	21	90	270	116	80	64	8	7	1	-
	1985	764	57	101	242	133	112	79	30	8	2	-

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de 1960, 1970 e 1985

ANEXO 07

TABELA 21 - AREA PLANTADA DE CHÁ - REGISTRO

AREA (ha)	NO. DE PRODUTORES	%
01----- 02	23	18,7
02----- 05	55	44,7
05----- 10	21	17,1
10----- 20	16	13,0
20----- 50	8	6,5
TOTAL	123	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - 1993

TABELA 22 - AREA PLANTADA DE CHÁ - PARIQUERA-AÇÚ

AREA (ha)	N. DE PRODUTORES	%
01----- 02	29	30,5
02----- 05	43	45,3
05----- 10	13	13,7
10----- 20	8	8,4
20----- 50	2	2,1
TOTAL	95	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - 1993

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

